

BRAULIO FIGUEIREDO ALVES DA SILVA

DESORGANIZAÇÃO, OPORTUNIDADE E CRIME: UMA ANÁLISE
“ECOLÓGICA” DOS HOMICÍDIOS EM BELO HORIZONTE

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Sociologia
2012

BRAULIO FIGUEIREDO ALVES DA SILVA

DESORGANIZAÇÃO, OPORTUNIDADE E CRIME: UMA ANÁLISE “ECOLÓGICA” DOS HOMICÍDIOS EM BELO HORIZONTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia Urbana

Linha de pesquisa: Gestão urbana e criminalidade

Orientador: Prof. Dr. Claudio Chaves Beato Filho

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Sociologia
2012

Para
Pai, Mãe e Lidiany.

AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO AO PROFESSOR CLAUDIO BEATO, suas orientações foram essências para a conclusão dessa tese. Aos professores Antonio Augusto Prates, Jorge Alexandre Neves, Claudio Santiago, Renato Assunção, Joana Vargas, Luis Flávio Saporì, José Luiz Ratton, Ricardo Tavares. Aos amigos do CRISP e à professora Corinne Davis pelos comentários apresentados na defesa do projeto. Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

Este estudo recebeu apoio do
Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública –
Universidade Federal de Minas Gerais – CRISP/UFMG e do
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Crime is a lively process

Marcus Felson

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1	
Modelo da desorganização social desenvolvido por Shaw e McKay (1942)	34
Figura 2.2	
Modelo sistêmico de desorganização social desenvolvido	39
Figura 2.3	
Modelo sistêmico desenvolvido por Bursik e Grasmick (1993).....	50
Figura 3.1	
Modelo da dinâmica criminal, adaptado de Wilcox et al. (2003)	74
Figura 3.2	
Determinantes contextuais das atividades rotineiras e da probabilidade de crimes, adaptado de Rountree e Land (1996) e Messner e Tardiff (1985).....	80
Figura 3.3	
Elementos associados ao crime (Triângulo de Análise de Problemas).....	89
Figura 4.1	
Modelo de integração multicontextual de Desorganização Social e Oportunidade sobre a probabilidade de ocorrência de crimes	99
Figura 6.1	
Concentração espacial de homicídio consumado Belo Horizonte – 1998 a 2006	144
Figura 6.2	
Concentração espacial de homicídio consumado Belo Horizonte – 1998 a 2006	145
Figura 6.3	
Mapa de Associação Espacial (LISA) da taxa de homicídio consumado Belo Horizonte – 1998 a 2006	147

Figura 6.4	
Modelo hipotético da relação entre o nível público/ institucional (<i>proxy</i> do elemento de vigilância da Teoria das Atividades Rotineiras) e os elementos de Eficácia Coletiva sobre taxa de homicídio.....	158

Figura 6.5	
Diagrama de caminhos com coeficientes padronizados.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1	
Estatísticas descritiva dos setores censitários em Belo Horizonte (2000)	106
Tabela 5.2	
Taxa de homicídio por 100 mil habitantes, por tipo de setor censitário – Belo Horizonte (2006).....	107
Tabela 5.3	
Estatísticas descritivas das variáveis do primeiro estágio da análise.....	122
Tabela 5.4	
Estatísticas descritivas das variáveis exógenas do 2º estágio	126
Tabela 5.5	
Coefficientes de saturação com base nos elementos da Eficácia Coletiva (n = 205), Belo Horizonte, 2006.....	129
Tabela 5.6	
Percepção de confiança nas instituições policiais (%).....	132
Tabela 5.6a	
Percepção de eficiência no trabalho das polícias (%).....	132
Tabela 6.1	
Coefficientes da regressão da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006	149
Tabela 6.2	
Coefficientes de correlação linear de Pearson (n = 205) das variáveis de Desvantagem Concentrada, Eficácia Coletiva, Vigilância e Taxa de Homicídio, Belo Horizonte, 2006	154
Tabela 6.3	
Ajuste da Regressão Linear Múltipla da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1

Evolução mensal de homicídios consumados – Belo Horizonte, 1998 a 2006 104

Gráfico 6.1

Índice de correlação de Pearson relativo à concentração espacial de homicídios consumados em Belo Horizonte – 1998 a 2006..... 146

SUMÁRIO

RESUMO	13
ABSTRACT	14
1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTROLE E DESORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	26
2.1 Primeiros estudos ecológicos.....	28
2.2 Ecologia social	29
2.3 A teoria da Desorganização Social de Shaw e McKay	32
2.4 Críticas à Teoria da Desorganização Social	35
2.5 Redes e participação da comunidade no controle do crime	38
2.6 Operacionalizando o conceito de Desorganização Social: evidências empíricas	41
2.7 O modelo sistêmico de controle de Bursik e Grasmick.....	47
2.8 Eficácia Coletiva e crime nos bairros: organizados para qual finalidade?.....	52
2.8.1 Tipos diferenciados de organização	59
2.8.2 Capacidade ou predisposição para controlar o crime? O papel do nível público de controle.....	62
2.8.3 O papel da polícia no controle do crime	65
3 ATIVIDADES ROTINEIRAS E CRIME	69
3.1 Determinantes estruturais do contexto de oportunidade criminal.....	81
3.1.1 Estrutura familiar e oportunidade criminal	83
3.1.2 Padrão de uso do solo e criminalidade urbana.....	84
3.1.3 Estrutura urbana e crime	85
4 TEORIA DA OPORTUNIDADE MULTICONTEXTUAL	90
4.1 Oportunidade criminal multicontextual: uma proposta teórica de integração entre Desorganização Social e Atividades Rotineiras	96

5 DESENHO DE PESQUISA E METODOLOGIA ANALÍTICA.....	100
5.1 Fonte dos dados e descrição.....	102
5.2 Procedimentos metodológicos	107
5.3 Estratégias de análise	109
5.4 Questões de pesquisa	110
5.5 Descrição das variáveis e medidas.....	113
5.5.1 Variáveis dependentes	113
5.5.2 Variáveis independentes.....	117
5.6 Técnicas analíticas (Modelagem estatística).....	132
5.6.1 “Hot Spots” de crimes e concentração espaço-temporal	132
5.6.2 Dependência espacial de homicídios	134
5.6.3 Efeito de bairros e crime: modelos de associação	136
6 RESULTADOS	142
6.1 Concentração espaço-temporal de homicídios.....	143
6.2 <i>Cluster</i> das taxas de homicídio	146
6.3 Análise multivariada com defasagem espacial	148
6.4 Efeito interveniente dos componentes da Eficácia e Vigilância	153
7 CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS.....	171

RESUMO

O ESTUDO DE “LUGARES” TEM RECEBIDO, recentemente, uma atenção especial como tópico de investigação na criminologia contemporânea. Compreender a variação da violência através do espaço, percebendo as relações existentes entre propriedades estruturais das “unidades ecológicas” e a distribuição de crimes, tem promovido o aprimoramento das teorias e o desenvolvimento de ferramentas metodológicas que expandem nosso conhecimento acerca da dinâmica espacial e temporal do fenômeno.

A tradição dos “estudos ecológicos” com origens nos trabalhos da escola de Chicago associam fatores tais como mobilidade residencial, heterogeneidade étnica/racial e privação econômica, ao contexto comunitário de desorganização social que, por sua vez, impede o efetivo controle em nível local. Enfatizando a importância da situação na qual os crimes ocorrem, a perspectiva das atividades rotineiras apresenta uma relevante explicação de como, e em que medida, se dá a convergência de ofensores, vítimas e lugares, que determina um contexto particular de oportunidade criminal.

Este estudo pretende dar continuidade aos esforços de pesquisas que sugerem a junção das Teorias da Desorganização Social e das Atividades Rotineiras para explicar o potencial criminógeno dos lugares. Entre os quais temos a Teoria da Oportunidade Multicontextual, elaborada por Pamela Wilcox e seus colegas. Assim, partimos dessa proposta de integração para avaliar a relação entre os mecanismos comunitários de controle social e níveis de violência.

Em particular, analisamos a dinâmica espacial e temporal dos homicídios na cidade de Belo Horizonte e identificamos um padrão espacial que não é aleatório. Usamos os setores censitários como unidades de análise, construímos medidas que representassem a dimensão comunitária de desorganização social e de oportunidade criminal para avaliar seu efeito direto sobre as taxas de homicídio nestas áreas. Em seguida, buscamos analisar esse mesma relação mediada pelos elementos comunitários de controle social.

Observamos que o constructo de vigilância, representado pela percepção comunitária de confiança e efetividade nas instituições policiais é um elemento crucial na ativação dos mecanismos comunitários de controle sistêmico e eficácia coletiva. No contexto desse estudo, concluímos que a conexão institucional potencializa a dimensão comunitária de controle informal e confiança mútua, formando uma proteção local contra o crime, similar ao elemento de vigilância da abordagem das Atividades Rotineiras.

Palavras chave: Desorganização social; Controle social; Abordagem das atividades rotineiras; Eficácia coletiva; Homicídios; Belo Horizonte.

ABSTRACT

THE STUDY OF "PLACES" HAS RECENTLY received special attention as a research topic in contemporary criminology. To understand the variation of violence across space, realizing the interrelations between structural properties of "ecological units" and the distribution of crime has promoted the improvement of the theories and the development of methodological tools that expand our knowledge about the spatial and temporal dynamics of the phenomenon.

The tradition of "ecological studies" stemmed from the work of the Chicago School associates factors such as residential mobility, ethnic/racial heterogeneity and economic deprivation to the community context of social disorganization, which in turn prevents the effective control at local level. When the importance of the circumstances in which crimes occur are emphasized, the perspective of routine activities presents a relevant explanation of how and to what extent the convergence of offenders, victims and places that determine a particular context of criminal opportunity occur.

This study aims to give continuity to the efforts of research that suggest the merger of the Social Disorganization and Routine Activities Theories to explain the potential for crime of certain places. Among the few studies that present a proposal of integration these approaches, is the Multicontextual Criminal Opportunity Theory drafted Pamela Wilcox and her colleagues. We based our work on this study and tried to evaluate the relationship between the community mechanisms of social control and levels of violence.

In particular, we analyzed spatial and temporal dynamics of homicides in the city of Belo Horizonte and identified a spatial pattern that is not random. We used the census tracts as units of analysis, and built measures representing the community dimension of social disorganization and criminal opportunity to assess their direct effect on homicide rates in these areas. Then we analyzed this relationship mediated by the community elements of social control.

It was observed that the construct of guardianship represented by the community perception of trust and effectiveness in the police institutions is a crucial element in the activation of community mechanisms of systemic control and collective efficacy. In the context of this study, it was found that the institutional connection boosts the community dimension of informal control and mutual trust forming a local protection against crime similar to the guardianship element of routine activities approach.

Key Words: Social disorganization; Social control; Routine activities Approach; Collective efficacy; Homicides; Belo Horizonte.

1 INTRODUÇÃO

HÁ ALGUMAS DÉCADAS, INÚMEROS estudos têm evidenciado a existência de diferentes padrões geográficos da criminalidade. A ocorrência de crimes, bem como a concentração de ofensores e vítimas, obedece a regularidades que se manifestam de forma distinta no espaço e no tempo (BEATO FILHO, 2012; BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1984; BRANTINGHAM, 1981; BURSIK JR; WEBB, 1982; SHERMAN et al., 1989). Estas evidências acerca da distribuição espaço-temporal dos crimes urbanos, sobretudo, têm impulsionado as pesquisas no sentido não somente de provar a existência desses padrões, mas, fundamentalmente, de compreender os processos que os produzem.

Ao fazerem isso, as discussões sobre o fenômeno deslocam-se das abordagens que enfatizam os elementos individuais ou psicológicos, como as anomalias genéticas ou predisposições pessoais, para um nível de explicação que transcende a busca por fatores que diferenciam criminosos de não-criminosos. Como hipótese, estes estudos elegem as propriedades das estruturas comunitárias como determinantes da distribuição não uniforme dos crimes, demonstrando a caracterização de alguns lugares ou bairros como violentos e que, portanto, deveriam ser evitados.

Dentre as inúmeras abordagens que propõem estudar o fenômeno da criminalidade, em geral, e de violência interpessoal, em particular, os “estudos ecológicos” estão entre aqueles que procuram associar as características estruturais dos bairros à ocorrência de

crimes. Concentração de pobreza, segregação urbana, instabilidade residencial são, de acordo com estes estudos, elementos ecologicamente concentrados e fortemente correlacionados ao fenômeno da criminalidade.

No âmbito da criminologia moderna, estas teorias ecológicas da primeira metade do século 20 se baseiam numa perspectiva segundo a qual as causas do crime encontram-se no ambiente físico onde as pessoas vivem, no qual o tipo de interação social cria as condições para o comportamento criminoso. Oriundos dos trabalhos pioneiros sobre a ecologia social da Escola de Chicago (PARK, 1915; 1936), esses estudos têm como foco principal analisar o efeito correlato entre o processo de urbanização das cidades e o comportamento das pessoas em áreas específicas no interior do espaço urbano.

Muito menos compreendidas, entretanto, são as razões dessa correlação. Se existe algum “efeito dos bairros” sobre a dinâmica espacial da violência urbana, presumidamente são os processos sociais que envolvem os aspectos coletivos da vida comunitária, que irão nos permitir uma compreensão mais robusta acerca do problema. Nesse sentido, o anonimato e o caráter transitório das relações sociais no ambiente urbano das grandes cidades são elementos considerados responsáveis por promoverem um enfraquecimento de laços interpessoais e a segmentação das relações sociais.

Por um lado, a “luta por espaço” (PARK, 1936) tende a afetar o comportamento e os hábitos das pessoas, ao mesmo tempo em que determina a especialização das áreas no interior da cidade em função das atividades ali desenvolvidas. Essa característica, por sua vez, faz com que a cidade se pareça com “um mosaico de mundos sociais” onde: “Density, land values, rentals, accessibility, healthfulness, prestige, aesthetic consideration, [...] determine the desirability of various areas of the city as places of settlement for different sections of population. [...] Similarly, person of homogeneous status and needs

unwittingly drift into, consciously select, or are forced by circumstances into, the same area". (WIRTH, 1938)

Por outro lado, essa mesma diferenciação transforma toda a organização social, instituições e relações sociais. Na medida em que as relações entre as pessoas se tornaram mais segmentadas e enfraquecidas, o exercício do controle social, considerado uma forma de regulação de comportamento, passa a se processar cada vez mais por meio de grupos formalmente organizados e menos como um mecanismo que possa ser exercido pelo indivíduo. Assim, a variação da capacidade coletiva de controle entre as distintas "áreas naturais" se coloca como elemento subjacente aos fenômenos tipicamente urbanos tais como delinquência, crime e desordem.

Na realidade, essas discussões giram em torno do debate sobre a natureza social da "ecologia humana" (PARK, 1936). Os estudos "ecológicos" permitiram à sociologia, desde então, melhor compreender a ligação que existe entre o conceito de "área" e o comportamento das pessoas, ou seja, o modo como o ambiente onde as pessoas vivem torna-se significativo em relação à densidade de ocupação e tipo de atividade desenvolvida. Estes elementos vão determinar a estabilidade ou instabilidade da vida comunitária, o nível de organização local e a efetividade dos mecanismos de controle social. Além disso, a lógica de que o comportamento das pessoas é orientado pela percepção das normas e valores que prevalecem no ambiente, permite compreender melhor o condicionamento do seu comportamento ao de outros.

O principal foco das análises ecológicas nas Ciências Sociais tem sido no papel da territorialidade como um limitador das estruturas e fenômenos sociais, em que o crime, ou a criminalidade, não devem ser considerados propriedades das pessoas, mas dos grupos aos quais pertencem. Desde o início, observa-se como a dimensão de comunidade e, não,

de indivíduos, assume uma posição central na teoria. Partindo dessas premissas, Shaw e McKay (1942, p. 90-107) realizaram um grande estudo da cidade de Chicago, em busca de explicações sobre as variações da taxa de vários problemas comunitários nas distintas “unidades ecológicas” (bairros, vizinhanças, setores censitários, comunidades), incluindo a ocorrência de crimes e delinquência. Neste trabalho, os autores demonstraram que as áreas onde esses problemas eram mais concentrados, também eram marcadas por baixo nível educacional, elevada proporção de famílias dependentes de assistência do Estado, baixo valor de aluguel dos imóveis, alta proporção de trabalhadores de grupos ocupacionais inferiores e, por fim, uma pobre organização comunitária. De acordo com os dados analisados, Shaw e McKay demonstraram que essas características das áreas permaneciam relativamente constantes ao longo do tempo.

Em termos teóricos, a estrutura física das comunidades reflete o seu nível de organização social e define os aspectos comportamentais dos seus habitantes. Como este processo permanece relativamente estável ao longo do tempo, decorre a transmissão de valores, normas, modos de comportamento de uma geração a outra. Este processo explicaria, entre outras coisas, a diferença nas taxas de crimes e probabilidade de vitimização em nível local. Essa abordagem chama a atenção para o fato de que essas diferenças seriam determinadas pela variação no grau de desorganização social, isto é, pela capacidade diferenciada das instituições comunitárias de controlar o comportamento dos seus membros. Essencialmente, o pressuposto é de que a manifestação do crime se deve à falta de laços sociais estruturalmente localizados, responsáveis por desencorajar comportamentos desviantes.

Nesse sentido, o entendimento das diferenças das taxas de crimes entre as “áreas ecológicas” a partir da Teoria da Desorganização Social, decorre do fato de que a ocorrência de crime é uma resposta natural à incapacidade da “sociedade” em implementar efetiva-

mente seus mecanismos de controle social. Diante desse contexto de “organização social diferenciada” (SUTHERLAND, 1947), caracterizada pela ausência de relações cooperativas reforçadas por instituições como a família, escola, igreja ou a própria coletividade, a desordem social, o crime e a delinquência encontrariam as condições ideais para se instalarem. Inversamente, menores níveis de violência em determinadas áreas seriam resultado de um processo local de interação e coesão, que se traduzem em maior controle social.

Essas teorias ecológicas, no entanto, geralmente negligenciam alguns mecanismos relevantes no que diz respeito ao “efeito de bairros”: o padrão, tipo do uso do solo e a distribuição ecológica das atividades rotineiras dos indivíduos. As interações sociais, quando associadas com atividades desenvolvidas por instituições que representam interesses locais, indicam o estabelecimento de uma estrutura normativa que restringe o desenvolvimento de “oportunidades criminais”. Isto é, nos distintos ambientes urbanos (comunidades), a atividade diária das pessoas e a rotina dos lugares como um todo, passam a compor os mecanismos que antecedem o contexto de oportunidades para a ocorrência de um crime.

Autores como Cohen e Felson (1979) argumentam que essas oportunidades são o reflexo da convergência de três elementos básicos propostos pela teoria das atividades rotineiras: acessibilidade (proximidade entre criminosos e alvos), vigilância e disponibilidade de alvos. De acordo com essa abordagem, haveria maior probabilidade de ocorrência de um crime quanto maior a existência de oportunidades criadas pelas próprias atividades locais, na ausência de controle.

Assim, as propriedades da estrutura urbana e o tipo da organização social de uma determinada localidade irão determinar a efetividade dos mecanismos de controle social, dentre eles, o elemento de vigilância que afeta a vulnerabilidade relativa de alvos potenciais, assim como a atuação de ofensores (COHEN, 1981). Nesse sentido, os níveis de cri-

me irão variar no interior do espaço urbano como uma função da capacidade diferenciada de repressão à não-conformidade e da imposição de um conjunto de normas, valores e regras que regulam o comportamento dos indivíduos.

Inúmeras pesquisas têm explorado resultados nessa direção. Lawrence Sherman et al. (1989) demonstra que um pequeno número de endereços gera a maior parte das chamadas policiais.¹ Denis Roncek (1981) e Brantingham (1981) mostram que a característica dos serviços disponíveis em um lugar, definem a natureza dos crimes e o perfil dos criminosos. Felson (1998) aborda o tema do comportamento humano situacional ao discutir como as atitudes dos indivíduos variam de uma situação para outra. Por essas razões, autores como Bottoms e Wiles (1992) utilizam o conceito de “lugar” para mostrar que a estrutura de uma determinada área não somente restringe a ação individual, ao contrário, é uma parte do sistema social que informa a consciência prática dos atores sociais: “[...] if we want to understand the geography of crime we have to understand how place, over time, is part of the practical consciousness of social actors who engage in behavior, including actions we define as criminal” (idem).

Partindo dessas discussões sobre o conceito de “lugar” como uma dimensão determinante das propriedades criminais situacionais, procuraremos analisar a existência dos “efeitos dos bairros” sobre os mecanismos de organização social capazes de inibir ou promover a incidência espacial de homicídios na cidade de Belo Horizonte. Para tanto, este estudo procura contribuir com um pequeno número de trabalhos que abordam a possibilidade de integração das teorias da Desorganização Social e das Atividades Rotineiras. Essa tarefa se justifica pelo fato de que essas teorias, em síntese, procuram explicar variações de crimes

¹ Na sua pesquisa realizada em Minneapolis, apenas 3% dos lugares eram responsáveis por 50% dos acionamentos policiais no ano de 1986.

através do espaço urbano. Também chamadas de “teorias ambientais”, defendem a tese de que o crime não é aleatório, admitindo a existência de “clusters” espaciais e temporais.

Consideramos que a integração das teorias da Desorganização Social e das Atividades Rotineiras pode contribuir para uma compreensão da dinâmica espacial da incidência de crimes em diferentes níveis de análise (BURSIK; GRASMICK, 1993; BURSIK; WEBB, 1982; MIETHE; MEIER, 1994; SAMPSON; LAURITSEN, 1994; SIMCHA-FAGAN et al., 1986; SMITH; JARJOURA, 1989; WILCOX et al., 2003; RICE; SMITH, 2002). Destacamos que as duas abordagens teóricas são complementares e sua integração, conforme proposto por Wilcox e seus colegas (2003) a partir da Teoria da Oportunidade Criminal Multicontextual, permite uma melhor compreensão do padrão espacial da criminalidade urbana.

Argumentamos que o ambiente de desorganização social, ao mesmo tempo em que enfraquece as práticas coletivas de controle, cria as condições necessárias para a produção espaço-temporal de um contexto de oportunidade criminal. Ou seja, assumimos a existência de “efeitos dos bairros” sobre mecanismos de organização social que afetam a capacidade da coletividade de exercer o efetivo controle social. Na realidade, a integração entre as duas abordagens teóricas permite melhor compreender o papel do efeito contextual da comunidade sobre a ocorrência de crimes.

A Teoria da Desorganização Social, bem como sua reformulação em termos sistêmicos, que culminou com a Teoria da Eficácia Coletiva, permite diferenciar ambientes urbanos não apenas pelo seu “outcome”, mas, principalmente, pela organização interna que implica em envolvimento coletivo voltado para o controle social local. Essa mesma manifestação de desorganização implica num contexto de maior oportunidade para a convergência entre vítima e ofensor, sob a condição de baixa vigilância.

Desse modo, o conceito de controle social é o elemento de interseção que vamos considerar ao lidar com essas duas abordagens teóricas. Procuraremos demonstrar que a variação espacial nas taxas de homicídio decorre de um ambiente de organização social diferenciada relativamente ao grau de Desorganização Social e Oportunidade Criminal. A heterogeneidade espacial da criminalidade, portanto, será avaliada no nível comunitário em relação aos conceitos de Eficácia Coletiva e de Vigilância. Esse último, mensurado por meio da percepção coletiva com relação à confiança e efetividade das organizações policiais.

Esse esforço teórico e metodológico visa reforçar o argumento defendido por Sampson e Wooldredge (1987) de que um modelo de oportunidade mais geral, que incorpore pressupostos relativos a estilos de vida e atividades rotineiras diante de um foco ecológico acerca dos processos macros sociais proporciona um caminho mais promissor para o futuro de pesquisas em múltiplos níveis.

Em adição, a integração teórica leva em consideração o fato de que enquanto a abordagem das atividades rotineiras vai se concentrar no nível micro de análise (um ambiente imediato ao redor do qual o crime pode ocorrer), a teoria da desorganização social tradicionalmente tem tido uma orientação intermediária de análise (a ideia de bairros interligados e de dependência espacial) e, sob essa condição, irão se complementar. Buscaremos, com isto, demonstrar que uma arena onde a eficácia coletiva se torna mais problemática está associada com a capacidade diferenciada de uma comunidade em se mobilizar contra ameaças locais, sob condições de ausência de interlocução com atores institucionais externos – percepção de confiança e efetividade das organizações policiais.

A organização deste trabalho procurou seguir uma ordem por meio da qual tentamos descrever a evolução de uma ideia centrada no conceito de controle social e espaço urbano. Após a introdução, iniciamos a discussão sobre o conceito de controle apontando

para o fato de que este perfaz um conjunto de elementos (ou mecanismos) que caracterizam o tipo de organização social e é responsável por conformar uma ampla variedade de comportamento humano. Traçamos as origens de uma importante tradição de estudos sociológicos que associam a configuração do espaço urbano com distintos padrões de organização social que, por sua vez, refletem na distribuição espacial da violência urbana. Nesse percurso, o nosso foco foi o de destacar a evolução do pensamento intelectual sobre o que se tem definido como desorganização social e “efeitos dos bairros”.

No capítulo 3, apresentamos uma abordagem teórica que também possui sua origem na tradição dos estudos sobre a ecologia humana. Estes estudos focam suas análises nas circunstâncias de ocorrência do crime, por meio da convergência no espaço e no tempo de elementos constituintes do “ambiente de oportunidade criminal”. Ao descrevermos os determinantes estruturais que afetam as atividades rotineiras dos indivíduos e explicam o contexto de ocorrência do crime, chamamos a atenção para o modo como a configuração urbana age sobre o comportamento dos indivíduos.

Assumindo, então, que o comportamento individual não pode ser tomado fora do contexto ambiental, apresentamos no capítulo 4 uma proposta de integração teórica sob um modelo de “Oportunidade Multicontextual” capaz de oferecer uma compreensão mais robusta do fenômeno do crime e de vitimização. Construimos uma variável que capta a percepção de confiança e efetividade das organizações policiais, para representar o papel do nível público da ordem e do elemento de vigilância, distintamente tratados pelas teorias discutidas nos capítulos anteriores.

No capítulo 5 descrevemos o desenho de pesquisa adotado, as questões levantadas e as metodologias de análise dos dados. No sexto capítulo, apresentamos os resultados das análises dos dados. Cada seção deste capítulo visa responder a uma questão de pesquisa

utilizando uma técnica metodológica específica. Ao adotarmos essa estratégia, buscamos interpretar os resultados à luz das discussões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores. Por fim, ao incorporarmos elementos empíricos de ambas as teorias em nossas análises, tentamos avançar no sentido de esclarecer inconsistências verificadas em estudos recentes realizados no contexto latino americano, em especial, brasileiro. Finalizamos o trabalho mostrando que, apesar de encontramos altos níveis de coesão social em comunidades violentas, o elemento de controle informal, potencializado pelo nível público de vigilância, conduz a bairros com menores níveis de violência interpessoal.

2 CONTROLE E DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

PREOCUPADO EM COMPREENDER COMO determinadas instituições garantem que o comportamento individual esteja em conformidade com as demandas do grupo, Edward A. Ross usou o termo controle social para se referir aos mecanismos pelos quais a sociedade impõe aos indivíduos conformidade a normas e valores. Ao fazer isso, Ross e outros investigadores mostraram que existe uma ampla variedade de mecanismos de controle responsáveis por manter a estrutura normativa da sociedade (COSER; ROSENBERG, 1982).

Esse conceito gerou mais discussões e debates do que propriamente esclareceu o “problema” em torno da ordem social, principalmente por conta da fragilidade das análises iniciais em explicar a maneira pela qual o controle externo se incorporava na personalidade individual. Apesar desse debate, é importante observar que os mecanismos de controle social são elementos que definem o tipo de organização social e explicam uma ampla variedade de comportamentos humanos, padrões de sociabilidade e distribuição de inúmeros fenômenos sociais, em particular, da criminalidade.

Em termos teóricos, essas discussões apresentam uma forma interessante de compreender como as diferenças entre o nível de violência e crime entre as sociedades pode ser considerado uma decorrência do grau variado com que esses mecanismos de controle são exercidos. Em âmbito mais restrito, a variação das taxas de crime no espaço urbano, ou a ocorrência desigual do crime na cidade, pode ser considerada uma consequência do tipo de organização social e comunitária capaz de inibir comportamentos criminosos.

2.1 PRIMEIROS ESTUDOS ECOLÓGICOS

Um dos primeiros trabalhos a mostrar a existência de uma distribuição espacial heterogênea de crimes foi realizado pelo estatístico francês Guerry (1833). No seu estudo sobre a variação na taxa de crime na França, ele verificou uma forte correlação entre taxas de criminalidade e as condições sociais das distintas áreas. Como Durkheim, Guerry demonstrou que fatos sociais influenciavam o comportamento humano independente das características individuais.

Poucos anos depois, o matemático e astrônomo belga Quetelet (1835) comprovou que o crime não era um fenômeno distribuído uniformemente pela França. Havia uma propensão a naturezas específicas de crimes, associadas a cada região do país. Chamado de “físico social”, esse pesquisador associou a distribuição espacial de crimes a fatores demográficos, situacionais e do meio ambiente, tais como população, pobreza, estações do ano e clima.

Considerados precursores da escola ecológica do crime (BEIRNE, 1987), pelo menos outros três trabalhos merecem destaque no âmbito da ecologia do crime (SNELL, 2001). A partir de uma série de mapas mostrando a incidência de vários tipos de crimes na Inglaterra e no País de Gales, Henry Mayhew (1862, apud SNELL, 2001) realizou um grande estudo ecológico do crime e delinquência e encontrou uma associação positiva entre taxas de crime e condições socioeconômicas. Em alguns bairros, a incidência de crime estava correlacionada a uma maior densidade de crianças órfãs ou que abandonaram os lares para buscar nas ruas seu sustento diário, muitas vezes, “provenientes de famílias pobres [...] que eram levadas a roubar devido à má companhia de delinquentes juvenis”.¹

¹ Mayhew renunciou a ideia de “transmissão cultural” que irá compor a criminologia contemporânea no âmbito da teoria da subcultura, da associação diferencial e do aprendizado social.

Além disso, este autor fez uma conexão entre a incidência de crime e contexto de oportunidade determinado pelas características físicas e ocupacionais das áreas, antecipando as discussões sobre as atividades rotineiras.

O estudo conduzido por John Glyde (1856, apud SNELL, 2001), demonstrou a existência de grandes variações criminais entre cidades de um mesmo país e entre áreas urbanas e rurais. O autor concluiu que havia “enormes diferenças na inclinação moral dos habitantes entre os distritos, cidades ou vilas dentro de Suffolk County, Inglaterra”. Frequentemente satirizado devido a sua teoria biológica de causa do crime, o trabalho de Lombroso e os de outros criminólogos também examinaram a distribuição ecológica do crime na Itália (1911) e afirmaram que: “In every part of Italy, almost in every province, there exists some village renowned for having furnished an unbroken series of special delinquents” (p. 23).

Enquanto esses estudos se limitaram a correlacionar a incidência de crimes com elementos da estrutura urbana, pouco esclarecimento foi dado à forma com que tais elementos se associavam com a organização social e sua respectiva taxa de criminalidade e violência.

2.2 ECOLOGIA SOCIAL

Apesar dos estudos realizados durante o século XIX, foi com os pesquisadores da Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, que a relação espaço urbano e criminalidade passou a compor um programa de pesquisa centrado nas características ecológicas das áreas urbanas. Pode-se dizer que o trabalho de Park e Burgess (1925) sobre a cidade (“The City”) foi pioneiro na utilização de conceitos e pressupostos da Biologia para a compreensão de problemas urbanos, dando início a uma longa tradição de estudos sobre a ecologia do crime.

Os autores propõem estudar as interações sociais a partir de um modelo analítico previamente aplicado às inter-relações de plantas e animais (PARK; BURGESS, 1925). Influenciados pelas ideias evolucionistas da época e pelo princípio sociológico de “cooperação competitiva”, na qual a competição cedeu espaço naturalmente à ordem social, eles perceberam como o agregado de unidades individuais da população (comunidades) assumia o caráter de um sistema mais ou menos fechado e estável. A esse tipo de análise, em que se observava como a relação entre os indivíduos era afetada pelo seu habitat, chamou-se Ecologia Social.

Segundo estes autores, a organização comunitária era uma resposta à forma de articulação e acomodação de grupos dentro da comunidade. Explorando os conceitos de invasão, dominação e sucessão oriundos do Darwinismo evolucionista, a conformação espacial dos distintos grupos sociais na cidade seguia uma “ordem biótica” com respeito ao uso e ocupação do solo, de modo padronizado e específico. Esse processo não consciente e natural de ocupação do espaço urbano pelos indivíduos deu origem às “áreas naturais”, uma variável fundamental para o entendimento dos fenômenos socioculturais.

De acordo com essa lógica, as áreas possuíam uma dinâmica econômica e social específica na qual os indivíduos interagem² e organizavam-se coletivamente. A expressão “áreas naturais” é utilizada, portanto, para designar os distintos espaços homogêneos não planejados, cuja ocupação natural e seletiva advém da diferença entre os grupos sociais. Essa abordagem ecológica enfatiza a importância do território³ como delimitador das estruturas e dos fenômenos sociais.

² Park observou que ocorriam relações simbióticas tanto entre os indivíduos de uma área natural quanto entre as áreas naturais da cidade. Cada área natural era parte de um todo maior que representava a cidade e essas áreas se formavam a partir de processos naturais, ao invés de serem fruto do planejamento humano.

³ O conceito de território, ou territorialidade, é entendido como um espaço socialmente delimitado por agregações de indivíduos que, por questões sociais e econômicas, compartilham características semelhantes.

Ao estudar o desenvolvimento das grandes cidades dos Estados Unidos, os autores demonstraram que o crescimento populacional implicava numa mudança na estrutura e na composição das comunidades. A organização da cidade em áreas naturais ocorria por meio de um modelo espacial “centro-periferia”, disposta na forma de anéis concêntricos com características estruturais particulares.

De acordo com Park e Burgess (1925), as cidades americanas, de um modo geral, podiam ser divididas em cinco categorias: Zona I, formada pela área central de bancos, comércio e indústrias; Zona II, zona de “transição”, ou área de residentes mais desfavorecidos economicamente, caracterizada por ser uma região onde as residências se misturavam com os comércios e indústrias; Zona III, área mais residencial, onde se localizam as casas dos trabalhadores do comércio e indústrias; Zona IV, ou subúrbio, área residencial propriamente dita; e Zona V, área mais externa dos limites da cidade, na qual estão as residências das pessoas de *status* socioeconômico mais elevado.

Fundamentalmente, é importante observar que havia uma tendência dos grupos se afastarem do centro comercial na medida em que suas condições socioeconômicas melhoravam, a tal ponto que a acomodação desses grupos era um mecanismo natural que gerava pequenos mundos dentro de um complexo maior que caracterizava a vida cultural e econômica da cidade como um todo. Cada agrupamento urbano formado por esse processo de “ajustamento” social representava, portanto, bairros ou comunidades que refletiam normas, crenças e valores relativos aos seus membros.

Com relação ao estudo da violência urbana, é importante observar como essa abordagem ecológica antecipa análises que visam associar a conformação do espaço urbano, os mecanismos relativos à organização social dos indivíduos e suas atividades diárias à distribuição espacial de crimes. Sob esse ponto de vista, a explicação da variação das taxas de

crimes no espaço urbano é vista muito menos devido a uma possível concentração de criminosos residentes numa área e, mais provavelmente, como resultado da concentração e segregação de indivíduos vivendo sob certas condições materiais e organizacionais específicas.

2.3 A TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SHAW E MCKAY

Preocupados em compreender a dinâmica espacial do crime e da delinquência no interior das cidades, Shaw e McKay (1942) basearam-se nas diferentes características estruturais dos bairros (i.e. nas distintas áreas naturais) para explicar a variação da violência (i.e. delinquência juvenil) em termos intra-urbanos. Esses autores fundamentaram suas discussões na ecologia humana para demonstrar que as comunidades violentas eram caracterizadas por certas propriedades que afetavam a interação social e a capacidade de organização comunitária. Ao fazerem isso, eles se distanciaram das orientações positivistas da época, que focavam nas diferenças individuais e particulares entre criminosos e não-criminosos, determinantes na explicação do crime.

Ao analisar uma série histórica de mais de 30 anos de registros de delinquência juvenil, Clifford Shaw e Henry McKay (1942) notaram uma relativa estabilidade espacial das taxas de criminalidade, apesar da completa alteração da sua população em termos raciais e étnicos. Áreas com problemas relacionados à infraestrutura urbana, baixo nível socioeconômico da população residente e elevada mudança populacional, destacavam-se por altos níveis de criminalidade e delinquência. Na realidade, os autores identificaram que as áreas denominadas de Zona de Transição (PARK; BURGESS, 1925), receptoras de migrantes com pouca qualificação profissional e baixo nível econômico, caracterizavam-se por um ambiente de desorganização social em que o exercício do controle social era incipiente, o que resultava em elevada incidência criminal. Mas o problema nessas áreas

não se restringia à delinquência urbana; outros indicadores negativos para uma comunidade estavam presentes: elevada taxa de desemprego, suicídio, mortalidade infantil, famílias desestruturadas e as doenças de uma maneira geral afetavam em maior proporção essa população.

Shaw e McKay concluíram que deveria haver algum fator contextual nesses “lugares” que conduzia a essa estabilidade do crime e da delinquência, muito além das características associadas aos indivíduos (STARK, 1987). De fato, as comunidades pobres, também caracterizadas por uma elevada concentração de imigrantes, falhavam em consolidar um padrão comportamental normativo em decorrência da grande heterogeneidade social. Em adição, devido à alta mobilidade residencial característica destas áreas, o estabelecimento de laços sociais ficava prejudicado e impedia o exercício de mecanismos informais de controle social. Assim, as características estruturais desses “lugares” e o comportamento desviante tornam-se elementos constituintes de um ambiente “socialmente desorganizado”.

Outro resultado desse trabalho foi a correlação negativa entre as taxas de delinquência e a distância em relação ao centro comercial da cidade. Conforme demonstrado pelos trabalhos de Park e Burgess (1925), os centros das cidades concentravam a área industrial e o comércio, seguidos, imediatamente, pelas áreas denominadas de “transição”. Devido a sua composição social, essas comunidades eram caracterizadas por um contexto de desorganização social que restringe a capacidade comunitária de integração e coesão, enfraquecendo os mecanismos tradicionais de controle social.

Nesse sentido, um ambiente de desorganização social em uma dada comunidade ou vizinhança, impedia o estabelecimento ou a manutenção de consenso interno relativo a valores, normas e regras formais entre seus membros. O conceito de desorganização social adotado por Shaw e McKay (1942), portanto, refere-se à incapacidade dos residen-

tes de comunidades locais de compartilharem valores comuns e solucionarem problemas locais (KORNHAUSER, 1978). Disso decorrem vínculos sociais enfraquecidos, controle interno deficiente e uma limitada capacidade institucional para alcançar recursos externos (BERRY; KASARDA, 1977; SAMPSON; GROVES, 1989).



Figura 2.1. Modelo da desorganização social desenvolvido por Shaw e McKay (1942).

Analisada deste ponto de vista, a teoria da Desorganização Social pressupõe um modelo de dois estágios em que características estruturais da comunidade ou vizinhança acarretam uma rede organizacional frágil, com impacto direto sobre os vínculos sociais dos indivíduos (SIMCHA-FAGAN; SCHWARTZ, 1986). A maneira como a comunidade se organiza, nesse sentido, afetar o comportamento dos indivíduos, reduzindo a coesão e o estabelecimento efetivo de controle informal. Nesse contexto, tem-se aumentada a probabilidade de comportamentos delinquentes e vitimização. De acordo com a perspectiva da desorganização social, são as características ecológicas em nível comunitário que determinam o grau de desorganização social que, por sua vez, está associado às taxas de crimes na vizinhança. O “lugar” assume importância crucial nesses estudos, na medida em que as comunidades toleram ou admitem ‘desordem social’ e geram estruturas de oportunidades ilegais com estilos de vida disfuncionais (ELLIOTT, et al., 1996).

Esta concepção teórica procura identificar as condições ecológicas que se associam à incidência de criminalidade. O conceito de desorganização social desenvolvido por Shaw e McKay (1942) corresponde a um estado latente em que se encontram certas comunidades, afetando as interações sociais. Essa discussão tem suas raízes na discussão durkheimiana da anomia (DURKHEIM, 1995; 1999), segundo a qual os elementos estruturais que caracterizam uma comunidade como socialmente desorganizada e afetam seu

nível de coesão, são os mesmos ligados a uma expansão do individualismo decorrente da divisão do trabalho nas sociedades contemporâneas. Da mesma forma, o conceito de desorganização social também se remete à dimensão de “alienação”, vista como desmotivação para participar em ações comunitárias (PRATES, 2009).

De acordo com a teoria, os processos de urbanização descontrolada e degradação física de determinadas áreas urbanas refletem um ambiente de desorganização social. Nesse contexto, o baixo nível de integração social impede o estabelecimento de laços sociais estáveis e a manutenção de valores relativos a normas, papéis e arranjos hierárquicos entre seus residentes (KORNHAUSER, 1978). Sem a percepção de valores comuns, o exercício coletivo de mecanismos informais de controle social torna-se inoperante e as oportunidades para o crime se afluam (SKOGAN, 1990; WARNER; PIERCE, 1993; WARNER; ROUNTREE, 1997; BELLAIR, 2000).

2.4 CRÍTICAS À TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

Provavelmente pela ausência de um conjunto de dados mais adequado, Shaw e McKay (1942) não puderam articular completamente qualquer ligação causal direta entre privação econômica e altas taxas de delinquência (CAHIL, 2004), o que motivou inúmeras críticas às suas proposições. Uma delas aponta para a dificuldade em distinguir o conceito de desorganização social da sua manifestação propriamente dita. Lander (1954 apud SILVA, 2004) e Pfohl (1985) mostraram que o conceito de desorganização social elaborado por Shaw e McKay pode ser equiparado com o próprio fenômeno que ele procura explicar (crime e delinquência). De acordo com esse argumento, o valor teórico e empírico do conceito é duvidoso, ou seja, a causa do fenômeno que se deseja explicar é definida em termos do seu resultado.

Enquanto teoria macrossociológica, a Teoria da Desorganização Social assume um papel relevante do nível comunitário relacionado ao crime, no entanto, inúmeros estudos têm voltado sua atenção para as fontes de motivação individual, o que tem direcionado as pesquisas para uma maior ênfase nas atividades rotineiras de vítimas e criminosos (HINDELANG et al., 1978; COHEN; FELSON, 1979). A natureza da relação ecológica entre características estruturais de bairros e crime, nesse caso, deve ser tratada como complementar aos estudos de motivação individual.

Outro aspecto relevante diz respeito à escassez de dados longitudinais relativos ao tipo do uso do solo e às características urbanas. Embora Shaw e McKay (1942) tenham demonstrado a existência da estabilidade espacial da delinquência juvenil em Chicago com seu estudo, poucos trabalhos têm sido capazes de mensurar o efeito das mudanças ecológicas e associá-las ao padrão das taxas de crimes e delinquência. Alterações no padrão e uso do espaço urbano, geralmente conduzem a mudanças na composição da população residente e alteração no nível socioeconômico da área. Há, no entanto, uma carência de estudos que sejam capazes de demonstrar em que medida o enfraquecimento dos mecanismos de controle social pode explicar a emergência de relações sociais baseadas na resolução de conflitos de forma violenta.

Por fim, a validade e confiabilidade dos dados utilizados por Shaw e McKay (1942) têm sido questionadas devido à utilização de registros oficiais do sistema de justiça juvenil. De um lado, conforme sugerem Hagan e seus colegas (1978), pode haver um viés tendencioso em relação às taxas oficiais, decorrente do padrão de comportamento do bairro, das propensões em se relatar o comportamento e das orientações policiais para o registro de ocorrência. Por outro lado, alguns estudos têm utilizado indicadores alternativos, como taxas de vitimização ou auto-reportagem de crimes, cujos resultados possuem uma

forte conformidade com aqueles preditos pela teoria da desorganização social (SIMCHA-FAGAN; SCHWARTZ, 1986; SAMPSON, 1986; SMITH; JARJOURA, 1989).

A despeito das críticas advindas das escolas criminológicas competitivas, o avanço, nas últimas décadas, do uso de análises multivariadas e o desenvolvimento de metodologia espacial com uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) têm permitindo uma maior capacidade inferencial de grande volume de dados. Ao mesmo tempo, a teoria da Desorganização Social passou por um renascimento a partir da década de 1980, com teóricos sugerindo sua reformulação. Os problemas existentes na teoria original têm sido reavaliados e testados em uma rica verificação empírica do efeito de bairros sobre o crime e a delinquência.

Na realidade, os estudos têm abordado a relação recíproca entre crime e bairros: como estes últimos podem impactar a distribuição de crimes, assim como crimes podem modificar a característica dos bairros e alterar sua organização interna, bem como as formas de comportamento social (SAMPSON et al., 2002; PRATES, 2009; SAMPSON, 2012). No sentido mais amplo, resta-nos saber quais são as reais condições físicas, econômicas, políticas e de ordem familiar que constituem “desorganização social” e, em que medida, a variação espacial do crime e da delinquência são explicados por esse ambiente socialmente desorganizado. Sutherland (1947), Bursik (1988) e, mais recentemente, Sampson (2002) têm argumentado que bairros, ou comunidades urbanas, podem não ser totalmente desorganizados no sentido proposto por Shaw e McKay (1942), mas o tipo de organização para a qual estão orientados diverge dos valores e padrões socialmente convencionais.

2.5 REDES E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO CONTROLE DO CRIME

Praticamente todos os esforços da criminologia para compreender o padrão espacial do crime têm dependido fortemente da teoria da desorganização social. Originalmente, a conceitualização se baseava nos pilares pobreza, mobilidade residencial e heterogeneidade racial, que eram responsabilizados pelo enfraquecimento do exercício coletivo de controle informal e, conseqüentemente, por um contexto favorável à ocorrência de crime. Os modelos contemporâneos que relacionam crime e comunidade têm se baseado na concepção sistêmica de “community attachment”, em que os elementos da desorganização social e do controle informal são explorados a partir das discussões acerca da vinculação (apego, envolvimento, ligação) da comunidade, em particular, sobre os aspectos que consideram os vínculos de amizade e associativos, como mediadores da relação entre estrutura urbana e crime (KASARDA; JANOWITZ, 1974; SAMPSON; GROVES, 1989; BURSICK; GRASMICK, 1993; BELLAIR, 1997; WARNER; ROUNTREE, 1997).

Esse tipo de análise sistêmica considera a comunidade, ou bairros, como um complexo sistema de redes entre amigos e familiares e de vínculos associativos formais e informais, com base na família e no processo de socialização (KASARDA; JANOWITZ, 1974, p. 329). É por meio dessas redes de amizade e dos vínculos sociais, que os efeitos estruturais passam a explicar indiretamente as taxas de crime numa determinada comunidade: as redes locais refletem o grau de organização de uma área ou vizinhança. Ao definir a comunidade como um sistema complexo, Kasarda e Janowitz enfatizam a forma intimamente combinada das relações entre parentes, amigos e os vínculos associativos formais e informais que definem as redes sociais.

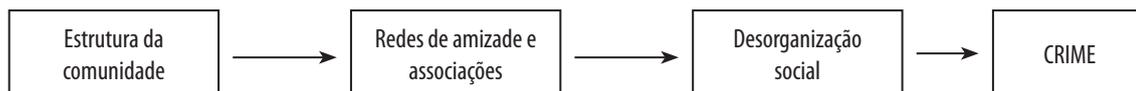


Figura 2.2. Modelo sistêmico de desorganização social desenvolvido.

As comunidades caracterizadas por densas redes sociais são mais integradas e coesas e seus residentes, em tese, possuem maior probabilidade de exercer vigilância informal, reagindo contra ações que afetam a ordem local. No extremo, são mais eficientes em desenvolverem regras de gerenciamento da ordem em nível local. Esse modelo presume que os residentes de um bairro com uma densa e ativa rede social têm maior capacidade de supervisionar atividades sociais dentro dos seus limites territoriais e, até mesmo, de promover a socialização de crianças e outros residentes com respeito a valores convencionais.⁴

Assume-se, de acordo com essas discussões, que o crescimento das cidades e a formação das grandes metrópoles dão origem a uma diversidade de “mundos sociais” (PARK; BURGUESS, 1921; 1925). Por conta disso, a comunidade não é o resíduo da sociedade como um todo, mas uma construção social que tem seu próprio ciclo de vida, refletindo variáveis ecológicas, normativas e institucionais. As relações comunitárias e a integração social não seriam afetadas apenas pelo crescimento ou densidade populacional. Nesses estudos, a extensão da residência é considerada um componente fundamental que influencia o comportamento e atitudes na comunidade. E, nesse sentido, o papel das redes de relacionamento, que se estendem para além do âmbito privado, são elementos que promovem integração por um lado e controle social por outro. Além disso, a rotatividade residencial observada nessas comunidades dificulta o estabelecimento local de laços sociais impedindo o desenvolvimento dos vínculos sociais e a difusão das redes infor-

⁴ De acordo com Sampson (2006), a tradição intelectual mais moderna de pesquisa sobre comunidades tem incorporada a ideia de “capital social”. Entre as distintas definições, uma o aponta como um recurso resultante de laços sociais entre pessoas (citando PUTNAM, 2000). Assim, bairros destituídos de capital social são um forte indicativo de redes sociais empobrecidas e, portanto, menos capazes de manterem o efetivo estabelecimento de controle social.

mais. Esses são elementos que acabam impactando diretamente na organização social de um bairro ou comunidade e afetando suas taxas de crime e delinquência.⁵

Kasarda e Janowitz (1974) examinaram um *survey* britânico, realizado em 1967, no qual 2.199 adultos foram entrevistados com o propósito de avaliar os fatores que influenciavam o caráter da participação e envolvimento comunitários. Os autores encontraram um efeito positivo e consideravelmente elevado entre a medida de extensão da residência, isto é, tempo de moradia na comunidade, e os indicadores de laços sociais locais, mas estatisticamente insignificante com relação à medida de participação em atividades sociais informais. Tamanho e densidade da população apresentaram uma associação modesta sobre a medida de sentimentos comunitários que, ao contrário, foram fortemente influenciados pelo tempo de moradia na comunidade. Fundamentalmente, os autores reforçam a ideia original da teoria da desorganização social (SHAW; MCKAY, 1942), do papel da mobilidade residencial no controle social do bairro ou vizinhança. Esses resultados antecipam o desenvolvimento de uma abordagem sistêmica onde o papel das redes sociais no contexto organizacional das comunidades, para além dos laços de amizade e associativos, são reflexos das características ecológicas das comunidades. Essas redes formadas por atores locais e externos são capazes de impedir o desenvolvimento comunitário de ambientes de oportunidade criminal e de elevada vitimização.

Esse elemento vem se somar às discussões sobre a relação entre desorganização social e crime, na medida em que demonstra o quanto esse ambiente age como uma barreira impedindo que os moradores compartilhem valores comuns – padrão normativo comportamental – e tenham uma organização mais coesa para controlar de modo eficiente o com-

⁵ É importante destacar que as redes sociais não se desenvolvem unicamente em um sentido positivo. Tanto Patillo-McCoy (1999) quanto Venkatesh (1997) demonstram que, apesar das redes sociais promoverem coesão social, algumas vezes produzem ramificações negativas que impedem esforços locais contra elementos de desordem e crime. Nem sempre as redes são igualitárias ou de natureza pró-social.

portamento e a rotina dos indivíduos na própria comunidade. Conseqüentemente, o crime de uma maneira geral e a resolução de conflitos interpessoais de forma violenta nesses locais são fenômenos cujo custo associado, comparativamente a outras áreas, é mais baixo.

2.6 OPERACIONALIZANDO O CONCEITO DE DESORGANIZAÇÃO SOCIAL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Analisando um *survey* britânico de 1982, Sampson e Groves (1989) implementaram um teste da Teoria da Desorganização Social com informações de 200 áreas ecológicas consideradas “comunidades locais”. Às medidas relativas ao nível socioeconômico, à mobilidade residencial e heterogeneidade étnica, utilizadas no trabalho original de Shaw e McKay (1942) como determinantes de um ambiente socialmente desorganizado, foram incorporados dois outros fatores: desestruturação familiar (por exemplo, alta taxa de divórcio ou famílias monoparentais) e urbanização (em que se utilizou uma medida de densidade populacional). Objetivamente, esse pode ser considerado com um dos primeiros testes empíricos da Teoria da Desorganização Social (SAMPSON; GROVES, 1989).

Os autores procuraram avaliar o efeito multidimensional da desorganização social, que não seria o resultado direto da concentração de pobreza (ELLIOTT et al., 1996). Ou seja, nem todos os bairros pobres têm elevados índices de criminalidade, mas, aqueles em que indicadores ecológicos de mobilidade residencial, heterogeneidade, desestruturação familiar e desemprego crônico se combinam, observa-se um processo que conduz ao enfraquecimento, ou ruptura, das instâncias formais e informais de controle. Nesse caso, a capacidade organizacional dos residentes torna-se reduzida e a probabilidade de ocorrência de comportamento criminoso é aumentada significativamente.

Essa dinâmica processual relacionada ao controle e desorganização social, bem como seus efeitos afetam, com grande intensidade, o processo de socialização de crianças

e adolescentes. Em bairros com elevada desvantagem sociodemográfica ficam comprometidos os fatores associados à integração social e capacidade efetiva da coletividade de exercer o controle. A supervisão local ou vigilância informal das áreas varia em decorrência dos distintos níveis de mobilidade residencial e característica das famílias. A consequência disso é uma baixa capacidade de socialização de crianças que, no extremo, conduz a uma aceitação de comportamentos desviantes diversos. A pobreza e a urbanização descontroladas aceleram o processo de degradação do ambiente urbano, afetando a capacidade de uma área de se desenvolver e atrair novos investimentos em serviços básicos que beneficiam a comunidade como um todo (SKOGAN, 1990). Com a capacidade local dos residentes de exercerem um efetivo controle informal comprometida, decorrente da baixa integração social, sua capacidade de se mobilizar para obter recursos externos também é afetada e, conseqüentemente, a organização da ordem local torna-se mais frágil e “receptiva” a comportamentos desviantes e à ocorrência de criminalidade.

Embora usado de diferentes maneiras, o indicador de pobreza, bem como sua relação com variáveis de crime e delinquência, têm sido muito controversos. O nível socioeconômico de um bairro contribui de várias maneiras para aumentar a condição de desorganização social. Basicamente, os pressupostos giram em torno da premissa de que uma comunidade com recursos financeiros escassos terá problemas para estabelecer uma efetiva participação de seus residentes em organizações formais ou voluntárias. Essa carência estrutural afeta o exercício do controle formal e informal, traduzido na forma de supervisão de jovens ou adolescentes, favorecendo a ocorrência de elevadas taxas de criminalidade nestas áreas.

Mobilidade residencial, por sua vez, afeta a consolidação das redes sociais de uma comunidade. De acordo com o modelo proposto por Kasarda e Janowitz (1974), uma

comunidade com elevada mobilidade entre seus residentes terá maiores dificuldades para promover densas redes sociais e laços associativos. Esses, por sua vez, têm um papel relevante no envolvimento das pessoas para a solução de problemas ligados principalmente à criminalidade na sua vizinhança, além de funcionarem como mecanismos de supervisão e controle, sobretudo de jovens e adolescentes.

Finalmente, a heterogeneidade étnica, como proposto por Shaw e McKay (1942), funciona como uma barreira para que os residentes de uma comunidade compartilhem sentimentos comuns e dificulta o estabelecimento da integração social local, traduzido na forma de consenso. Uma comunidade muito heterogênea terá problemas de comunicação e interação entre seus residentes, tornando-a segmentada e frágil para o exercício do controle da criminalidade e delinquência.

Duas outras características estruturais exógenas são incorporadas na proposta de teste da teoria elaborada por Sampson e Groves (1989): desestruturação familiar e urbanização. A primeira tem impacto direto na redução dos mecanismos de controle social informal. O indicador de desestruturação familiar é composto pelo número de residências cujos pais são separados ou divorciados. Residências monoparentais terão menor capacidade de supervisão e proteção não apenas das crianças e da própria casa, mas, também, das atividades comunitárias como um todo.⁶ Assim como Shaw e McKay mostraram, as localidades com elevada concentração de crime e delinquência sofrem um processo de “transmissão lateral de valores e técnicas delinquentes”, que são transmitidos culturalmente (KORNHAUSER, 1978, p. 66). A elevada concentração de delinquência juvenil por um longo período numa área, ao mesmo tempo em que é o resultado de menor capacidade

⁶ Essa ideia de supervisão associada com “lares completos” pode ser encontrada, também, nos pressupostos da Teoria das Atividades Rotineiras de Cohen e Felson (1979), com respeito ao indicador de vigilância. De acordo com a abordagem das atividades rotineiras, elevada proporção de jovens e de famílias monoparentais chefiadas por mulheres pode ser um indicador de exposição ao risco e baixa vigilância.

de vigilância familiar e de vizinhos com relação a atividades de jovens, passa a impedir o estabelecimento dos mecanismos de controle devido ao medo da violência e da ameaça de retaliação. Hipoteticamente, uma comunidade caracterizada por desestruturação familiar terá menor supervisão dos jovens e, portanto, maior taxa de criminalidade e delinquência.

A medida de urbanização chama atenção para os tipos de relações pessoais que ocorrem em sociedades mais industrializadas e modernas. No contexto da teoria, a urbanização conduz ao surgimento de determinados enclaves urbanos caracterizados pela transição de uma área de indústria, comércio e moradias de baixo valor rentável, onde as relações entre os residentes são menos diretas e mais residuais. Isso provocaria menor capacidade de controle e supervisão em nível local e geraria um ambiente favorável à criminalidade e delinquência.

Para Sampson e Groves (1989), a capacidade de uma comunidade de supervisionar e controlar as ações e atitudes de jovens e adolescentes consideradas desordeiras é a dimensão interveniente mais importante do modelo. Como um fenômeno de grupo, a delinquência juvenil é particularmente um problema de interação de jovens que se agrupam para cometer delitos. Em decorrência disso, Sampson e Groves (1989) consideram a capacidade de uma vizinhança de controlar as ações de grupos locais, um mecanismo extremamente importante de ligação entre características locais e delinquência. Hipoteticamente, quanto maior o grau de coesão em determinada vizinhança, maior será sua capacidade de controlar o desenvolvimento e a ação de grupos responsáveis pelas taxas de crime e delinquência locais.

O modelo de redes proposto por Kasarda e Janowitz (1974) fornece o subsídio necessário para a segunda dimensão da organização social de uma comunidade. Para eles, os laços sociais formados numa comunidade favorecem uma maior capacidade dos

seus residentes de exercerem o controle social informal. Por serem mais coesos, os vizinhos são mais capazes de reconhecerem pessoas estranhas e se envolverem, de maneira mais consistente, nas discussões sobre problemas locais relacionados à criminalidade. Por causa disso, Sampson e Groves (1989) consideram as redes de amizade um dos fatores mediadores das taxas de crime, na medida em que funcionam como mecanismo de reconhecimento de pessoas suspeitas e de controle social informal.⁷

Por fim, a terceira variável interveniente elaborada por Sampson e Groves (1989) é a “taxa de participação local em organizações formais e voluntárias” (p. 779). Organizações comunitárias exercem um importante papel no envolvimento e participação dos residentes de uma comunidade local na discussão dos problemas de interesse comum e operam, juntamente com a população local, no sentido de promover ações voltadas a controlar sinais de desordem e crime. Alguns autores têm defendido a tese de que uma comunidade pouco organizada dispõe de mecanismos frágeis de controle social, sobretudo com respeito a adolescentes e jovens (SIMCHA-FAGAN; SCHWARTZ, 1986). Nesse sentido, vizinhanças muito organizadas seriam aquelas que também se caracterizariam por menores taxas de crimes violentos e de delinquência juvenil (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 780).⁸

Os resultados obtidos deram novos impulsos à teoria originalmente proposta por Shaw e McKay (1942). Resumidamente, os coeficientes do modelo de regressão utilizado mostram que as variáveis intervenientes (redes de amizade, supervisão de jovens e participação organizacional) têm um impacto muito maior nas taxas de vitimização se comparados aos coeficientes das variáveis estruturais prevalentes do modelo original.

⁷ Recentemente, Sampson (2002, p. 98) admitiu que cometeu um erro ao definir as dimensões estruturais da desorganização social de uma comunidade em termos da prevalência e interdependência das redes sociais. Para ele, a desorganização social pode ser influenciada pela configuração das redes informais, mas, apesar disso, são variáveis independentes.

⁸ Para um melhor esclarecimento de como as variáveis foram construídas, ver Sampson e Groves (1989, p. 783-786).

De acordo com as palavras dos próprios autores, “tomadas juntas, as três dimensões de desorganização social da comunidade mediaram mais da metade dos efeitos dos três fatores estruturais de Shaw e McKay (*status* socioeconômico, mobilidade e heterogeneidade) sobre o principal indicador de crime (i.e. taxa de vitimização total)”⁹ (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 791).

É importante acrescentar que essa tentativa de avaliar empiricamente o potencial explicativo da Teoria da Desorganização Social visa avançar sobre alguns pontos ainda pouco esclarecidos em relação à teoria original. Por exemplo, Bursik (1988) havia chamado atenção para a escassez de variáveis detalhadas que possam medir o grau de desorganização social de uma comunidade. De acordo com esse autor, a desorganização social se refere à incapacidade da comunidade local de compartilhar valores entre seus membros e resolver problemas comuns a eles (KORNHAUSER, 1978; BURSIK, 1988). Essa condição impedia o exercício local de controle de diversas formas, seja em razão de certo desinteresse comunitário, pela fragilidade das redes sociais, ou devido à dificuldade de comunicação entre grupos sociais muito heterogêneos.

De qualquer modo, os ganhos em termos teóricos e metodológicos permitiam àqueles que seguiam a trajetória traçada pelos estudos ecológicos sobre desorganização social, compreender melhor a dinâmica da violência urbana, apesar das lacunas existentes a serem esclarecidas.

⁹ Do original, “taken together, the three dimensions of community social disorganization mediate over one-half of the effects of Shaw and McKay’s three structural factors (SES, mobility, heterogeneity) on the most general indicator of crime (i.e., total victimization rate)”. Tradução de responsabilidade do autor.

2.7 O MODELO SISTÊMICO DE CONTROLE DE BURSIK E GRASMICK

A reformulação da Teoria da Desorganização Social em termos sistêmicos, que se deu a partir dos anos de 1970, impulsionou a pesquisa sociológica que buscava nas características dos bairros as explicações para o crime e a delinquência. A comunidade local, ou vizinhança, passa a ser compreendida como um complexo sistema relacional entre amigos e familiares e de vínculos associativos formais e informais, com base na família e no processo de socialização vigente no bairro. Esses elementos são responsáveis pela capacidade do bairro de exercer autorregulação, ou seja, pelo grau de supervisão coletiva fundamental na manutenção do controle da ordem local. O grau de organização de uma comunidade passa a ser considerado, portanto, como resultado dos mecanismos de superação a obstáculos estruturais que impedem o efetivo controle social fundamentado nas redes formais e informais:

“The differential rates of criminal behavior and victimization among neighborhoods [...] represent variations in the ability of neighborhoods to regulate themselves through these networks in such a way that the daily lives of their residents are not significantly constrained by the threat of criminal behavior”. (BURSIK; GRASMICK, 1993, p. 4)

Como se pode observar, a ideia subjacente a essa passagem é de que um bairro com elevado grau de desorganização social tem enfraquecido suas instâncias formais e informais de controle (família, escola, igrejas e outras instituições locais) de tal forma, que os custos associados ao cometimento de crime, ou desordem, ficariam reduzidos.

Colocado assim, Bursik (1988) considera o conceito de desorganização social proposto originalmente por Shaw e McKay nada mais do que o desdobramento da teoria do

“controle social” elaborada em termos de grupo. Em razão do enfraquecimento de instâncias formais e informais de controle em determinadas comunidades, o tecido social de uma determinada localidade fica exposto a um ambiente de oportunidade para o crime, em que o custo associado a esse é reduzido. Como uma teoria do controle, a teoria da desorganização social assume que o objetivo comum entre os residentes de um bairro, por exemplo, é o desejo compartilhado de viver em uma área livre do crime (BURSIK; GRASMICK, 1993). A “organização social e desorganização social são, portanto, vistos como diferentes fins de um mesmo contínuo relativo às redes sistêmicas de controle social comunitário” (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 777).

Assim, torna-se mais fácil diferenciar as causas da desorganização social, como heterogeneidade étnica e racial ou mobilidade residencial, de suas manifestações, como o fenômeno da delinquência, ou criminalidade. De acordo com essa visão sistêmica, são reconhecidos dois níveis distintos de controle do crime na comunidade: o primeiro nível é exercido por meio das redes relacionais primárias e secundárias entre os residentes e, o segundo, refere-se ao papel das organizações locais (igrejas, escolas, associações de bairro, etc.) no controle social e na obtenção de recursos externos para lidar com o crime (BURSIK; GRASMICK, 1993). É importante destacar como esses dois níveis de controle associados às redes se assemelha à discussão proposta por Granovetter (1973) acerca dos efeitos diferenciais dos “laços sociais”. Apesar dos “laços fortes” dentro de um grupo, facilitarem a ação coletiva, os contatos superficiais que caracterizam as relações intergrupos são um tipo de conexão social fundamental, pois permitem maior porosidade cultural e política e facilitam o fluxo de informação e influência (LIN, 2000).

Nesse sentido, a articulação sistêmica da teoria da desorganização social proposta por Bursik e Grasmick (1993) parte do pressuposto de que bairros caracterizados por baixo

nível socioeconômico tendiam a ter uma elevada taxa de delinquência, devido à heterogeneidade étnica e instabilidade residencial, tornando-os pouco atrativos para se viver. Nesse ambiente de concentração de desvantagens¹⁰ (WILSON, 1987), o papel relativo ao controle exercido por instituições sociais como igreja, escolas, associações de bairro, etc., apresenta-se enfraquecido afetando três níveis de ordem social (HUNTER, 1985):

- As relações primárias que resultavam das estruturas informais de controle do bairro eram caracterizadas pelas relações entre amigos e conhecidos e se referiam ao nível privado de controle social. Mudanças na população residencial e na composição racial dos bairros tornavam mais difíceis o estabelecimento e a manutenção dos vínculos primários com prejuízos aos esforços para controlar o comportamento delinquente;
- O nível paroquial refere-se às relações entre os residentes de um bairro que não possuem a mesma base afetiva do nível privado, ou seja, são as relações interpessoais entre os vizinhos e destes com as instituições locais como igrejas, escolas e associações de bairro. Nesse nível de regulação social, o controle sistêmico reflete a capacidade do bairro em supervisionar o comportamento dos seus residentes na medida em que estes são menos prováveis de intercederem em eventos cujos envolvidos são pessoas desconhecidas e sem vínculos locais;
- O nível público de controle envolve a capacidade de uma comunidade em alcançar benefícios e serviços públicos (serviços de saúde, serviços sociais, policiamento, etc.) de agências externas à comunidade.

Bursik e Grasmick (1993) sugerem que a maior deficiência relativa ao modelo original da teoria da desorganização social (SHAW; McKAY, 1942) é a falha em considerar

¹⁰ Mercado por elevada privação econômica e social.

a importância da esfera pública de controle nas redes relacionais do bairro.¹¹ Esses autores destacam a dificuldade em se modificar a natureza de um bairro apenas a partir dos esforços de organizações locais. Para eles, a efetividade está na capacidade dos grupos em negociarem com as agências externas capazes de executarem decisões que ultrapassam os limites organizacionais dos bairros. Por fim, afirmam que a associação entre estabilidade residencial e altas taxas de crime não invalida o modelo sistêmico, ao contrário, essa aparente contradição enfatiza a necessidade de expandir o foco do controle do bairro para além da dinâmica interna da comunidade.

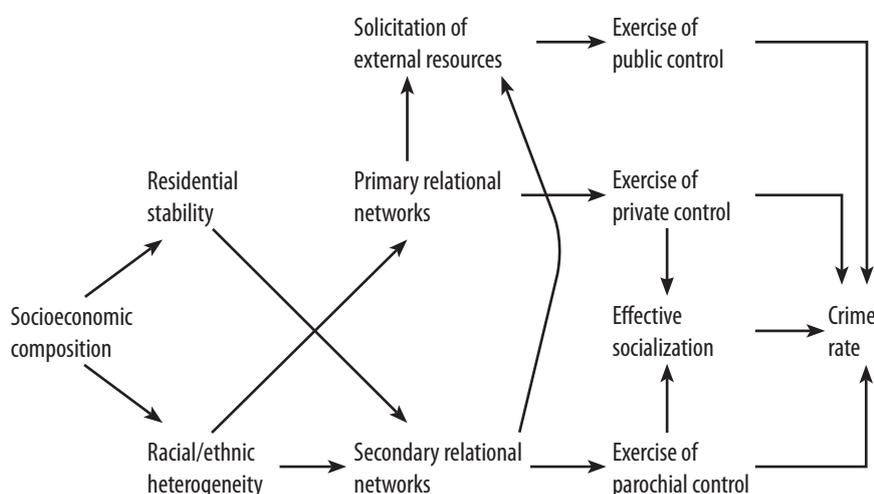


Figura 2.3. Modelo sistêmico desenvolvido por Bursik e Grasmick (1993).

Nesse sentido, fica implícita a ideia de como os três níveis de controle social são interdependentes, isto é, somente a partir de um forte controle privado é possível uma maior eficiência no nível paroquial de controle. Por exemplo, a capacidade de uma determinada escola exercer um efetivo controle sobre os alunos é potencializada na medida em que existe uma maior interação entre os pais, de tal forma que a informação compartilhada pela instituição (nível paroquial) reforça as interações na família (nível privado). Da mesma forma, o controle formal exercido pela polícia (nível público), por exemplo, será

¹¹ Inclusive, por ser independente do papel das redes sociais, como colocado por Sampson (2002). Geralmente, laços fracos (*weak ties*) são formas extremamente importantes de organização social para alcançar fins desejáveis (GRANOVETTER, 1973).

mais eficiente naquelas comunidades em que o controle privado funciona melhor, muito embora, nesse caso, a polícia, de fato, deva realizar seu trabalho (ronda, por exemplo) independente do grau de controle exercido pelos níveis privado e paroquial. Sob esse ponto de vista, para os autores existe uma necessidade de coexistência das três dimensões de ordem social como instrumento para o controle em nível comunitário.

Nesse modelo sistêmico, é importante observar o papel do componente institucional como um estoque de recurso de organizações presentes na vizinhança e de sua capacidade de interlocução com outras organizações, dentro e fora da comunidade. Por isso, Kornhauser (1978) afirma que fracas ligações institucionais do tipo horizontais no interior da comunidade, refletem a sua reduzida capacidade de defender os interesses imediatos. Ao contrário, muitas áreas podem exibir laços privados intensos e falhar na sua capacidade institucional de alcançar o efetivo controle social.

Em termos sistêmicos, a capacidade de uma comunidade local em desenvolver conexões com agências externas promovendo maior exercício do controle público dependia, num primeiro momento, da densidade das redes comunitárias construídas ao longo do tempo.¹² Num momento posterior, essas redes conduziam a um maior nível de identificação local e sentimento de pertencimento entre os residentes, a tal ponto que esse processo se traduzia em uma maior capacidade do bairro de controlar os níveis de crime dentro dos seus limites.

De certa forma, esse modelo vem confirmar uma interessante discussão sobre a estabilidade da violência em determinadas áreas e sua associação com as três esferas de controle social, apontada no estudo elaborado por Taub e seus colegas (1984) sobre o declínio dos bairros de Chicago. Entre outras coisas, eles destacaram que a dinâmica de

¹² Por exemplo, pela extensão de tempo que uma pessoa residia em um bairro.

um bairro não deve ser considerada apenas pela ótica dos dados ecológicos,¹³ muito antes pelo contrário, são os residentes locais e os atores institucionais com interesse na área que, no dia a dia, tomam a maior parte das decisões que definem a “textura” e qualidade de vida urbana local. Ao construírem uma teoria geral acerca da dinâmica da mudança nos bairros a partir de sua pesquisa, os autores concluem: “There are three types of social and ecological pressures that interactively determine the pattern of change in urban neighborhoods: (1) ecological facts; (2) corporate and institutional decisions; and (3) decisions of individual neighborhood residents” (TAUB et al., p. 182).

A inter-relação entre as propriedades estruturais das comunidades urbanas e as redes relacionais em nível local e externo permite expandir as discussões acerca do “efeito dos bairros” sobre os mecanismos de organização social capaz de inibir ou promover as condições ideais para a ocorrência de crimes. Para abordar essas questões conceituais e teóricas, Sampson, Raudenbush e Earls (1997) propuseram a teoria da Eficácia Coletiva e demonstraram a importância de compreender como as comunidades variam na sua capacidade de ativar um recurso (Eficácia Coletiva) em momentos cruciais e específicos, voltado para promover o bem estar geral do bairro.

2.8 EFICÁCIA COLETIVA E CRIME NOS BAIROS: ORGANIZADOS PARA QUAL FINALIDADE?

Para enfrentar esses desafios interpretativos relativos ao modelo de controle e desorganização social diante das novas realidades urbanas, Sampson e seus colegas (1997) apresentaram uma proposta teórica que se concentra nos mecanismos de organização

¹³ De acordo com Taub e seus colegas, dados ecológicos definem o contexto econômico e social de um bairro. Alguns destes dados ecológicos são partes da estrutura social, as quais são constituídas e reproduzidas na ação humana.

social facilitadores de associações locais, mas não exclusivos. Ao rejeitar os modelos normativos em que, idealmente, os bairros (vizinhanças ou comunidades) são caracterizados por vínculos locais densos, íntimos e emocionais, os autores definem bairros como “unidades ecológicas” em que as propriedades analíticas de organização social podem variar.

A premissa básica do estudo é que características sociais e organizacionais dos bairros explicam as variações nas taxas de crimes que não devem ser atribuídas somente às características demográficas agregadas dos indivíduos (SAMPSON et al., 1997, p. 918). De acordo com este trabalho, as baixas taxas de crimes numa vizinhança seriam o resultado de um ambiente em que os residentes compartilham valores comuns e, ao mesmo tempo, agem de forma a controlar as atividades locais. O controle social informal ao nível da vizinhança será mais bem exercido quando houver maior coesão e confiança entre seus residentes.

Os autores focam suas análises nos mecanismos de controle social informal que os residentes de uma vizinhança buscam para alcançar ordem pública, em contraste com controle social formal, como ações policiais, por exemplo. Em termos teóricos, esse controle informal se traduz na capacidade de seus residentes de obterem recursos (financeiros) e respostas (ações políticas) direcionadas às demandas locais. Segundo os autores, essa viabilização de serviços públicos direcionados às demandas locais minimiza os efeitos da desordem social sobre as taxas de criminalidade local e demonstra a capacidade de articulação dos residentes com instituições e outras agências de fora da comunidade.

Trata-se aqui do terceiro nível de ordem social: o nível público (HUNTER, 1985). Bursik e Grasmick (1993) explicam que a aparente contradição do modelo original de desorganização social, verificada pela existência de vizinhanças caracterizadas por baixo *status* socioeconômico, instabilidade residencial, heterogeneidade étnica e baixo índice

de criminalidade, decorre da capacidade diferenciada de certas comunidades de alcançar uma efetiva interlocução entre os representantes da comunidade local e a esfera pública de poder, localizada fora dos limites da comunidade.¹⁴ Em adição, vale ressaltar que muitas dessas comunidades se destacam pela organização interna capaz de conter avanço dos elementos distintivos de “oportunidade criminal”.

Para que uma vizinhança consiga um efetivo controle social informal, traduzido na predisposição dos residentes locais em agirem para obter o bem comum, é preciso que os moradores compartilhem duas características individuais: a confiança e a solidariedade. De fato, é improvável que exista qualquer tipo de mobilização em alguma comunidade em que prevalecem sentimentos de desconfiança entre os seus residentes. Colocado dessa forma, os autores assumem que “vizinhanças socialmente coesas apresentam um contexto mais fértil para a realização de controle social informal” (SAMPSON et al., 1997, p. 919), mas isso não impede que exista atividades criminais concomitantemente à presença de coesão social (VILLARREAL; SILVA, 2006; CERDA; MORENOFF, 2009). No caso do Brasil, a associação positiva entre coesão social e concentração de desvantagens em áreas violentas pode ser vista como uma forma necessária para a sobrevivência das pessoas, que não se traduz em controle social (CRUZ, 2010).

O mecanismo crucial da organização social elaborado pelos autores é a medida de Eficácia Coletiva. Esse conceito integra elementos de coesão social e confiança mútua (a parte coletiva do conceito) com expectativas compartilhadas para o controle (que compreende a dimensão de eficácia). Para eles, “eficácia coletiva é um meio fundamental através do qual as localidades urbanas inibem a ocorrência de violência pessoal, sem consi-

¹⁴ Para um estudo qualitativo das diferentes capacidades de interlocução com o nível público por meio da “força dos laços”, ver Prates (2009).

derar a composição demográfica da sua população”¹⁵ (SAMPSON et al., 1997, p. 919). É importante enfatizar que eficácia coletiva é um recurso disponível diferencialmente entre as comunidades e é ativado em um momento crucial e pontual, ao contrário do modelo sistêmico em que se pressupõe a coexistência simultânea dos distintos níveis de controle para a manutenção da ordem local.

Os autores indicam algumas características no contexto estrutural das vizinhanças que têm influência sobre eficácia coletiva. Eles retomam as características estruturais originárias do trabalho de Shaw e McKay (1942), que têm impacto na dimensão de desorganização social, ao mesmo tempo em que lançam luz sobre novos fatores a serem considerados. Por exemplo, o efeito que a taxa de mobilidade residencial na vizinhança tem na ordem social local foi vastamente discutido, sobretudo no que diz respeito ao efeito sobre laços sociais e envolvimento local (ver SHAW; McKAY, 1942; KASSARDA; JANOWITZ, 1974; JANOWITZ, 1976; SAMPSON; GROVES, 1989; BURSIK; GRASMI-CK, 1993; SAMPSON et al., 2002; SAMPSON, 2003). Nesse trabalho, Sampson e seus colegas (1997) vão além e levantam informações sobre a taxa de pessoas proprietárias das suas residências numa vizinhança. Essa característica, para eles, seria um bom indicador de mobilização local em torno de resolução de problemas comuns.

A heterogeneidade étnica, agravada por uma forte segregação racial, tem conduzido grupos de pessoas ao isolamento geográfico e social. A literatura que discute este tema, inicialmente considera a dificuldade de diferentes grupos étnicos conviverem numa mesma área, sobretudo por causa das diferenças de valores. Somado a isso, considera-se o isolamento social de residentes de baixa renda, especialmente de minorias e de famílias que têm a mulher como responsável pelo domicílio. Assume-se, por isso, que a estrati-

¹⁵ Eficácia coletiva é um processo coletivo que busca alcançar um efeito intencionado.

ficação econômica por raça e lugar, um tipo particular de segregação espacial, implica concentração de formas cumulativas de desvantagens, intensificando o distanciamento de pessoas de baixa renda, minorias e famílias monoparentais, dos recursos necessários para obter um controle social coletivo e da ordem normativa geral (WILSON, 1987, SAMPSON, 2004; SAMPSON, 2012).

Finalmente, variáveis de renda representam o mais importante impacto na “qualidade de vida”, tanto de indivíduos quanto de sua coletividade. Pobreza concentrada – definida pelo índice composto por renda e raça e pelas características do domicílio e do responsável – tem relação direta com a “quantidade” de eficácia coletiva disponível em uma vizinhança. De acordo com os próprios autores, mesmo se existirem fortes laços sociais em vizinhanças pobres, a desvantagem econômica é um importante fator a se considerar no que diz respeito à obtenção de ações coletivas (SAMPSON et al., 1997).

Os dados para testar o modelo de eficácia coletiva proposto por Sampson et al. (1997) são do Projeto de Desenvolvimento Humano nos Bairros de Chicago (Project on Human Development in Chicago Neighborhoods – PHDCN). Os autores agruparam os 847 setores censitários da cidade de Chicago em 343 Aglomerados de Bairros (Neighborhood Clusters – NCs), os quais, segundo eles, são ecologicamente significativos e contíguos, garantindo uma homogeneidade interna no que diz respeito a variáveis sociodemográficas.

As medidas mais importantes desse trabalho são traduzidas pelos conceitos de controle social informal, coesão social e confiança, combinados para compor a dimensão de Eficácia Coletiva. O indicador de controle social informal é obtido a partir de questões direcionadas aos entrevistados para captar informações sobre sua capacidade (ou predisposição) de agir ou intervir no bem-estar comum da vizinhança em que vivem; nesse sentido, é um fenômeno diferencialmente ativado entre os bairros. Como exemplo, a probabilidade

de intervir sobre o comportamento de uma criança que está deixando de ir à escola, “pichando” muros ou paredes de prédios, desrespeitando adultos ou brigando nas ruas.

Os indicadores de coesão social e de confiança na vizinhança são construídos a partir de questionamentos aos residentes a respeito do grau e tipo de interação existente entre eles. Alguns autores chamam esse indicador de “integração social” (ROUNTREE; LAND, 1996). Nesse caso, os entrevistados são perguntados sobre sua predisposição para ajudar seus vizinhos, o quanto se consideram unidos, se podem ser confiáveis e, ao mesmo tempo, se compartilham valores (SAMPSON et al., 1997, p. 920).

De acordo com a hipótese desse trabalho, controle social informal e coesão social são medidas altamente correlacionadas. Sugerem que estejam indicando aspectos de uma “mesma medida latente” e que estariam combinadas para gerar o componente de eficácia coletiva ao nível da vizinhança, um indicador que diz respeito, basicamente, à predisposição e intenção dos residentes para intervirem no “comportamento da vizinhança” sob condições de confiança mútua e coesão social.

Outras variáveis obtidas a partir desse *survey* são utilizadas para avaliar as diferenças entre vizinhanças, como informações sobre renda, raça, migração, mercado de trabalho, idade, estrutura familiar, situação da residência e estabilidade residencial. No modelo apresentado, essas variáveis são usadas separadamente no nível individual e, algumas delas, são agrupadas para gerar informações no nível agregado de vizinhança, como pobreza concentrada, concentração de imigrantes e estabilidade residencial.

As variáveis dependentes no modelo são as medidas de auto-reportagem de violência, também obtidas pelo *survey* de vizinhança da cidade de Chicago. Os entrevistados são perguntados sobre a ocorrência de vitimização anterior para alguns delitos, como brigas com uso de armas, discussões entre vizinhos, briga de gangues, violência sexual ou estupro e roubo.

Os resultados obtidos mostram que as medidas ao nível de vizinhança – pobreza concentrada, concentração de imigrantes e estabilidade residencial – explicam 70% da variação de eficácia coletiva dentro da cidade. Concentração de pobreza, de imigrantes e elevada instabilidade residencial têm uma relação negativa com o indicador de eficácia coletiva. Da mesma forma, a existência de eficácia coletiva na vizinhança está negativamente relacionada à violência. Isto é, áreas em que os vizinhos exercem um forte papel de vigilância informal de jovens e adolescentes associado a um forte indicador de coesão social e confiança mútua apresentam baixos indicadores de desordem e vitimização.

Outro resultado é que a associação entre desvantagem concentrada e estabilidade residencial com as medidas de violência e crime é reduzida quando o modelo é controlado pelo indicador de eficácia coletiva, sugerindo uma trajetória causal no nível comunitário. O efeito da eficácia coletiva opera ao longo do tempo, isto é, na medida em que elementos da estrutura comunitária como concentração de desvantagens, segregação racial, desestruturação familiar e instabilidade residencial agem no sentido de enfraquecê-la, promovem, por sua vez, um ambiente mais favorável à ocorrência de crimes (SAMPSON, 1999). O conceito de eficácia coletiva, portanto, faz uma forte referência à capacidade de associativismo comunitário, permeado por sentimentos de confiança mútua, adesão a valores comuns, redes de amizade e participação voluntária com o foco na busca por melhoria da qualidade de vida do bairro.

Além disso, é importante destacar que eficácia coletiva é muito mais que a acumulação das propriedades individuais relativa aos seus componentes, sua orientação teórica consiste em compreender o conceito a partir de expectativas compartilhadas de ação, que é potencialmente ativada para realizar tarefas específicas em condições de confiança mútua e coesão social. Nesse sentido, um contexto comunitário em que as regras não são

claras e os recursos externos capazes de dar suporte à coletividade são inexistentes, a possibilidade de se encontrar pessoas predispostas a intervir é mínima. Assim, essa situação pode implicar no surgimento do que Elliott e seus colegas (1996) chamam de “estruturas de oportunidades ilegítimas e estilos de vida disfuncionais” ou, mais precisamente, em um ambiente facilitador para “estratégias comportamentais alternativas” (COHEN, MACHALECK, 1998), com baixa capacidade do exercício coletivo e eficaz de controle local.

2.8.1 Tipos diferenciados de organização

É importante ressaltar, neste ponto, que a teoria da desorganização social, assim como seus desdobramentos, como o modelo sistêmico proposto por Bursik e Grasmick (1993) e o da eficácia coletiva (SAMPSON *et al.*, 1997), devem ser entendidos como uma tentativa de teorizar as condições contextuais de comunidades caracterizadas pela ausência de esforços coletivos e concretos dos atores locais em busca de uma meta específica: “viver em uma área livre da ameaça do crime” (SAMPSON, 2002).

Conforme argumentou Whyte (1943, *apud* SAMPSON 2002), o que parece desorganização social “do lado de fora” possui, na verdade, uma organização interna. As áreas caracterizadas como socialmente desorganizadas, particularmente as áreas de favelas, são comunidades em que é possível encontrar uma perfeita coexistência entre redes de criminosos, grupos delinquentes organizados e uma complexa e densa rede social (REISS, 1986; WILSON, 1987; ZALUAR, 1994, CRUZ, 2010). Em alguns casos específicos, estudos etnográficos têm mostrado a forma como se dá essa aparente contradição entre redes sociais e criminalidade: “The incorporation of gang members and drug dealers into the networks of law-abiding kin and neighbors thwarted conventional efforts to rid the neighborhood of its criminal element” (PATTILLO, 1998, p. 752).

Isto é, a densidade de laços ou redes sociais que promovem coesão social pode operar, às vezes, no sentido de impedir ações que visam reduzir ou acabar com a criminalidade relacionada a grupos de delinquentes ou comércio de drogas ilegais. Ou simplesmente coexistir com a criminalidade como uma forma de autopreservação coletiva. Nesses casos, a rede de criminosos observada nas áreas violentas e de desorganização social, muitas vezes liderada por indivíduos nascidos e criados na comunidade, pode explicar a existência de uma grande variedade de atos de controle social informal para manter a comunidade distante dos crimes violentos e de sinais de desordem.

Outro elemento relevante nesse contexto paradoxal entre redes, controle informal e crime, diz respeito à presença dos grupos de criminosos que compõem a organização social local. Em um relatório do fim da década de 1990, utilizando um estudo longitudinal de 40 anos acerca da vida em uma comunidade pobre da região sul de Chicago, Venkatesh (1997) mostrou que os grupos de criminosos não são considerados “bem vindos” pelos residentes locais, no entanto, muitos desses se beneficiam materialmente e mantêm interações diárias com os membros desses grupos. Em consideração ao estabelecimento dessas redes e das interações subjacentes, a questão é definir o que significa estar conectado – “redes não são inerentemente igualitárias ou pró-sociais por natureza” (SAMPSON, 2002). Em outra passagem, o mesmo autor destaca: “... networks connect do-gooders just as they connect drug dealers” (SAMPSON, 2006).

No entanto, essa situação inesperada em que áreas com elevados níveis de criminalidade são, simultaneamente, organizadas e desorganizadas, é, na realidade, produto de um tipo de organização social específica, em que a condição de confiança mútua, coesão e predisposição dos residentes locais em intervirem para alcançar uma meta comum é uma linha tênue praticamente inexistente. Quando muito, esses elementos coexistem de

modo fragmentado em um contexto onde as regras não são claras e as pessoas desconfiam umas das outras. É nesse sentido que um tipo de organização local baseada unicamente na coesão entre seus residentes não é suficiente para promoção de um contexto fértil para o exercício do controle social: “It is the linkage of mutual trust and the willingness to intervene for a common good that defines the neighborhood context of what we term collective efficacy” (SAMPSON et al., 1997).

É exatamente nesse contexto que passa a ser relevante considerar a conexão entre o nível local de organização e interação com instituições externas. Essas últimas devem ser vistas como um elemento diferencial que oferece o suporte necessário para ativar os mecanismos organizacionais que irão estabelecer os padrões normativos de comportamento. Sentimentos de confiança entre os residentes, valores comuns compartilhados e expectativas de ação fazem toda a diferença, mas são ativados mais facilmente se respaldados por mecanismos institucionais externos capazes de permitir a continuidade do controle social estabelecido por componentes locais.

Por desconsiderar essa peculiaridade que faz parte de alguns contextos específicos, observamos alguns estudos em países da América Latina nos quais se têm verificado uma aparente contradição entre altos níveis de coesão social em bairros com concentração de desvantagem, que não se reverte em controle social – eficácia coletiva (VILLARREAL; SILVA, 2006; CERDA; MORENOFF, 2009; SAMPSON, 2012). Esses resultados demonstram a necessidade de considerar nas análises o papel desse elemento externo no contexto local de interação social.

2.8.2 Capacidade ou predisposição para controlar o crime? O papel do nível público de controle

A revitalização da teoria da desorganização social é atribuída aos trabalhos de teóricos e pesquisadores que procuraram esclarecer e reformular o modelo original de desorganização social. Em particular, dois modelos têm sido foco de muita atenção. O primeiro é o modelo sistêmico e está ligado aos trabalhos de Bursik e Grasmick (1993). O ponto central desse trabalho é a importância dos vínculos sociais, indispensáveis ao controle social, por meio dos quais os indivíduos em um bairro formam laços de amizade, passam a se conhecer melhor, estabelecem valores comuns e alcançam efetivo controle informal. Esse modelo destaca o valor da capacidade (*ability*) ou competência de uma comunidade em promover o controle social, que é definido, de acordo com a abordagem sistêmica, como o “esforço da comunidade em regular a si própria e o comportamento de residentes e visitantes do bairro para alcançar o objetivo comum de viver em uma área relativamente livre da ameaça do crime” (BURSIK; GRASMICK, 1993, p. 15).

Nesse modelo, as características estruturais que definem uma comunidade como socialmente desorganizada provocam uma redução da capacidade regulatória do bairro, na medida em que afetam diretamente as redes de relacionamento primárias e secundárias. Sem o acesso à obtenção de recursos externos, proporcionado pelo enfraquecimento dos vínculos sociais, a capacidade de intervir nas três esferas de ordem social (privado, parquial e público) é reduzida, afetando a difusão de conformidades, de um lado, e reduzindo os custos relativos ao cometimento do crime, por outro lado.

O segundo modelo que aborda os efeitos das características dos bairros sobre o comportamento criminoso considera o envolvimento de controle informal, confiança e coesão social na formação da eficácia coletiva e, por consequência, controle do crime (SAMPSON

et al., 2007). Nesse caso, o controle social é definido como a predisposição para intervir em objetivos comuns, em que “a ligação entre confiança mútua e predisposição em intervir para alcançar um bem comum é que define o contexto de eficácia coletiva do bairro. Assim como os indivíduos variam na sua capacidade para agirem de maneira eficaz, os bairros também variam na sua capacidade em alcançar metas comuns” (idem, p. 919).

Da mesma forma, a eficácia coletiva é moldada pelas características estruturais dos bairros, que incluem as medidas tradicionais da desorganização social (SHAW; McKAY, 1942), como mobilidade residencial, heterogeneidade racial e concentração de pobreza. O ponto forte desse modelo é que, a despeito das características individuais, a probabilidade dos residentes em intervirem nos comportamentos dos outros é potencializada sob condições de confiança mútua e coesão social, que variam diferentemente entre os bairros. A concepção de eficácia coletiva remete a expectativas de ação dentro de uma coletividade e reúne dois mecanismos fundamentais: coesão social (a parte coletiva do conceito) e expectativas compartilhadas para o controle (a parte de eficácia do conceito). A despeito das características individuais, decorre que o controle social é um desafio coletivo, constituindo a principal fonte de variação das taxas de crime entre os bairros.

Enquanto o modelo sistêmico foca na capacidade para intervir, o modelo da eficácia coletiva enfatiza a predisposição para intervir. No primeiro modelo, o fator que potencializa a obtenção de recursos externos corresponde aos vínculos sociais, mediadores da relação entre características estruturais dos bairros e suas taxas de crime. De acordo com Triplett e seus colegas (2005, p. 91), existem dois tipos fundamentais de recursos voltados ao controle social: capital social e apoio social. O capital social constitui um agregado de recursos sociais (crença na estrutura social, relações de amizade e confiança, dentre outros) que possibilita e facilita a ação dos atores e grupos de atores, ou mesmo corporações,

na busca da realização de seus interesses. Esses recursos sociais são, portanto, inerentes à família e à organização social comunitária, afetando diretamente o desenvolvimento cognitivo e social de crianças e adultos (COLEMAN, 1990, p. 300). Apoio, ou suporte social, por outro lado, é definido como a combinação de formas de assistência percebidas e reais, de caráter instrumental e afetivo, proporcionadas aos indivíduos. É um tipo de transferência assistencial da comunidade, redes sociais e parceiros externos, que atende as necessidades individuais (LIN, 1986, p. 18; CULLEN, 1994; TRIPLETT et al., 2005).

No que tange ao modelo da eficácia coletiva, Sampson e seus colegas (1997) são mais enfáticos no que diz respeito ao efeito da predisposição para o exercício do controle social de crimes. De acordo com essa visão, a predisposição dos indivíduos em intervirem em diversas situações, que se traduz em eficácia coletiva, é fundamental para a compreensão das diferenças nas taxas de crimes intraurbanas. No entanto, esse modelo dependerá de expectativas compartilhadas para o exercício efetivo de controle social entre os residentes de um bairro. Na medida em que a relação entre vizinhos é permeada e fortalecida por confiança mútua, a propensão em intervir é aumentada, mas, daí a se traduzir em controle do crime dependerá, em grande medida, de um relacionamento de confiança também com atores externos.

Esse aspecto da relação com o nível público de controle, que é ignorado pela maior parte das pesquisas recentes sobre desorganização social, torna-se fundamental para compreender a conformação da organização local voltada para o controle do crime (BELLAIR, 1997, 2000; ELLIOT et al., 1996; SAMPSON; GROVES, 1989; SAMPSON et al., 1997; WARNER; ROUNTREE, 1997; ROUNTREE; WARNER, 1999). É nesse sentido, que a relação de confiança dos atores locais com as organizações policiais, passa a ser considerada um “catalizador”, que potencializa a propensão em controlar comportamentos

que ameaçam a ordem local (HARLAN, 1971 apud TRIPLETT et al., 2005; WEITZER; TUCH, 2004; NIRMAL, 2009). Confiar em agentes do sistema de justiça criminal é um passo fundamental para aumentar e fortalecer a predisposição dos residentes em intervir na sua área contra comportamentos delinquentes.

Bursik e Grasmick (1993) e Sampson (1995, 2012; et al., 1997) enfatizam o papel do nível público de controle do crime. Para eles, instabilidade e isolamento das organizações de bairro no contexto maior da cidade são fatores subjacentes às dimensões estruturais da desorganização social. Isto é, diferenças nas taxas de crimes associadas aos fatores estruturais da desorganização social são explicadas pelas variações da capacidade e predisposição dos residentes em intervir para alcançar um objetivo comum, sem desconsiderar, entretanto, o papel fundamental do nível externo de atuação de outros atores no controle local do crime e delinquência. Dessa forma, não obstante a particularidade contida em cada modelo fica evidente, em ambos os casos, a necessidade de uma interlocução entre o nível comunitário e a esfera pública para alcançar o efetivo controle social.

Observamos, nesse sentido, que cada modelo lida com a relevância do papel exercido pelo nível público na efetivação de mecanismos locais de controle social. Não obstante, a diferença é que no modelo “Sistêmico”, o ambiente de desorganização social varia como uma função da coexistência simultânea das dimensões privada, paroquial e pública como instrumento de controle, enquanto o modelo da “Eficácia Coletiva” considera o controle um resultado de recursos potenciais ativados em determinadas circunstâncias específicas. Nesse último caso, o nível público (organizações e instituições), além de cooperar no exercício do controle interno, representa a comunidade externamente, na forma de conexões com instituições políticas ou governamentais cobrando o cumprimento de suas funções, bem como subsidiando a legitimidade de ações ou projetos executados por parceiros locais.

2.8.3 O papel da polícia no controle do crime

O pressuposto básico dos modelos de controle social de comunidades urbanas é o desejo generalizado de se viver num ambiente social livre das ameaças do crime e da delinquência. Esse pressuposto se baseia nas análises empíricas que procuram comprovar a eficácia da teoria da desorganização social (KASARDA; JANOWITZ, 1974; ELLIOTT et al., 1996; SIMCHA-FAGAN; SCHWARTZ, 1986; SAMPSON; GROVES, 1989; SAMPSON, 1995; BURSIK; GRASMICK, 1993; SAMPSON et al., 1997). Nesses estudos, os laços sociais são vistos como o caminho por meio do qual o capital social, ou a eficácia coletiva, são alcançados, pela capacidade ou pela predisposição em intervir para alcançar o controle local. No entanto, o indicativo de que esses laços, algumas vezes definidos como coesão social não se traduzem em baixo nível de violência local é uma pista, ao invés de uma falha teórica, da relevância do papel da confiança e conexão com o elemento externo: catalisadores das interações no interior das comunidades (WARNER; ROUNTREE, 1997; PATTILLO, 1998; VILLARREAL; SILVA, 2004; ZALUAR; RIBEIRO, 2009; SAMPSON, 2012).

Na realidade, esse problema remete às seguintes questões: sob quais condições alguém intervém para ajudar outras pessoas? Quais características comunitárias promovem ou impedem essas condições? Em seu estudo, Hackler, Ho e Urquhart-Ross (1974) encontraram resultados interessantes mostrando que os bairros com nível econômico mais elevado eram mais inclinados em intervir informalmente do que os bairros mais carentes, que têm maior necessidade das ofertas formais de controle social. E, um dos principais atores capazes de promover a capacidade ou predisposição de uma comunidade em resolver problemas relacionados ao crime e à violência são as organizações policiais, principal-

mente porque são os representantes institucionais que lidam com esse fenômeno. Além do mais, a polícia geralmente está presente em praticamente todo o ambiente urbano, é uma instituição com elevado grau de capilaridade no tecido social. No entanto, estudos sobre o trabalho das polícias apontam evidências de que a predisposição e o envolvimento comunitários para trabalhar em parceria dependem diretamente da qualidade do serviço policial ofertado (KUBRIN; WEITZER, 2003). Assim, o nível de legitimidade policial percebida tem relação significativa com as taxas de crimes nos bairros (TRIPPLET et al., 2002).

Em termos do uso dos mecanismos formais de controle, a capacidade e a predisposição de residentes locais em intervirem contra comportamentos criminosos podem estar associadas à qualidade do serviço recebido, em particular, dos serviços policiais. Em termos hipotéticos, as pessoas acionarão os recursos informais de controle na medida em que confiarem mais nos mecanismos formais externos.¹⁶ Dessa forma, assim como as variações das taxas de crimes e delinquência são consideradas produtos de uma falha na capacidade (modelo sistêmico) ou predisposição (modelo de eficácia coletiva) dos residentes em agirem informalmente para alcançar um objetivo comum, esses fatores são afetados pela percepção da qualidade e da confiança em relação às organizações policiais. Isto é, onde os laços sociais são densos, a avaliação das organizações policiais é positiva, o grau de confiança entre os residentes e com relação às polícias é maior, espera-se, assim, menores taxas de crimes.

Nesse sentido, a confiança nas instituições policiais por parte da comunidade, ou seja, a visão pública da polícia como um parceiro colaborativo é crucial para o estabelecimento de um bairro seguro: “Citizen calls to the police, after all, are a form of social

¹⁶ Como o pronto atendimento e a pró-atividade garantida pelas organizações policiais, na prestação rotineira dos seus serviços.

control ‘from the bottom up’. Thus, informal social controls need not exclude the police, and, in fact, most acts of informal control involve some form of collaboration between the police and the public” (SAMPSON, 2002, p. 103).

Conforme mostrou Hunter (1985), o exercício do controle na comunidade em nível paroquial, baseado em redes interpessoais e na ligação com instituições locais, deixa o problema da ordem pública na sociedade civil sem solução. Para o autor, a ordem social é alcançada pela comunidade a partir de um trabalho conjunto com as forças de controle público, por meio da integração entre o bairro e as agências externas de serviços na “grande comunidade”, ou seja, pela interdependência entre os esforços de controle social informal e instituições formais, tais como a polícia.

É importante observar que essa dimensão da esfera pública de controle, ou de suporte a ações locais, age no âmbito da teoria da desorganização social como um elemento que favorece os mecanismos comunitários capazes de estabelecer o efetivo controle social. Sob a ótica de outra abordagem, discutida a seguir, esse mesmo elemento é considerado crucial na estrutura de vigilância capaz de impedir atividades criminais, em contexto propício à ocorrência de crimes.

3 ATIVIDADES ROTINEIRAS E CRIME

A IMPORTÂNCIA TEÓRICA DE SE considerar o padrão das atividades rotineiras em associação com as teorias que se preocupam com os aspectos de natureza ecológica e ambiental na determinação da criminalidade pode ser justificada pela abordagem estrutural da Sociologia pós 2ª guerra, proposta por Giddens. Ao tentar romper com a velha discussão sobre subjetivismo/individualismo e objetivismo/coletivismo, Giddens (1989) assume que as *estruturas* são propriedades que existem somente no momento de seu uso pelos atores, não têm existência fora do tempo e espaço em que os atores a utilizam no processo de interação e, portanto, são determinantes para definir o comportamento dos indivíduos.

Assim, se tomarmos as comunidades como unidades ecológicas com padrões específicos de atividades relacionadas ao trabalho, lazer, entre outros possíveis usos do solo, podemos assumir que a estrutura desses lugares,¹ no sentido proposto por Giddens (1989), possui as propriedades que definem a consciência prática capaz de orientar a ação dos indivíduos. Nesse sentido, compreender a geografia do crime, as diferenças espaciais da sua distribuição, é assumir que o lugar, por conseguinte sua estrutura, ao longo do tempo, é parte da consciência dos atores sociais de modo a conformar seu comportamento, incluindo ações definidas como crime (BOTTOMS; WILLES, 1992).

Dessa forma, a vida cotidiana dos distintos ambientes urbanos (comunidades) explica as atividades diárias das pessoas e a rotina dos lugares como um todo. O que as pessoas fazem, ou como gastam seu tempo nos momentos de recreação, o tipo de serviço

¹ Em relação ao conceito de “localidades”, Giddens insiste que “não são apenas os lugares, mas as configurações de interações, que são essenciais para especificar sua contextualidade” (p. 25).

que um lugar oferece, ou a acessibilidade a certos lugares, determinam a dinâmica social do ambiente. A partir da análise desses ritmos diários da vida em uma determinada área geográfica, a criminologia, em especial a abordagem das atividades rotineiras, procura compreender como os lugares e seus ritmos criam oportunidades para a ocorrência de um crime. Na realidade, essa abordagem vem suprir uma deficiência comum nos estudos ecológicos tradicionais, que negligenciam um mecanismo relevante com respeito ao “efeito de bairros”: o padrão, tipo do uso do solo e a distribuição ecológica das atividades rotineiras dos indivíduos, que afetam a ocorrência de crimes.

Essa perspectiva também tem como origem os trabalhos sobre ecologia humana da primeira metade do século 20, que prediziam uma relação simbiótica entre atividades legais e ilegais executadas por pessoas em todos os lugares (HAWLEY, 1950). Fundamentalmente, o pressuposto é de que as atividades ilegais “alimentam-se” das atividades legais cotidianas (COHEN; FELSON, 1979), ou seja, do cotidiano de atividades associadas à ordem social extraem-se oportunidades para o cometimento de crimes.

Esses modelos de oportunidade consideram fundamental a relação espaço-tempo na qual ocorre uma vitimização criminal. O axioma central da “abordagem das atividades rotineiras”² é a ideia de convergência, num mesmo espaço e tempo, de três elementos imprescindíveis para a ocorrência do crime: ofensores motivados a cometer crimes, alvos convenientes e prováveis de serem vitimados por um ofensor e ausência de um terceira parte (vigilância) capaz de prevenir o crime³ (COHEN; FELSON, 1979). Com raízes

² Diversos autores chamam de teoria das atividades rotineiras. Marcus Felson prefere usar a terminologia “abordagem” por uma razão, segundo ele, substantiva e tática. Em termos substantivos, ele admite que sua discussão não é uma teoria completamente madura. Sua razão tática é baseada na percepção de que as ideias eram suficientemente repugnantes para a criminologia convencional. Em suas próprias palavras, “chamá-la de teoria seria o mesmo que acenar uma capa vermelha em frente a um touro” (WORTLEY; MAZEROLLE, 2008, p. 71).

³ A ideia principal do argumento de Cohen e Felson refere-se à convergência, no espaço e no tempo, de três elementos básicos: um ofensor motivado, um alvo conveniente e um lugar com ausência de vigilância. Por conta disso, sua teoria ficou conhecida como “Triângulo do Crime”.

na Teoria do Controle Social, essa abordagem parte do pressuposto da existência de um suprimento constante de criminosos, focando na combinação entre situações de oportunidade e mecanismos de coerção para explicar a ocorrência de eventos criminais:

Trata-se de um modelo bastante econômico no que diz respeito aos elementos utilizados. Contudo, a própria definição desses elementos guarda muitas sutilezas. Embora esteja se tratando de uma abordagem preocupada com as características ambientais nas quais ocorrem os crimes predatórios, ela ainda mantém algumas ressonâncias na criminologia mais tradicional ao enfatizar a motivação dos ofensores como um dos elementos centrais. A origem dessa motivação, entretanto, é deixada em aberto. O segundo aspecto é que a ação predatória dirige-se a “alvos”, ou seja, pessoas ou objetos em dada posição no tempo e no espaço. Isto termina por retirar o aspecto moral que a palavra vítima carrega consigo: um alvo define-se como coisas que têm algum valor, além de algumas propriedades que o tornam adequado à ação predatória. (BEATO, et al., 2004)

Nessas condições, é importante ressaltar que as motivações que levam os ofensores (criminosos) considerados individualmente a cometer um crime não são consideradas. A Teoria das Atividades Rotineiras assume que qualquer pessoa é capaz de cometer crime a despeito das condições socioeconômicas ou psicológicas individualmente consideradas. O foco se desloca da predisposição individual para o contexto de oportunidade disponível num lugar particular e num momento específico.

Segundo a Teoria das Atividades Rotineiras, o crime é interpretado como parte da ampla ecologia da vida cotidiana, relacionado aos conceitos clássicos da ecologia humana e a muitos outros trabalhos que precederam o desenvolvimento da teoria propriamente dita (COHEN; FELSON, 1979). A ecologia dos lugares é, portanto, determinante na explicação dos eventos criminais. Fundamentalmente, a abordagem das atividades rotineiras procura compreender os elementos envolvidos na ocorrência de crime e vitimização em um determinado lugar (SHERMAN et al., 1989).

Além disso, a teoria pode ser utilizada para a compreensão de vitimização na perspectiva individual, ou seja, no modo como as atividades rotineiras de indivíduos impactam em sua probabilidade de se tornarem vítimas. O crime e a delinquência, nesse caso, dependem da ampla difusão das variantes situacionais das pessoas e dos lugares (FELSON, 1998). Na realidade, à luz dessa abordagem teórica, as áreas territorialmente definidas são cruciais para se compreender a distribuição ecológica de situações e oportunidades que conduzem ao crime, em decorrência do fato de que “atividades ilegais e desviantes alimentam-se da estrutura espacial e temporal da rotina de atividades legais”, do tipo diferenciado do uso do espaço público.

Disso segue-se que, a despeito das propriedades individuais, a probabilidade de vitimização está associada com as rotinas ligadas ao trabalho, educação, lazer, entre outros fatores ambientais. Por exemplo, o lugar onde se vive, geralmente é determinado pela posição econômica dos seus residentes. Suas atividades recreativas, meios de transporte utilizados e acesso a educação são, da mesma forma, determinados pela posição social do indivíduo. Nesses casos, a probabilidade de vitimização está fortemente ligada aos hábitos e às características da vizinhança (BEATO et al., 2004).

A formulação original proposta por Cohen e Felson (1979) assume que a estrutura das atividades relacionadas ao estilo de vida influencia o contexto de oportunidade do crime, em particular, de uma classe de crimes que os autores definem como violações predatórias de contato direto (*direct-contact predatory violations*), isto é, crimes em que o ofensor fica em contato direto com outra pessoa ou objeto, cuja intenção é tomar para si ou prejudicar. Os autores sugerem que mudanças estruturais no padrão das atividades rotineiras influenciam as taxas de crimes, na medida em que afetam a convergência no espaço e no tempo dos elementos descritos em sua teoria.

Novamente, o conceito de “lugar” assume uma importância crucial em sua formulação, pois, determina a possibilidade da convergência entre os três elementos criando mais oportunidades para a ocorrência de crimes. Em um estudo baseado nas teorias de estilo de vida e modelos de oportunidade, Beato et al. (2004), demonstrou que os elementos de exposição, proximidade da vítima ao agressor, capacidade de proteção e atratividade das vítimas são os fatores que mais influenciam a probabilidade de vitimização. Nessa análise, fica evidente a importância em se considerar a relação dos indivíduos com os locais públicos, seus contatos e interações sociais e a natureza específica dos delitos.

Como se pode notar, esses modelos de oportunidade do crime focam na distribuição geográfica de alvos e os meios pelos quais tornam-se objetos do crime. A atividade rotineira das pessoas implica em maior ou menor probabilidade de vitimização e reflete situações em que o crime ocorre (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1981; COHEN; FELSON, 1979). Nesse sentido, os riscos de ocorrência de um delito podem ser analisados, conforme apresentado na Figura 3.1.

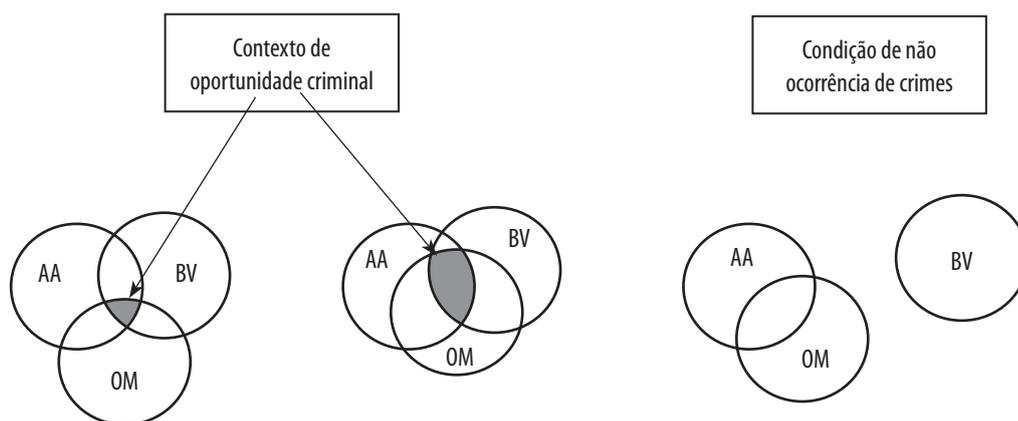


Figura 3.1. Modelo da dinâmica criminal, adaptado de Wilcox et al. (2003).

Na Figura 3.1, o tempo 1 mostra a existência de oportunidade criminal, embora relativamente pequena. No tempo 2, o contexto de oportunidade criminal é maior, conforme se pode observar pela interseção destacada na figura dos três elementos. No tempo 3, em-

bora exista a convergência entre ofensor motivado (OM) e um alvo adequado (AA), não existe um contexto de oportunidade criminal por causa da existência de baixa vigilância (BV), ou seja, nesse contexto, é a presença do guardião que age como elemento de dissuasão numa situação de intersecção entre criminoso e vítima em potencial. Nesse modelo, o risco de vitimização criminal é amplamente dependente do estilo de vida das pessoas, suas atividades rotineiras e seus bens materiais, em contato direto com potenciais ofensores na ausência de vigilância capaz de conter, potencialmente, o crime.

Se analisado do ponto de vista dos elementos responsáveis pelo grau de vitimização de uma área ou região, observamos a conexão entre variáveis relativas ao nível ambiental (intermediário) e conformação espacial de elementos individuais (micro). Esse risco (ou probabilidade) de vitimização em uma determinada área é função de rotinas de pessoas em um contexto que facilita a ocorrência do crime. O foco no contexto permite identificar cinco fatores relacionados ao risco de vitimização (RV) e as condições que ligam esses mesmos fatores à probabilidade de vitimização (PV) (COHEN; KLUEGEL; LAND, 1981):

Exposição:

- RV: a visibilidade física e acessibilidade de pessoas ou objetos a ofensores em potencial, num dado momento e lugar;
- PV: tudo mais mantido igual, um aumento na exposição leva a um aumento no risco de vitimização.

Em um contexto de oportunidade real de crime, um ofensor fica em contato direto com seu alvo (uma pessoa ou objeto). Quanto mais frequente a ocorrência desses contatos, maior é a amplitude do contexto de oportunidade criminal e, portanto, maiores as chances de que efetivamente ocorra um crime. Exposição à violência interpessoal, por exemplo, representa situações que implicam em quantidade de tempo em que se permanece em

certos lugares e nas características físicas de um lugar que coloca uma vítima em maior exposição a ofensores em potencial. Enquanto alguns estudos examinam a exposição ao crime tomando medidas relativas a atividades diárias de indivíduos – chamadas de “estilo de vida” (HINDELANG, et al., 1978), essa variável de exposição é operacionalizada por medidas agregadas que incluem:

- a) Percentual de mulheres no mercado de trabalho;
- b) Percentual de pessoas que usam transporte público e,
- c) Média de estabelecimentos comerciais por residentes na área (MIETH et al., 1991).

Proximidade:

- RV: a distância física entre áreas onde residem alvos em potencial de crime e áreas com grande população de ofensores motivados;
- PV: tudo mantido igual, quanto maior a proximidade residencial de alvos em potencial, relativamente a grandes populações de ofensores motivados, maior o risco de vitimização.

Novamente, esse pressuposto é baseado na definição de crime como resultado de um contato entre vítimas e ofensores motivados. A proximidade espacial entre esses dois elementos aumenta a probabilidade real de contato entre eles, de modo a expandir o contexto de oportunidade criminal, favorecido, sobretudo, pela maior amplitude de atuação dos ofensores.

A Teoria da Desorganização Social, conforme descrevemos, tem usado variáveis de natureza demográfica como instabilidade residencial, heterogeneidade étnica e privação econômica, para associar às áreas com alta concentração de crimes. Em complementariedade a esses estudos, a abordagem das Atividades Rotineiras tem usado medidas tais como local de residência e características socioeconômicas, como taxa de desemprego,

para examinar o elemento de proximidade à luz do contexto de oportunidade criminal. Assim, cabe destacar uma observação feita por Wikström (1990) acerca da relação entre estrutura urbana (especialmente tipos de habitação) e taxa de infratores por área:

“Housing can itself affect the resident’s propensity to crime in that the local housing conditions are of importance both to the social life and the social control of the neighborhood (the ‘contextual’ effect). This effect may be subdivided into (a) situational influence on propensity to offend; and (b) long-term influence on the development of the individual resident’s personality and life-style, tending to reinforce a propensity to crime (primarily applies to neighborhood influences on children and young people)”. (p. 17)

Vigilância:

- RV: a capacidade de pessoas (vizinhos, pedestres, vigilância privada ou policia) e mecanismos (alarmes, trancas, sistemas de contenção em janelas, etc) em prevenir a ocorrência de crimes;
- PV: tudo mantido igual, criminosos preferem alvos que sejam mais vulneráveis, a alvos “bem guardados”. Assim, quanto maior a vigilância, menor o risco de vitimização.

De acordo com os autores, essa proposição tem um fundamento no pressuposto do comportamento racional em que o ator procura reduzir os custos associados ao seu ato, por exemplo, as dificuldades em ser bem sucedido num crime ou de ser capturado pela polícia. As chances de indivíduos se mobilizarem coletivamente com vistas à prevenção de crimes é uma função de um padrão normativo compartilhado por eles, associado a expectativas com respeito à atuação de mecanismos externos de controle. Nesse caso, organizações policiais correspondem a um dos principais atores capazes de ativar ações coletivas nesse sentido, atuando como catalizadores do exercício de controle informal no interior das comunidades.

No contexto de oportunidade criminal, vigilância remete à capacidade das pessoas em prevenir a ocorrência de crimes. Atividades coletivas, densidade populacional e participação em organizações locais são consideradas indicadores de vigilância (MIETHE; MEIER, 1990). A proporção de famílias mononucleares e de mulheres responsáveis pelo domicílio, em alguns casos, tem sido usada como um proxy para representar pouca vigilância numa determinada localidade.

Atratividade dos alvos:

- RV: a dimensão de desejo material e simbólico que pessoas ou objetos provocam nos ofensores em potencial, assim como a “inércia percebida” de um alvo (peso, tamanho, capacidade de resistir ao ataque);
- PV: tudo mantido igual, se um crime é motivado pelo desejo de obter um bem para uma satisfação imediata (fim instrumental), quanto maior a atratividade de um alvo, maior o risco de vitimização.

Os autores diferenciam a atratividade de um alvo em função do tipo da motivação, que pode ser *instrumental*, quando o ato de crime tem um significado de satisfação de um desejo ao adquirir o objeto, ou *expressivo*, quando o crime está relacionado a uma recompensa ao executá-lo. Dependendo da natureza do crime, um roubo de objetos de valor ou um homicídio motivado por vingança, sua motivação pode estar mais relacionada ao primeiro caso – necessidade imediata de ganho econômico – ou ter um fim expressivo – necessário para a dominação de território, por exemplo. Geralmente, a medida de atratividade tem sido utilizada como componente central para estudos que examinam a incidência de crimes contra a propriedade, e muito menos para crimes interpessoais, como homicídio.

Propriedades específicas de crimes:

- RV: as propriedades específicas de cada tipo de crime relacionadas ao esforço (físico e mental) e desejo por parte do ofensor para sua execução;
- PV: nesse caso, quanto mais instrumental é a motivação para o cometimento do crime, maior serão os efeitos da exposição, vigilância e proximidade sobre o risco de vitimização relativo à atratividade do alvo.

Esse pressuposto tem relação com a máxima de que “a aparência será decisiva” no cometimento do crime. O tipo de crime cometido dependerá de uma análise do alvo com respeito aos elementos de exposição, vigilância e proximidade. Nesse ponto, podemos observar a importância em se considerar o papel da estrutura social na qual estão inseridas as atividades de rotina de pessoas e lugares. Isto é, mudanças estruturais nas atividades rotineiras das pessoas afetam a convergência, no espaço e no tempo, dos três elementos necessários para a ocorrência do crime, de modo a alterar o contexto de oportunidade para o crime, portanto, do nível de criminalidade dos lugares.

Os pressupostos relativos à probabilidade de vitimização, associados aos fatores de risco, ilustram o papel dos elementos contextuais dos distintos bairros onde as atividades rotineiras de seus residentes são tão importantes quanto aquelas exercidas pelos não-residentes. Isto é, as características sociodemográficas e a configuração da dinâmica temporal dos lugares afetam as atividades de rotina e a convergência espacial de ofensores, alvos e da vigilância. Assim, um bairro pode atrair ofensores provenientes de outras localidades, devido ao padrão de atividade rotineira dos residentes locais, dependendo das suas propriedades estruturais (CAHIL, 2004). Ou, por outro lado, o padrão criminal de uma comunidade pode refletir as características estruturais que determinam o comportamento e a rotina dos seus próprios residentes.

Nesse último caso, a relação entre característica urbana e padrão de criminalidade é muito significativa e, novamente, a ecologia dos lugares reflete seus mecanismos internos de organização, que moldam percepções, relações e comportamentos coletivos. Para tanto, a dinâmica criminal dos lugares e a variação das taxas de crimes entre os bairros, podem ser ilustradas graficamente conforme a Figura 3.2.

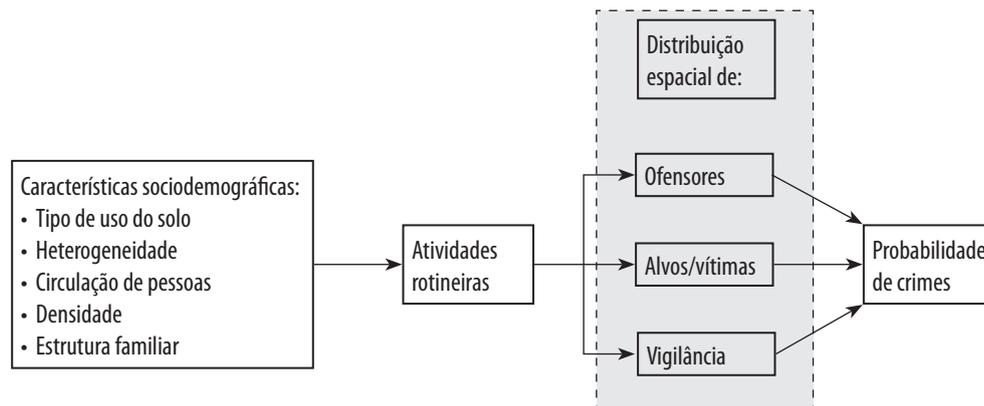


Figura 3.2. Determinantes contextuais das atividades rotineiras e da probabilidade de crimes, adaptado de Rountree e Land (1996) e Messner e Tardiff (1985).

As características individuais explicam a variação de suas atividades, da mesma forma com que essas são uma resposta ao padrão de uso e ocupação do solo característicos dos lugares. Assim, pessoas e lugares terão suas atividades de rotina sujeitas à regulação formal e informal (SHERMAN et al., 1989) dependendo do tipo de trabalho realizado ou ofertado, da estrutura familiar ou da população que transita na área, da atividade de lazer ou do nível educacional. Todos esses fatores, relacionados a pessoas ou lugares, têm efeito direto no ambiente de oportunidade criminal e, conseqüentemente, nas taxas de vitimização das áreas. Isto é, os três elementos de oportunidade criminal representam uma função da atividade de rotina de residentes e não-residentes com respeito a oferta local de trabalho, recreação, estrutura familiar e educação (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1981).

3.1 DETERMINANTES ESTRUTURAIS DO CONTEXTO DE OPORTUNIDADE CRIMINAL

Fundamentalmente, os trabalhos de Cohen e Felson (1979, 1980) demonstram como a teoria das atividades rotineiras se aplica ao contexto urbano a partir da segunda metade do século 20. Em particular, os autores procuraram compreender como as mudanças estruturais que alteraram o comportamento das pessoas nas grandes cidades dos Estados Unidos se associam aos novos padrões da criminalidade urbana. Os trabalhos que se seguiram, baseados nos pressupostos das atividades rotineiras, apresentam um caráter eminentemente empírico, relacionando fatores sociodemográficos, da estrutura urbana das cidades e de usabilidade do terreno, ou do ambiente urbano, ao contexto de oportunidade criminal (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1981; MESSNER; TARDIFF, 1985; SAMPSON; WOOLDREDGE, 1987; SAMPSON; LAURITSEN, 1994; FELSON, 1998).

Nesses trabalhos, a ideia principal consiste em considerar a dimensão do *situational insight*, cujo pressuposto é de que indivíduos variam seu comportamento dependendo da situação (FELSON, 1980). Proveniente das discussões da Psicologia Social, o elemento situacional remete ao papel do contexto estrutural de uma área, ou situações específicas, sobre o comportamento dos indivíduos. Novamente, temos aqui as discussões sobre a consciência prática dos indivíduos (i.e. a interação social) condicionada pela estrutura dos lugares, de modo tal que seu comportamento depende, em grande medida, de “quem” está presente, “onde” e “quando” (GIDDENS, 1989).

Tomando o crime como objeto de estudo, praticamente todos os trabalhos que seguem essa linha de investigação, consideram apenas os criminosos ou as vítimas como elementos que compõem o evento criminal. E, é nesse caso, que os componentes ambientais, ou contextuais, assumem uma relevância primordial na explicação e, por consequência, na

possibilidade de entendimento e prevenção do fenômeno. Assim, a perspectiva ambiental, sob a qual estão os pressupostos da teoria das atividades rotineiras, se baseia em três premissas situacionais:

- A natureza do ambiente físico influencia a probabilidade de ocorrência do comportamento criminoso. Dado que o crime ocorre devido à interação pessoa-situação, as características do ambiente são cruciais na promoção de elementos criminógenos, assim como na disponibilidade de mecanismos de controle do crime;
- Segue-se, dessa primeira premissa, que o crime é dependente da localização dos fatores ambientais que favorecem sua ocorrência, portanto, a criminalidade possui uma distribuição temporal e espacial não aleatória. Ou seja, o crime será concentrado onde existe maior concentração de elementos geradores de oportunidade criminal, ou ambientes de oportunidade criminal diferenciada;
- Por fim, alterar os fatores criminógenos dos lugares pode reduzir a incidência de crime na localização imediata. Então, mudanças estruturais podem beneficiar áreas inteiras se resultarem em maiores condições de vigilância, formal ou informal.

Desse ponto de vista, observa-se a ênfase dada às estruturas dos lugares, que são consideradas fatores determinantes na explicação dos “hot spots” de crimes, uma vez que geram oportunidades para criminosos motivados cometerem crimes (SHERMAN et al., 1989; SOUZA, 2010). Criminosos não se movimentam e agem aleatoriamente no espaço; ao contrário, eles interpretam e avaliam o ambiente em busca de alvos mais vulneráveis (ECK et al., 2000; WORTLEY; MAZEROLLE, 2008). No caso de crimes interpessoais, geralmente criminosos e vítimas se conhecem, compartilham o mesmo ambiente e possuem um histórico de relacionamento prévio. Diante dessas situações, alguns elementos relativos às propriedades comunitárias são associados ao contexto de oportunidade criminal.

3.1.1 Estrutura familiar e oportunidade criminal

Para Cohen e Felson (1979), o risco de vitimização varia na proporção inversa à concentração de atividades que ocorrem no interior das residências ou nas suas proximidades. Assim, muitos autores têm enfatizado a importância das características dos domicílios e da estrutura familiar como fatores determinantes de atividades rotineiras. Em termos dos mecanismos informais de controle, observa-se uma menor probabilidade de vitimização entre o grupo de pessoas que passam mais tempo com sua família e que possuem atividades centradas na sua vizinhança. Fazendo uma conexão com as discussões relativas à Teoria da Desorganização Social, esses elementos implicam em maior densidade de laços, coesão social e confiança mútua entre residentes de uma mesma comunidade.

A estrutura familiar influencia as atividades de rotina das pessoas, ou seja, jovens, solteiros ou divorciados, gastam mais tempo com atividades fora de casa e possuem estilo de vida cujos hábitos os expõem a maiores chances de vitimização devido à exposição a ofensores motivados. Isso implica em dizer que, permanecer mais tempo fora de casa, explica uma maior proximidade a ofensores motivados e menor possibilidade de proteção por parte de algum tipo de vigilância.

Além disso, autores como Sampson (1987) argumentam que a estrutura familiar é a “força motriz” na produção do crime, muito mais forte que a pobreza em si. As condições familiares contribuem significativamente para a ocorrência do crime; sua correlação com pobreza é também importante, mas essa última dimensão tratada isoladamente pode induzir ao erro na relação causal com o fenômeno que se quer explicar. Gottfredson e Hirschi (1990, p. 97) demonstram, nessa mesma linha de argumentação, que fatores como falta de disciplina e supervisão tendem a ser ausentes nas famílias cujos filhos têm compor-

tamentos delinquentes. Assim, é excepcionalmente maior a probabilidade de que os pais desses adolescentes possuam registros criminais. Citando outros autores, eles apontam que: “Das características parentais associadas com a delinquência, a criminalidade é a mais notável e consistente” (RUTTER; GILLER, 1984).⁴

Nesse sentido, indivíduos jovens, do sexo masculino e solteiros, possuem uma maior probabilidade de se tornarem vítimas de crimes, da mesma forma que as áreas com maior proporção desse perfil populacional terão maiores chances de serem uma região com elevada incidência de crimes. São características que afetam a capacidade de vigilância situacional e implicam em maior risco de vitimização, muitas vezes como decorrência de um processo histórico de relações sociais permeadas por formas violentas de resolução de conflito (SAMPSON; WOOLDREDGE, 1987). O paralelo entre a abordagem das Atividades Rotineiras e a Teoria da Desorganização Social pode ser traçado na medida em que ambas as teorias tomam os elementos de controle social e vigilância como responsáveis em reduzir o ambiente de oportunidade criminal em uma determinada área.

3.1.2 Padrão de uso do solo e criminalidade urbana

O padrão de uso do solo e da atividade em uma determinada área urbana é crucial para o entendimento da rotina dos lugares e das pessoas que ali frequentam (FELSON, 1980; GIDDENS, 1989). Esse padrão irá determinar o tipo das atividades humanas que existe num determinado lugar (BRANTHINGAM; BRANTINGHAM, 1981; WIKSTROM, 1991). O tipo de crime e sua incidência espacial e temporal serão determinados pelo padrão do uso do solo que caracteriza a área, bem como de suas regiões limítrofes.

⁴ “Of the parental characteristics associated with delinquency, criminality is the most striking and most consistent”.

Por exemplo, um bairro exclusivamente residencial, com a maior parte de seus residentes na faixa etária jovem e inseridos no mercado de trabalho, possui uma grande probabilidade de ser uma região com elevada incidência de arrombamentos a residências, devido a dois fatores fundamentais: oferta de alvos (casas) convenientes e pouca vigilância, sobretudo durante o dia. A elevada concentração de crimes na região central das grandes cidades tem uma forte relação com a densidade de comércios e circulação de pessoas nas ruas. Do mesmo modo, aglomerados urbanos com baixa capacidade de vigilância, dominados pelo mercado de drogas ilícitas e onde as relações sociais entre jovens são caracterizadas por resolução de conflitos de forma violenta, tendem a concentrar elevada taxa de homicídios (ZILLI, 2011).

Além disso, trabalhos utilizando a tecnologia do Sistema de Informações Geográficas (SIG) tem permitido a investigação da associação entre os elementos da teoria das oportunidades e a ocorrência de crimes num nível micro, como de quarteirão ou segmentos de ruas (GROFF; VIGNE, 2001). Estes estudos indicam uma maior probabilidade de determinado tipo de crime, como roubo, em algumas áreas com certas características como proximidade a pontos de ônibus, bairros com elevado índice de residências alugadas, ruas mal iluminadas e presença de sinais de desordem física. Essas características determinam a predição de vitimização repetida nesses lugares.

3.1.3 Estrutura urbana e crime

O crescimento das cidades na última metade do século 20, em particular, das cidades americanas, ofereceu as condições ideais para que a abordagem das atividades rotineiras fosse utilizada para explicar o padrão da criminalidade nessas cidades (COHEN; FELSON, 1979). Um dos pontos principais abordados é que o surgimento das grandes

idades transformou as áreas urbanas em lugares onde pessoas e residências ficassem dispersas. Ao mesmo tempo, esse fator conduziu a uma menor interação entre vizinhos ou conhecidos. Não bastasse, o mercado de trabalho passou a consumir, nos últimos 50 anos do século passado, uma maior parcela do tempo dos trabalhadores, fazendo com que gastassem mais tempo fora de casa; ao mesmo tempo, esse mesmo mercado aumentou sua absorção da mão-de-obra feminina. Essas alterações estruturais, conforme apontado pelos autores (COHEN; FELSON, 1979; FELSON, 1998) reduziu fortemente o mecanismo de vigilância das residências, sobretudo durante o dia, momento em que a maior parte das casas ficam vazias, com menor vigilância.

Argumentamos que a dinâmica formal e informal de controle social, que tem sido discutido pela teoria da desorganização social, possui uma interface com a noção de vigilância desenvolvida por Felson e Cohen (1980) em sua abordagem das “atividades rotineiras”. Para a primeira, o grau de desorganização social afeta a capacidade local de exercício de controle social e, conseqüentemente, da interação entre criminosos motivados e vítimas em potencial. Ao mesmo tempo, reflete um ambiente, no mínimo, permissivo a um contexto de oportunidade criminal.

As mudanças na sociedade afetaram o nível de supervisão e vigilância com respeito aos membros da família. Da mesma forma que discutido pela teoria da Desorganização Social, o nível de controle entre os membros das famílias, sobretudo a vigilância de crianças e adolescentes, gradualmente foi reduzindo a partir dos anos de 1950. Igualmente, o controle parental é diminuído devido à incorporação de ambos os membros da família no mercado de trabalho (FELSON, 1998).

Evidentemente que esta descrição do efeito do desenvolvimento das cidades é, no mínimo, simplista, mas por outro lado, oferece bons exemplos de como as alterações

estruturais das cidades podem afetar as atividades rotineiras em nível de bairros ou individual. Por causa disso, recentemente, diversos estudos têm procurado compreender o padrão de crimes urbanos numa ótica multicontextual (ou multinível) que, como o próprio nome já nos adianta, considera simultaneamente os fatores individuais associados ao risco, como idade, sexo ou raça, controlados pelas características dos bairros ou comunidades em que essas pessoas residem, trabalham ou se divertem (MIETHE; MEYER, 1994; ROUNTREE; LAND, 1996; SIMCHA-FAGAN; SCHWARTZ, 1986; SAMPSON et al., 1997; VILLARREAL; SILVA, 2006).

De um lado, o grau de exposição individual tem sido objeto de diversas pesquisas usando a abordagem das atividades rotineiras, mostrando evidências da relação entre exposição a certos estilos de vidas e vitimização criminal (KENNEDY; BARON, 1993; KENNEDY; FORDE, 1990). Nesse sentido, o potencial criminógeno de certas rotinas conduz a uma probabilidade real de vitimização, alguns estilos de vida não somente expõem indivíduos a criminosos, mas são, por si só, associados a comportamentos criminosos (JENSEN; BROWNFIELD, 1986).

Por outro lado, o risco de vitimização tem sido avaliado como uma probabilidade de ocorrência associado às características das atividades de rotina dos residentes de um bairro, bem como da composição e estrutura da ampla área geográfica em que o bairro está inserido. Esse efeito multicontextual permite avaliar o padrão espacial do crime sob a ótica da vítima e do ofensor no espaço urbano (MIETHE; MEIER, 1994; BOTTOMS; WILES, 1992).

Não obstante, para facilitar o entendimento do evento criminal, que considere distintos níveis de análise, novos elementos têm sido incorporados ao pressuposto básico da teoria das atividades rotineiras que procurava predizer a ocorrência de um crime a partir da convergência dos seus elementos de oportunidade. Em 1986, Marcus Felson introduz o

conceito de “manipulador íntimo”⁵ para uma melhor compreensão da dinâmica do crime. Neste caso, para a ocorrência de um crime em determinado lugar, um ofensor motivado deve entrar em contato direto com o seu alvo (uma vítima ou objeto) na ausência de uma terceira parte que poderia evitar o crime: como um guardião que protege o alvo, ou um manipulador íntimo, isto é, um conhecido do ofensor, por exemplo, que poderia desmotivá-lo a cometer o delito (SOUZA, 2010).

Outro aspecto capaz de evitar um crime, no contexto da teoria das oportunidades, foi introduzido em 1994 por John Eck a partir do conceito de “gestor local”.⁶ Sua premissa principal é que “pessoas que gerenciam certos locais, como gerentes de lojas, salva-vidas, guardas florestais, [etc.], também controlam o crime ao regularem o comportamento dos usuários e frequentadores de determinados lugares” (SHERMAN, 1995).

Em 2003, John Eck e Ronald Clarke (2003) propuseram a reformulação do “triângulo do crime” ao incorporarem mecanismos de controle para cada um dos três elementos da proposição original (COHEN; FELSON, 1979), de modo a criarem um sofisticado modelo de análise do crime denominado Triângulo de Análise de Problema (ver Fig. 3.3). Para os autores dessa reformulação (ECK; CLARKE, 2003), para um crime ocorrer: “Todos os elementos do interior do triângulo devem estar presentes e todos os elementos da parte externa do triângulo devem ser fracos ou estarem ausentes” (p. 8).

A dinâmica desses elementos em um dado contexto social proporciona o que Felson (1980) chama de “química do crime”, em que estão reunidos os elementos constituintes de situações de crime e não-crime. A abordagem das atividades rotineiras, como Felson coloca, enfatiza como as atividades ilegais se alimentam da rotina das atividades legais numa situação cotidiana da vida social.

⁵ Do original “intimate handling”.

⁶ Do original “place manager”.



Figura 3.3. Elementos associados ao crime (Triângulo de Análise de Problemas).
Fonte: Center for Problem Oriented Policing (<http://www.popcenter.org/>).

Desse ponto em diante, passaremos à discussão acerca do efeito multicontextual, no sentido de defender a necessidade de conciliar os pressupostos principais da Teoria da Desorganização Social com a Teoria das Atividades Rotineiras. Assim, tentaremos promover uma exploração dinâmica do crime em múltiplos contextos, no sentido apontado por Wilcox e seus colegas (2003).

4 TEORIA DA OPORTUNIDADE MULTICONTEXTUAL

AS DISCUSSÕES ANTERIORES DESTACAM OS principais aspectos abordados pela Teoria da Desorganização Social e pela Teoria das Atividades Rotineiras. O principal foco de análise da Teoria da Desorganização Social está no nível intermediário,¹ em sua respectiva capacidade coletiva de exercício do controle social no interior de unidades ecológicas nas áreas urbanas. Conforme sugerido por Sampson (2002), essa perspectiva de controle formal e informal no âmbito da Teoria da Desorganização Social pode ser entendida a partir do conceito de “organização social diferenciada”, ao invés de áreas socialmente desorganizadas. Esse conceito remete à ideia de ambiente de oportunidade criminal, utilizado pela Teoria das Atividades Rotineiras no estudo das rotinas dos indivíduos e probabilidade de vitimização (COHEN; FELSON, 1979). Ao focar nas circunstâncias do crime, essa teoria destaca o modo de agir dos indivíduos inseridos em um contexto temporal e espacial particulares, produtos da conformação urbana, ou seja, da estrutura social.

Na perspectiva que procura avaliar a relação entre os efeitos contextuais dos bairros (tratados como unidades ecológicas) e sua respectiva taxa de crime, essas duas teorias oferecem uma relevante alternativa de explicação para a criminologia contemporânea ao concentrar suas análises na interconexão entre o nível micro e intermediário. De fato, o desenvolvimento da teoria da desorganização social, desde Shaw e McKay (1942), tem

¹ Alguns artigos internacionais referem-se ao nível macro de análise. Consideraremos o nível intermediário, dada a especificidade da unidade utilizada nos modelos estatísticos deste trabalho, a saber, setores censitários considerados como bairros.

sido acompanhado de inúmeros trabalhos que reconhecem a importância da perspectiva das atividades rotineiras nos estudos sobre a ecologia do crime (BURSICK, GRASMICK, 1993; SAMPSON, MORENOFF, 2000; SAMPSON *et al.*, 2002). Apesar das diferenças entre essas duas abordagens teóricas, não se pode negar uma mesma origem: a tradição de estudos sobre a ecologia humana. Tanto uma como a outra compartilham uma evidente orientação sistêmica acerca do controle do crime nas distintas áreas urbanas (bairros ou comunidade).

Para Bursik e Grasmick (1993, p. 64-5), “as abordagens das atividades rotineiras e da desorganização social proporcionam estruturas complementares para o estudo de bairros e crime”. De acordo com seu modelo sistêmico da desorganização social, os distintos níveis de controle social, formal e informal, influenciam as atividades rotineiras dos residentes de um bairro que, por sua vez, irão afetar o ambiente de oportunidade para o crime (BURSICK; GRASMICK, 1993; CAPOWICH, 2003). Nesse sentido, as nuances que caracterizam essas abordagens oferecem dois elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica ecológica do crime: controle social e comportamento rotineiro dos indivíduos.

Recentemente, um grande esforço em busca da integração dessas duas teorias foi realizado por Wilcox et al. (2003) ao sugerirem a complementaridade dessas teorias. Ao serem integradas, as duas orientações teóricas passam a compor um constructo teórico mais parcimonioso e robusto na explicação do crime e da vitimização criminal sob um “modelo de oportunidade”. Sua proposta de integração denominada de “Teoria da oportunidade multicontextual integrada”, destaca as diferenças existentes entre a teoria da desorganização social e das atividades rotineiras que devem ser reconciliadas, em particular, com respeito à forma com que cada uma dessas abordagens lida com a motivação do criminoso: produto do enfraquecimento dos mecanismos de controle social ou de uma racionalidade orientada pelo ambiente de oportunidade favorável ao cometimento do crime.

Basicamente, a proposta de uma teoria multicontextual decorre da integração dos distintos níveis de análise em um único modelo em que as rotinas dos indivíduos e seu respectivo risco de vitimização são analisados como uma função das características ecológicas do bairro (ou comunidade). Estas, por sua vez, influenciam não somente os comportamentos e rotinas individuais, mas, também, os elementos de coesão, participação em associações, estabelecimento de redes sociais, envolvimento entre residentes e predisposição ao controle informal. Com isso, o comportamento individual passa a ser mais bem compreendido como parte de um contexto maior de influência sobre os padrões locais de interação e conformação social. Os autores acreditam que esta integração teórica da desorganização social com a abordagem das atividades rotineiras irá “proporcionar um melhor enquadramento conceitual com utilidade analítica reforçada” (WILCOX et al., 2003, p. 47).

Para os autores, a teoria multicontextual assume a existência de diversos pontos em comuns entre as teorias da Desorganização Social e das Atividades Rotineiras, indicando um paralelo teórico entre elas. Não obstante, admitem que qualquer diferença entre as abordagens pode ser teoricamente reconciliada. O primeiro ponto em comum em relação à abordagem integrativa são os elementos de nível ambiental, tratados como determinantes das relações sociais e da ocorrência de crimes. Em termos da teoria multicontextual, o contexto ambiental das áreas urbanas afeta diferencialmente as atividades rotineiras dos indivíduos e a ocorrência de crimes. Fundamentalmente, as variáveis que explicam um contexto de desorganização social não somente afetam diretamente a ocorrência de crimes, mas, interagem com as atividades locais que antecedem a dinâmica criminal. Assim, integração teórica nesse nível permite “examinar como o contexto social dos ambientes urbanos pode influenciar as relações entre as atividades e certos tipos de vitimização criminal” (KENNEDY; FORDE, 1990).

As duas abordagens teóricas têm como pressuposto central o foco ecológico de análise e permitem descrever as diferenças no espaço e no tempo das oportunidades criminais. Em primeiro lugar, a Teoria da Desorganização Social descreve o nível de controle no nível dos bairros, ou vizinhanças, e sua reformulação sistêmica (BURSIK; GRASMI-CK, 1993) destaca a importância das redes sociais relacionais e a organização entre os residentes capaz de promover Eficácia Coletiva. Em seguida, temos a teoria das Atividades Rotineiras, que busca mostrar como as oportunidades criminais são geradas a partir das rotinas dos indivíduos ou grupos, sem deixar de reconhecer a importância do modo como a estrutura social influencia essas rotinas.

Outro elemento teórico compatível às duas abordagens refere-se ao tema do controle. O controle social formal e informal e o conceito de vigilância (*guardianship*) são determinantes para a explicação dos diferentes níveis de crime para a teoria da Desorganização Social e para a abordagem das Atividades Rotineiras, respectivamente. De acordo com Wilcox et al. (2003), o conceito de controle informal no nível de bairro coincide com o conceito de vigilância e, portanto, são fundamentais na perspectiva da oportunidade criminal: uma redução do controle sobre a oportunidade para ocorrência de crimes implicará, teoricamente, no aumento de atos predatórios ilegais (COHEN; LAND, 1987).

Antes de apresentar a proposta de uma teoria que busca integrar os elementos de controle e oportunidade (WILCOX et al., 2003), um terceiro elemento teórico, um pouco mais complexo para ser reconciliado e compatibilizado entre as referidas abordagens, é particularmente discutido pelos autores. Estamos nos referindo à questão da motivação dos criminosos, em especial, sobre a forma com que cada uma das abordagens a considera:

- a) Do ponto de vista clássico, a motivação considerada como algo dado ou, ao contrário;
- b) Assume-se que a motivação é algo diferenciado, uma visão positivista.

De acordo com os pressupostos da Escola Clássica (representada pelos trabalhos de J. Bentham), criminosos são indivíduos que procuram alcançar seus benefícios a um baixo custo, ou mínimo esforço.² A criminologia clássica assume que a motivação existe indiferentemente para todos os indivíduos, não havendo distinção entre criminosos e não-criminosos. Suas pesquisas procuram compreender as circunstâncias sob as quais eles adotam o comportamento criminoso. Por exemplo, determinadas condições de enfraquecimento dos mecanismos institucionais de controle exerceriam uma pressão sobre os indivíduos de tal modo que esses não resistiriam ao desvio³ (KORNHAUSER, 1978). Positivistas, por outro lado, partem da suposição de que criminosos diferem dos não-criminosos e, a partir dessa variação, é possível encontrar a explicação da motivação para o crime. Os estudos que seguem esta última tradição procuram examinar as condições que criam motivação para o cometimento do crime.⁴

Embora a perspectiva da desorganização social tenha incorporado noções de subcultura e, com isso assumido motivações diferenciadas para o envolvimento no crime, Wilcox e seus colegas (2003, p. 55) consideram essa abordagem teórica como uma teoria do controle de tradição clássica,⁵ em que o contexto de oportunidade criminal é um produto de influências de nível ambiental, ou ecológico. Com relação ao trabalho de Cohen e Felson (1979), é possível extrair interpretações clássicas ou positivistas acerca da motivação, não obstante, o argumento em favor de uma integração entre as duas abordagens adota uma estrutura conceitual que segue a tradição criminológica clássica assumindo um

² De acordo com o princípio utilitarista exposto por J. Bentham, o gênero humano é sujeito a dois senhores soberanos: o prazer e a dor, cabe ao indivíduo decidir o caminho a ser tomado.

³ Felson remete aos conceitos de tentações, provocações, exposição a más companhias e ociosidade como fatores que contribuem para um padrão de comportamento criminal.

⁴ É importante destacar que as condições geradoras de motivação, na visão positivista, podem ser de origem biológica, psicológica ou social.

⁵ Embora não seja considerada uma teoria do controle “pura”, como o é a Teoria dos Laços Sociais (Social Bond Theory) e a Teoria da Dissuasão (Deterrence Theory).

pressuposto não-motivacional e concluem: “Making a strong, classical, amotivational assumption is useful if one wants to focus on the circumstances that give rise to crime rather than focusing on characteristics of the criminal” (WILCOX et al., 2003, p. 59).

4.1 OPORTUNIDADE CRIMINAL MULTICONTEXTUAL: UMA PROPOSTA TEÓRICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E ATIVIDADES ROTINEIRAS

Os esforços para integrar em uma mesma abordagem teórica os pressupostos básicos das teorias das atividades rotineiras e da tradição da desorganização social se dão no sentido de associar eventos criminais não apenas pela convergência (em distintos níveis) de um ofensor motivado, ausência de vigilância eficiente e alvos disponíveis, mas, também, pelo nível de desorganização/controlado social característicos de um determinado ambiente social particular e de sua vizinhança. Como resultado, Wilcox e seus colegas (2003) apresentam os fundamentos da teoria da oportunidade criminal multicontextual.

Esses autores sugerem que oportunidade criminal deve ser entendida no nível individual e ambiental (ecológico) possuindo, portanto, múltiplas dimensões e níveis de análise. Assim, a convergência no tempo e no espaço dos principais elementos da teoria das atividades rotineiras deve ser analisada no nível ambiental; este último, um elemento relativo a localidades delimitadas por um contexto espacial e temporal particulares.

O nível individual da oportunidade criminal refere-se ao contexto caracterizado por indivíduos e objetos situados em uma área delimitada, relacionados com os elementos de oportunidade criminal.⁶ O contexto de nível ambiental, por outro lado, é o conjunto de

⁶ Indivíduos e objetos possuem características que os tornam alvos mais ou menos atrativos, ou assumem posições efetivas de vigilância. Os mesmos se encontram na dimensão do espaço e do tempo que influenciam a probabilidade de ocorrência do crime.

características urbanas de uma localidade delimitada por um contexto espaço-temporal particular, que se relacionam, novamente, com os mesmos elementos.

Ao revisar cada uma das perspectivas teóricas e mostrar sua operacionalização em termos de uma teoria integrada, Wilcox et al. (2003) apresenta as proposições ou postulados que fundamentam sua teoria:

- Proposição 1: O crime (comportamento criminoso) ocorre em um contexto de oportunidade.
 - Proposição 1a: Um contexto de oportunidade é a convergência, no espaço e no tempo, de ofensor motivado, ausência de guardião e disponibilidade de alvo.
 - Proposição 1b: O contexto de oportunidade criminal existe nos níveis individual e ambiental.
 - Proposição 1c: O contexto ambiental pode ser entendido em uma variedade de localidades delimitadas (escolas, *shopping centers*, bairros, favelas ou cidades).

Devido ao foco no contexto de oportunidade, a primeira proposição é central para o sucesso da integração das duas teorias consideradas. A proposição 1a define a necessidade de convergência espaço-temporal dos elementos irão determinar a existência de um contexto de oportunidade criminal. Ao procurar incluir diferentes níveis de análise, considerados fundamentais para a compreensão do conceito de oportunidade criminal, a proposição 1b estabelece o foco multicontextual da teoria. Por fim, o contexto ambiental, com variados níveis de oportunidade criminal e especificado a partir de uma localidade delimitada, é apresentado na proposição 1c.

- Proposição 2: O contexto de oportunidade criminal no nível individual é uma função da convergência de exposição a ofensores motivados, vulnerabilidade de alvos, rivalidade de alvos, atratividade do alvo, controle social e laços sociais.
- Proposição 3: O contexto de oportunidade criminal no nível ambiental é uma função da convergência de concentração de criminosos motivados residentes na área, concentração de criminosos motivados efêmeros, vulnerabilidade agregada do alvo, rivalidade agregada do alvo, atratividade do alvo agregada, controle social agregado e laços sociais agregados.

A partir das proposições 2 e 3, são apresentados os vários fatores que influenciam o contexto de oportunidade criminal nos distintos níveis de análise. Considerando a postura da criminologia clássica adotada por Wilcox e seus colegas (2003),⁷ em uma área delimitada, exposição e proximidade a outros indivíduos aumentariam o risco de vitimização individual. Em nível ambiental, a densidade populacional explicaria maior exposição à população de ofensores motivados. Nota-se que os autores diferem, na proposição 3, entre ofensores motivados residentes em uma área e aqueles ofensores motivados efêmeros, isto é, que vão de uma área para outra por diversas razões. Essa distinção ajuda a compreender algumas trajetórias espaciais adotadas por criminosos em função da natureza do crime cometido.

Ainda com relação às duas proposições anteriores, os autores definem vulnerabilidade dos alvos referentes à acessibilidade e transportabilidade, isto é, objetos pequenos de alto valor, como joias, são muito mais vulneráveis devido a essas características. Rivalidade refere-se a reações de hostilidade, oposição ou aversão relativas aos alvos, por exemplo, grande parte dos homicídios ocorridos em periferias das grandes cidades brasileiras são resultados de uma longa trajetória de rivalidade entre grupos de jovens armados (ZILLI, 2011). Atratividade, finalmente, refere-se à capacidade de um alvo em proporcionar algum nível de “prazer material ou corporal” (WILCOX et al., p. 62).

- Postulado 4: a probabilidade de um crime ocorrer é o resultado de efeitos diretos simultâneos do contexto de oportunidade criminal ao nível individual e ambiental, assim como dos efeitos de interação entre esses dois níveis.

Este último postulado reconhece os diversos efeitos de cada elemento da teoria sobre o contexto de oportunidade, bem como o efeito de interação em cada um dos ní-

⁷ De acordo com sua teoria, assume-se que o comportamento dos indivíduos em uma área delimitada é determinado pelas características ecológicas da mesma.

veis e mesmo entre eles. Por exemplo, como os próprios autores observam as atividades de rotina relacionadas ao estilo de vida dos indivíduos são comportamentos importantes a serem considerados, no entanto, são relacionados à formação de laços sociais em um contexto ambiental em que os indivíduos estão envolvidos (WILCOX et al., 2003, p. 67).

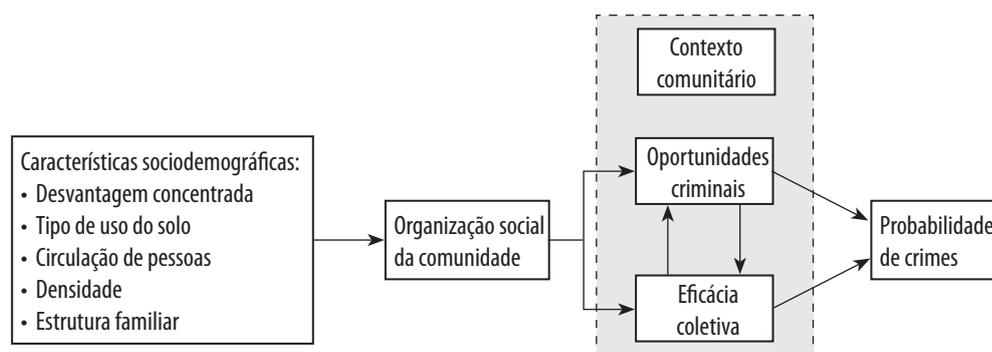


Figura 4.1. Modelo de integração multicontextual de Desorganização Social e Oportunidade sobre a probabilidade de ocorrência de crimes, elaboração própria.

Nessa proposta de integração, o tipo de organização social comunitária é uma resposta à capacidade dos mecanismos de controle locais em inibir ou promover um contexto de oportunidade criminal e baixa resposta comunitária e institucional em regular comportamentos de acordo com o padrão normativo mais geral. O efeito das características sociodemográficas dos bairros sobre seu respectivo nível de violência é mediado pelo contexto local que favorece oportunidades criminais (maior exposição entre ofensores e vítimas sob menor vigilância) ou reduz a capacidade coletiva de ativar recursos voltados ao controle do crime (expectativas compartilhadas para controle, sob condição de confiança mútua e coesão). Seja qual for o tipo da organização comunitária e o fim que se busca alcançar, não há coexistência entre oportunidades criminais e os elementos da eficácia coletiva.

5 DESENHO DE PESQUISA E METODOLOGIA ANALÍTICA

ESTE TRABALHO BASEOU-SE EM DUAS abordagens teóricas específicas da Criminologia moderna, assumindo a possibilidade de integração teórica. Por meio desse recorte foi possível definirmos o nível de análise e os componentes conceituais que fundamentam as hipóteses de pesquisa. Neste capítulo, organizamos os elementos da pesquisa propriamente dita, bem como descrevemos as metodologias analíticas utilizadas para alcançar os objetivos propostos. O estudo utiliza-se de uma metodologia de pesquisa quantitativa, elabora um desenho longitudinal para as variáveis dependentes e avalia o efeito de variáveis contextuais dos níveis de bairro em dois estágios distintos.

A nossa análise se restringe à cidade de Belo Horizonte onde, no primeiro estágio da pesquisa, procuramos compreender o padrão espacial e temporal da incidência de homicídios e sua associação com determinantes estruturais. Devido à natureza dos dados, o segundo estágio consiste em uma análise restrita a algumas áreas da cidade, consideradas vizinhanças, a partir das quais avaliamos o efeito interveniente dos mecanismos de controle social sobre as taxas de homicídio.

A hipótese de pesquisa discutida neste trabalho supõe a existência de uma distribuição espacial da criminalidade urbana, cujo padrão está associado a fatores da ecologia social responsáveis por um contexto local de desorganização social e oportunidade criminal diferenciada, em que os níveis de controle informal (Eficácia Coletiva) são menores. Isto é, levantamos como hipótese o fato de que as características estruturais dos bairros

implicam em determinada forma de organização social entre os seus residentes que, por sua vez, explicam o padrão de ocorrência local de crime. Assumimos, portanto, que existem áreas no interior da cidade especializadas em determinados tipos de crimes e que isso se deve à organização social local decorrente de fatores estruturais, isto é, apontamos a existência de efeitos espaciais locais (efeitos de bairros) mediadores da incidência de homicídios.

Nesse sentido, este capítulo se propõe a estabelecer um mecanismo compreensivo e analítico dos objetivos da pesquisa. Sistemáticamente, o capítulo está dividido nos seguintes componentes: fonte dos dados, questões de pesquisa, descrição das variáveis, estratégia metodológica e técnicas analíticas.

5.1 FONTE DOS DADOS E DESCRIÇÃO

Este estudo compreende uma análise do padrão espacial e temporal da criminalidade violenta na cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 1998 e 2006. Nesse período, os dados de crimes compreendem registros de ocorrências da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) originadas em duas possíveis situações: por acionamento do cidadão, via chamada telefônica “190” ou diretamente em alguma guarnição da polícia militar; ou por meio de iniciativa própria dos policiais militares ao se depararem com alguma situação que ocasionou a abertura de um registro de ocorrência policial, comumente denominado de Boletim de Ocorrência (BO).

A base de dados disponível compreende os registros de crimes violentos das ocorrências policiais subdivididos em registros de homicídio consumado e tentativas; roubo sem utilização de arma de fogo; assalto, uma categoria que representa os roubos com

utilização de arma de fogo, e os registros de estupro consumados. Além das naturezas criminais, o banco de dados possui informações da data e horário em que os crimes foram registrados e, a partir do endereço da ocorrência, foi possível geocodificar¹ essa base de dados. Devido a uma defasagem da atualização da base de endereços para o período em que os dados foram coletados e transformados em atributos geográficos, aproximadamente 11% dos registros não tiveram sua correspondência na base de endereços e, portanto, não serão considerados neste estudo.² Os dados disponíveis sobre o mês de maio de 2000 limitam-se à primeira quinzena do mês.

Neste trabalho, utilizaremos apenas as informações relativas aos registros de homicídios consumados entre os anos de 1998 e 2006. O Gráfico 5.1 mostra a distribuição mensal desses crimes no respectivo período. Entre os anos de 1998 e 1999, os registros mensais desse tipo de crime indicam um comportamento relativamente estável na cidade, com uma média mensal de 26 homicídios. Nos dois anos seguintes – 2000 e 2001 – a média mensal sobe para 36 homicídios e o comportamento da série mensal já indica uma tendência de crescimento cujo ápice se verifica no ano de 2004, com mais de 80 homicídios por mês, em média. No ano seguinte, mais especificamente a partir do 2º trimestre de 2005³ observa-se uma inflexão na série mensal de homicídios, registrando-se queda na incidência mensal desse crime em Belo Horizonte.

É importante destacar que a natureza do registro policial que compreende as informações da base de dados de crimes decorre da observação por parte do agente policial no

¹ O processo de geocodificação consiste em associar o endereço da ocorrência a uma base de logradouros com informações geográficas. Para aqueles endereços compatibilizados nas duas bases são associadas à primeira base as coordenadas geográficas.

² A ausência das informações geográficas não nos permite dizer se esse volume de registros faltantes possui algum viés espacial. Para tanto, assumimos que esse problema é aleatório para a cidade como um todo.

³ A partir de Abril de 2005, o modelo de Gestão Integrada da Segurança Pública, conhecido como IGESP, passa a ser adotado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Souza e seus colegas (2010) demonstraram que o modelo IGESP, no âmbito do Estado como um todo está associado a uma redução na ordem de 47% nas taxas de crimes violentos e de 13% para os homicídios consumados.

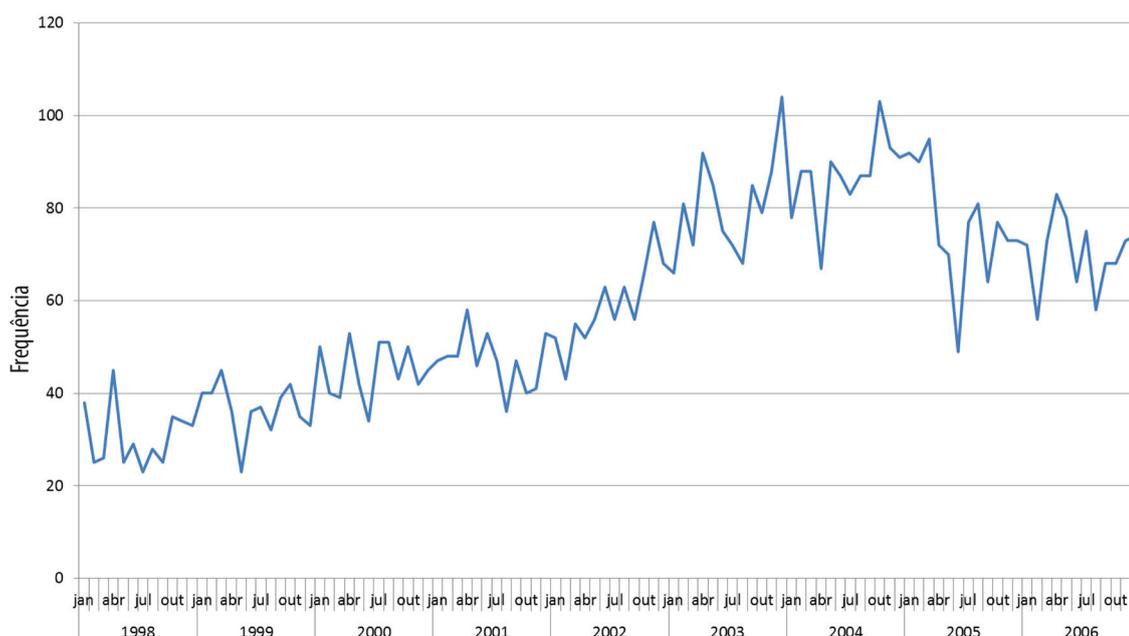


Gráfico 5.1. Evolução mensal de homicídios consumados – Belo Horizonte, 1998 a 2006.

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG/ Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP. Tabulação própria.

ato do fato em si, seja por meio de uma categorização da ocorrência pelas circunstâncias imediatas verificadas no local em que está sendo realizado o atendimento policial, ou pela descrição do fato por testemunhas. Cabe salientar que, no sistema de justiça criminal brasileiro, um evento classificado nesse primeiro momento como um determinado crime pode vir a ser alterado quanto à sua natureza jurídica (BEATO, 2009).⁴

Ao optarmos por trabalhar apenas com as ocorrências de homicídios consumados registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais, procuramos testar o efeito dos elementos conceituais das “vizinhanças” no contexto urbano da cidade de Belo Horizonte. Para isto, tomamos como unidade de análise a base cartográfica dos setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Esta base digital do mapa de setores censitários corresponde à malha territorial utilizada com a finalidade de realização da pesquisa censitária do ano de 2000. Esta base de dados particionou a cidade de Belo Horizonte em 2.564 setores censitários.

⁴ Não é objeto desta pesquisa realizar uma discussão acerca da qualidade do registro, nem mesmo, dos desdobramentos decorrentes do processo ao longo sistema de justiça criminal brasileiro.

Assim, para efeito deste estudo, utilizamos os setores censitários como um *proxy* de bairros ou vizinhanças. Embora não exista um consenso sobre a melhor maneira de definir esse importante aspecto das cidades, existe certa aceitação de que qualquer que seja a unidade “ecológica” utilizada para representar um bairro ou comunidade, esta deve responder a alguns critérios mínimos. Primeiramente, um bairro pode ser compreendido como uma pequena área geográfica e social incorporada a uma unidade maior onde as pessoas habitam. Nessas unidades, as interações sociais entre os residentes promovem um tipo de organização social com vínculos institucionais variados. Há uma vida em comum àqueles residentes de um bairro cuja tradição de identidade e continuidade é transmitida ao longo do tempo (BURSIK; GRASMICK, 1993).

Para esse nível de análise, portanto, é possível obter informações detalhadas sobre as características das vizinhanças em termos de nível socioeconômico, densidade populacional, tipo do acabamento do domicílio, responsáveis pelo domicílio e desigualdades de renda. Os setores censitários são unidades menores do que os bairros propriamente ditos, não havendo uma correspondência exata entre essas duas unidades. Devido ao tamanho dos setores censitários, pode ocorrer uma grande variabilidade da incidência de crimes entre um ano e outro. Por conta dessa flutuação, agregamos a série de crimes ao longo de todo o período a fim de minimizar a instabilidade decorrente do tamanho da área. Esse recurso tem sido utilizado em inúmeros estudos que tomam os setores censitários como unidades de área e como aproximações de bairros (MORENOFF et al., 2001; MORENOFF, 2003; SAMPSON et al. 1997; SAMPSON et al., 2006; VILLARREAL; SILVA, 2006). Isso nos permite avaliar o “efeito das vizinhanças” sobre as taxas de homicídio.

Optamos por excluir os setores censitários com algumas características muito específicas, como os setores especiais de hospitais ou asilos. Também foram retirados das

análises aqueles setores em que se observou a ausência de dados, que inviabilizaria a operacionalização das variáveis utilizadas no estudo. Com a eliminação de 17 setores censitários da base cartográfica de Belo Horizonte passamos a trabalhar com um total de 2.547 setores censitários considerados vizinhanças (Tab. 5.1).

Tabela 5.1. Estatísticas descritiva dos setores censitários em Belo Horizonte (2000).

Descrição	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Área (quilômetros quadrados)	2.547	0,00004	4,88	,12	,26
Domicílios particulares permanentes	2.547	7	753	246,66	71,62
Domicílios particulares permanentes – tipo – casa	2.547	0	570	176,38	107,70
Domicílios particulares permanentes – tipo – apartamento	2.547	0	429	66,57	89,57
Domicílios particulares permanentes – com banheiro ou sanitário	2.547	7	751	245,75	71,23
Domicílios particulares permanentes – destino do lixo – coletado	2.547	0	753	243,09	71,27
Pessoas residentes – domicílios particulares	2.547	13	2.453	875,91	286,69
Homens responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	2.547	6	516	165,22	54,72
Mulheres responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	2.547	1	237	81,44	29,31

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo 2000.

Adicionalmente, usamos dados de um *survey* de vitimização realizado em Belo Horizonte e outras nove cidades limítrofes, entre os anos de 2005 e 2006, pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP/UFMG. A população alvo desta pesquisa compreende os moradores com idade superior a 15 anos residentes nos setores censitários urbanos normais (bairros) e subnormais (favelas). Os dados de contagem populacional mais recentes e disponíveis à época da pesquisa são relativos à pesquisa censitária realizada em 2000 pelo IBGE. Nessa pesquisa de vitimização, o tamanho da amostra foi definido em 6.220 entrevistas, sendo que, destas, 4.000 compreendem moradores da capital mineira.

Em Belo Horizonte, os setores censitários urbanos foram classificados como violentos ou não violentos, de acordo com a concentração espacial de homicídios, calculada a partir do método de interpolação de densidade de Kernel.⁵ Além disso, a população foi

⁵ A concentração espacial de homicídios foi calculada a partir do método de interpolação de densidade de Kernel. Esta metodologia tem como objetivo estimar a incidência de eventos por unidade de área e foi calculada utilizando o software CrimeStat II (LEVINE, 2002).

subdividida tanto quanto à situação do domicílio, em favela ou bairro, como em relação às variáveis socioeconômicas: 75% dos setores mais favorecidos economicamente e o restante dos 25% considerados menos favorecidos. As favelas são mais frequentes entre o grupo de setores caracterizados como menos favorecidos nos quais, de uma maneira geral, o nível de violência (taxas de homicídio) é muito maior, conforme se pode observar pela Tabela 5.2.

Tabela 5.2. Taxa de homicídio por 100 mil habitantes, por tipo de setor censitário – Belo Horizonte (2006).

Nível socioeconômico	Setores não violentos		Setores violentos	
	Bairros	Favelas	Bairros	Favelas
Mais favorecidos (75%)	57	142	244	206
Menos favorecidos (25%)	121	141	402	301

Fonte: CRISP/ UFMG – tabulação própria

Depois de identificado o setor censitário em cada uma das cidades, selecionou-se o domicílio dentro deste setor e, por fim, a pessoa a ser entrevistada. Seguindo a metodologia de seleção do indivíduo, ficou garantida nessa pesquisa de vitimização uma amostra probabilística até o último estágio, isto é, até a seleção do indivíduo.⁶

5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira fase desta pesquisa implica na operacionalização da variável dependente a fim de determinar o padrão espaço-temporal da criminalidade urbana. Considerando a série de dados contendo registros georreferenciados de crimes ao longo de nove anos na cidade de Belo Horizonte, realizamos testes estatísticos para confirmar a estabilidade espacial da incidência de homicídios consumados ao longo período. Essa etapa de trabalho

⁶ Para maiores informações sobre os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, ver relatório final de pesquisa Vitimização CRISP/ UFMG.

faz parte do processo denominado de Análise Exploratória de Dados Espaciais e, devido ao padrão espacial observado, suscitou outras investigações.

O padrão de distribuição espacial dos homicídios consumados na cidade de Belo Horizonte conduziu à segunda fase da pesquisa. Nessa etapa, os elementos conceituais de controle social, relativos à teoria da desorganização social e aqueles vinculados à abordagem das atividades rotineiras foram operacionalizados de modo a explorar sua associação com a distribuição espacial dos crimes. Procuramos avaliar em que medida seria possível construir um modelo global em que a criminalidade estaria associada ao “componente geral do contexto comunitário” (BURSIK, 1984). Em decorrência da natureza espacial dos dados, isto é, por causa da suposição de uma dependência espacial da incidência de crime devido a fatores estruturais das comunidades urbanas (i.e. vizinhanças), essa fase consistiu numa modelagem estatística ponderada espacialmente pela distribuição das variáveis.

A proposta do trabalho foi mostrar que, embora, os elementos estruturais tenham significativa importância na determinação da distribuição de crimes e estes estejam associados à sua ecologia urbana, ainda assim, consideramos que o exercício de controle social no âmbito local das comunidades, ou vizinhanças, depende da dimensão sistêmica da eficácia coletiva e vigilância. No caso deste trabalho, a percepção de confiança e efetividade nas instituições policiais foi usada como *proxy* de uma medida de recursos externos disponíveis para potencializar o controle social local, na forma de predisposição para intervir em problemas locais.

Como discutido nos capítulos anteriores, o padrão da distribuição espacial da criminalidade urbana tem sido objeto de duas grandes linhas de pesquisa na Criminologia moderna, que se coadunam com a tese da “ecologia social”. Nesse sentido, o papel do “lugar” torna-se crucial para a compreensão das causas e dinâmica criminais. Tanto os teóricos da

desorganização social e, mais recentemente, aqueles que renovaram o conceito em termos sistêmicos e do modelo da eficácia coletiva, quanto estudiosos da teoria das atividades rotineiras compartilham do mesmo problema de pesquisa, ou seja, procuram identificar os elementos estruturais dispostos no espaço urbano que explicariam a variação espacial do crime no interior das cidades, mediados pelas características organizacionais dos bairros.

Para efeito da discussão teórica, ajustamos modelos estatísticos em que a variável a ser explicada, ou variável dependente, foi construída de modo a refletir o nível de violência nas vizinhanças. Fundamentalmente, procuramos testar as hipóteses de pesquisa que apontavam a variação espacial da criminalidade urbana como um produto de características estruturais mediadas por elementos de controle social na esfera local das vizinhanças.

5.3 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE

Neste estudo, a ecologia do crime e os fatores de controle social e oportunidade criminal associados à sua incidência são analisados em dois estágios. Primeiramente, procuramos identificar em que medida as características sociodemográficas dos bairros (ou vizinhanças), associadas aos fatores de desorganização social de oportunidade criminal explicariam a distribuição e concentração espacial das taxas de crimes na cidade de Belo Horizonte como um todo. Nessa fase, denominamos nossa análise de modelo “global” de crimes, uma vez que lidamos com informações para toda a cidade em estudo. De fato, esse modelo global é uma proposta de identificar os determinantes ecológicos e de oportunidades que afetam a incidência de homicídios no ambiente urbano.

Em um segundo momento, voltamos nossa análise para um conjunto específico de áreas no interior da cidade, estatisticamente, uma amostra de bairros do modelo glo-

bal de crimes. A partir das informações coletadas sobre esse conjunto de áreas, também consideradas vizinhanças, buscamos avaliar o efeito das variáveis intervenientes entre as características estruturais e as taxas de crime. De acordo com os pressupostos teóricos considerados neste trabalho, a concepção dessa etapa de trabalho consiste numa tentativa de implementar uma abordagem multicontextual da relação entre características estruturais das vizinhanças e seu respectivo nível de violência, mediado pelo seu contexto comunitário com respeito a oportunidade criminal e eficácia coletiva.

5.4 QUESTÕES DE PESQUISA

Buscamos com este trabalho contribuir substantiva e metodologicamente com as abordagens da ecologia do crime, em particular, com as pesquisas sobre violência e criminalidade no nível de vizinhança. Para tanto, procuramos integrar duas abordagens teóricas nas quais o crime é tomado como objeto de estudo, e o “lugar” é o elemento principal no que diz respeito a sua dinâmica ecológica. Empregamos as ideias originais da teoria da Desorganização Social desenvolvida por Shaw e McKay (1942), suas reformulações mais recentes em que os conceitos foram operacionalizados em termos sistêmicos (BURSICK; GRASMICK, 1993) e aferidos pelo nível de Eficácia Coletiva (SAMPSON et al., 1997). Além disso, procuramos associá-los com a abordagem das Atividades Rotineiras na explicação dos eventos criminais em contextos de oportunidade criminal diferenciada, fundamentalmente, usando o conceito de vigilância como um elemento crucial para a ativação da capacidade local em exercer controle no nível comunitário.

A primeira questão de pesquisa relaciona-se ao pressuposto de que o crime é espacialmente concentrado na área urbana, resultado de “ambientes de oportunidades crimi-

nais diferenciadas”. Nesse contexto, verifica-se uma maior presença de alvos adequados e baixa vigilância informal, ou eficácia coletiva. Elaboramos essa questão de pesquisa da seguinte maneira:

O crime é concentrado nos mesmos lugares ao longo dos anos? Essa pergunta remete à ideia de recorrência espacial de crimes, isto é, ao longo dos anos de 1998 a 2006, na cidade de Belo Horizonte, gostaríamos de investigar em que medida é possível afirmar que os homicídios consumados ocorreram desproporcionalmente em determinados lugares da cidade.

Os estudos ecológicos em Criminologia, sobretudo aqueles preocupados em testar modelos empíricos para mensurar o efeito das características estruturais das vizinhanças (ou comunidades) sobre o crime, têm uma forte tendência em assumir uma independência analítica em termos da unidade de análise, ou seja, de que os elementos estruturais e comunitários, individualmente, explicam seu contexto criminal, não havendo nenhum efeito ocasionado por fatores associados às áreas vizinhas (MORENOFF et al., 2001). Contrária a esse pressuposto, existe toda uma discussão sobre a ideia de que bairros são interdependentes e caracterizados por uma relação funcional entre o que acontece em um ponto no espaço e o que acontece nos outros lugares, ou seja, “bairros vizinhos importam” no contexto da incidência criminal (SAMPSON, 2012). Assim, elaboramos nossa próxima questão da seguinte maneira:

Até que ponto os bairros são interdependentes e caracterizados por uma relação funcional entre o que acontece em um ponto no seu interior e o que acontece na sua vizinhança?

A existência dessa interdependência poderia explicar os processos denominados de difusão criminal, sobretudo aqueles relacionados aos chamados “crimes retaliatórios”, ou “crimes de vingança”. A dependência espacial diz respeito ao fato de que criminosos estão desproporcionalmente envolvidos em delitos próximos às suas casas; segue-se, portanto, que a taxa agregada de crime em um bairro é maior devido à proximidade geográfica a lugares onde criminosos vivem ou em decorrência de uma exposição maior às causas hipotetizadas de crime, como por exemplo, baixa eficácia coletiva ou pouca vigilância. Ou, ao contrário, a criminalidade específica que caracteriza determinados locais poderia ser um processo endógeno que explicaria as “ilhas criminais”.

Nesse sentido, outra etapa de investigação neste trabalho busca determinar o efeito das propriedades estruturais das comunidades ou bairros, sobre as taxas de homicídio, por meio da qual nos perguntamos:

Diante da distribuição espacial do crime na cidade, da sua condição ecológica, quais são os determinantes socioeconômicos desse padrão espacial de violência?
Ou seja, qual é a relação causal entre as características estruturais dos bairros e suas respectivas taxas de criminalidade?

Por fim, o esforço teórico por meio do qual propusemos realizar este trabalho, integrando duas grandes estruturas teóricas relacionadas à dinâmica ecológica do crime e da violência, não se resume a uma tentativa de “emparelhar conceitos”. Esforçamo-nos para demonstrar empiricamente que essas duas teorias são complementares no que diz respeito aos elementos associados à concentração espacial do crime no ambiente urbano. A integração teórica procura esclarecer aparentes inconsistências relacionadas a testes empíricos já realizados (VILLARREAL; SILVA, 2006). Gostaríamos de investigar a relação de

controle social em diferentes níveis (privado, paroquial e público) e as distintas taxas de crimes, controlado pelas características estruturais dos bairros. Em particular, queremos avaliar o papel dos recursos institucionais externos (aqui no trabalho mensurado pela confiança nas polícias) na relação sistêmica de controle e coesão social. Assim,

Ao nível das localidades analisadas, em que medida o elemento externo de controle social, aqui mensurado por meio de uma *proxy* de confiança e efetividade nas polícias, age como “catalizador” das relações sistêmicas entre variáveis estruturais de bairro e as taxas de homicídio, proporcionando maiores níveis de controle informal?

5.5 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E MEDIDAS

5.5.1 Variáveis dependentes

Com o propósito de integrar distintas abordagens teóricas a fim de alcançar uma melhor compreensão do fenômeno da criminalidade urbana e, em particular, da incidência espacial dos homicídios, buscamos operacionalizar os conceitos de cada teoria e testá-los empiricamente a partir de alguns métodos estatísticos. Fundamentalmente, a proposta de integração permite que elementos tanto do nível micro quanto intermediário de análises sejam considerados conforme as proposições descritas anteriormente.

Devido à natureza espacial dos dados, ou seja, em função das informações geográficas das ocorrências criminais e com o desenvolvimento de ferramentas de análise de dados geográficos, têm-se disponíveis inúmeras técnicas e métodos de análise espacial de dados (ANSELIN, 1989; 2004; 2010). Neste trabalho, a variável dependente compreende os registros oficiais de homicídio consumado. Para a visualização do padrão de incidência

espacial desta natureza de crime, lidamos com as informações pontuais e utilizamos uma técnica específica de estatística espacial para identificar os “hot spots” (LEVINE, 2010).

Outra questão de pesquisa apontada neste trabalho remete à associação entre fatores socioeconômicos das “vizinhanças” e seu respectivo nível de violência. Isto pressupõe, necessariamente, uma análise da ocorrência de crime em nível de “lugares” e de seus determinantes estruturais, ou ecológicos. Assim, o interesse não está na ocorrência criminal individualmente, mas na sua agregação por área. Conforme mostramos, as unidades de análise correspondentes às áreas ecológicas são os setores censitários da cidade de Belo Horizonte, em decorrência das informações detalhadas sobre características socioeconômicas e demográficas. Nesse sentido, em cada um dos 2.547 setores censitários da cidade foi realizada uma contagem das ocorrências de homicídio ao longo dos anos de 1998 a 2006.⁷ Essa agregação de crimes por área permitiu o cálculo de taxas relativas por vizinhança. Em seguida, associamos as características urbanas teoricamente discutidas pelas abordagens utilizadas às taxas de homicídio.

Na literatura, estudos desta natureza discutem a questão do risco relativo e da variabilidade de taxas em pequenas áreas (MANTON et al., 1989; ASSUNÇÃO et al., 1998). Estas duas questões estão intimamente relacionadas a problemas referentes à contagem de eventos por unidade territorial. O primeiro caso está associado ao “efeito de vizinhança” e assume que, a ausência do registro de um evento em uma determinada área não elimina seu risco relativo ao que ocorre em sua vizinhança (ASSUNÇÃO et al., 1998). O segundo caso também foi discutido pelo mesmo autor, que demonstra o efeito da variabilidade de taxas devido ao tamanho das unidades geográficas de análise e argumenta: “Várias dessas

⁷ Verificamos pouco mais de 37% das áreas onde nenhum registro de crime foi observado.

pequenas regiões possuirão pequenas populações de risco o que acarretará estimativas de risco muito instáveis” (idem, p. 714).

Considerando, portanto, os problemas decorrentes da dependência espacial de áreas vizinhas e a variabilidade da incidência de um evento, como o caso dos dados de homicídios, em pequenas áreas, métodos Bayesianos empíricos ou inteiramente Bayesianos têm sido uma alternativa considerável para resolver esse tipo específico de problema. Estes métodos estimam o risco de um determinado fenômeno em pequenas áreas usando informações das áreas vizinhas que compõem a região de estudo. Com isso, o efeito das flutuações aleatórias não associadas ao risco é reduzido. Essa técnica é conhecida como método bayesiano de correção de taxas e resulta em estimativas mais suaves e mais informativas (ASSUNÇÃO et al., 1998).

Para superar essas dificuldades associadas ao tipo de dados usados neste trabalho, calculamos a taxa bayesiana empírica espacial a partir da média dos crimes no período de 1998 a 2006, com a população base referente ao ano de 2000. Esse procedimento calcula a taxa das áreas em estudo considerando sua média e dos seus vizinhos a partir de uma matriz de vizinhança espacial (ASSUNÇÃO; REIS, 1999) e minimiza o efeito do “problema de pequenas áreas”. Para implementar a metodologia, utilizamos uma matriz de contiguidade espacial, de primeira ordem, que inclui todos os pontos em comum de uma dada área (fronteiras e vértices). Pesos espaciais baseados nesse método de contiguidade apresentam uma densa estrutura de conectividade⁸ (ANSELIN, 2003; Manual TerraView, 2011).

Nesse caso, a taxa real θ_i associada ao setor censitário i é desconhecida, mas a taxa observada é conhecida e obtida pela expressão $t_i = y_i/n_i$. A ideia por trás das estimativas Bayesianas é supor que a taxa θ_i é uma variável aleatória, que tem uma média μ_i e uma

⁸ Neste trabalho, as taxas bayesianas foram calculadas usando o software TerraView 3.6.0.

variância σ_i^2 . Marshall (1991) mostra que as melhores estimativas Bayesianas são dadas por uma combinação entre a taxa observada e a média μ_i :

$$\hat{\theta}_i = w_i t_i + (1 - w_i) \mu_i$$

O peso w_i é dado por $w_i = \frac{\sigma_i^2}{\sigma_i^2 + \mu_i/n_i}$. Este peso será tão pequeno quanto menor for a população da área i sob estudo e refletirá o grau de confiança com respeito a cada taxa. Quando ele estiver próximo de 1, o valor de θ_i se aproximará do valor da taxa observada t_i , mas, estando perto de 0 (zero), o valor estará muito próximo de μ_i . Em outras palavras, isso significa que setores censitários com populações muito pequenas terão uma correção maior, enquanto setores com populações grandes terão poucas alterações nas suas taxas. Assim, para uma população pequena, μ_i será estimada com um peso maior para a média do setor censitário. Pode-se obter as estimativas de μ e σ_i^2 por meio dos dados:

$$\hat{\mu} = \frac{\sum y_i}{\sum n_i} \quad \text{e} \quad \hat{\sigma}^2 = \frac{\sum n_i (t_i - \hat{\mu})^2}{\sum n_i} - \frac{\hat{\mu}}{\bar{n}}$$

Após o cálculo das taxas Bayesianas usando esse método, os valores obtidos foram padronizada por 100 mil habitantes e optamos por usar a transformação logarítmica⁹ a fim de estabilizar a variância e gerar um ajuste melhor dos dados.

Como o objetivo deste trabalho é associar as características no nível das vizinhanças à sua respectiva taxa de homicídio, as análises foram divididas em dois estágios. O primeiro leva em consideração a totalidade das vizinhanças na cidade, 2.547 setores censitários. Num segundo momento, as medidas relativas à desorganização social e oportu-

⁹ Neste estudo, utilizamos o logaritmo natural (LN).

nidade criminal foram operacionalizadas considerando uma amostra de 205 setores censitários, por conta da natureza específica das questões existentes no *survey* de vitimização.

5.5.2 Variáveis independentes

Primeiro estágio

Utilizando os dados do Censo de 2000 e fundamentados na discussão teórica, procuramos elaborar e desenvolver medidas estruturais ao nível de setor censitário e verificar sua associação com as taxas de homicídio consumado a partir de modelos estatísticos de regressão linear múltipla. De acordo com os trabalhos de Wilson (1987) sobre a concentração de desvantagens no interior das cidades e no estudo de Morenoff et al. (2001) e seus colegas acerca dos homicídios na cidade de Chicago, procuramos construir indicadores que refletissem fundamentalmente a dimensão de desvantagem concentrada entre as vizinhanças na cidade de Belo Horizonte. São medidas que ilustram o padrão de segregação socioespacial característico das grandes cidades e que, teoricamente, destacam os “lugares” em que o exercício de controle social e a organização local são mais enfraquecidos. Ao mesmo tempo, resultam numa maior dificuldade de mobilização local a fim de alcançar recursos externos para a resolução de problemas comuns.

Nesses estudos, o efeito prejudicial da dimensão estrutural da condição de privação econômica e social é tratado como um fator importante a ser considerado no âmbito das comunidades ou vizinhanças; no entanto, pode obscurecer o potencial efeito de proteção devido à afluência de renda em uma determinada vizinhança. Neste caso, os autores chamam a atenção para o fato de que a abundância e riqueza em certos bairros representam aspectos muito mais significativos do que, simplesmente, a ausência de desvantagens

(MASSEY, 1996). Colocado dessa forma, torna-se mais clara e evidente a relevância dada pela reformulação sistêmica da Teoria da Desorganização Social aos distintos níveis de controle social, sobretudo no nível público e externo em que a capacidade de articulação com instâncias institucionais é mais eficiente. Vizinhanças afluentes, muito mais que uma oposição à concentração de desvantagens, são áreas beneficiadas pelo efeito dos mecanismos de proteção baseados no acesso a recursos sociais e institucionais. Em termos teóricos, os recursos que essas áreas afluentes podem mobilizar são extremamente importantes para ativar o controle social, independente da densidade das redes ou da presença de outros elementos relativos ao capital social (MORENOFF; JEFFREY et al., 2001).

A este respeito, recentes trabalhos têm demonstrado o benefício diverso gerado pelo elevado nível socioeconômico de bairros, em particular, o seu efeito sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes (BROOKS-GUNN et al., 1993; ELLIOTT et al., 1996; SAMPSON, 1986). Assim, seguimos a sugestão feita por Morenoff *et al.* (2001) e incorporamos uma medida que captura, simultaneamente, a concentração de pobreza e afluência. Em nosso caso, o índice de concentração de extremos (ICE) é definido para um dado setor censitário (i.e. vizinhança) pela fórmula:

$$ICE = \frac{V_{rec2} - V_{rec1}}{V_{rec1} + V_{rec2}}$$

Na fórmula, V_{rec1} representa o total de responsáveis pelo domicílio com renda de até um salário mínimo e V_{rec2} representa a quantidade de responsáveis pelo domicílio com renda superior a 15 salários mínimos. O índice ICE varia de um valor teórico de -1 a +1, no qual -1 representa o extremo da pobreza e +1 o extremo da afluência. O valor igual a 0 representa uma proporção exata de pobres e ricos vivendo numa mesma vizinhança. É uma medida que mensura o grau de desequilíbrio entre ricos e pobres no interior de uma área.

Sampson (1986) e Sampson e Morenoff (2000) identificam os principais processos estruturais que afetam as comunidades urbanas, ou vizinhanças, quanto ao nível de desorganização social e estrutura das atividades rotineiras. Os autores descrevem como se dá o processo de ruptura da integração social devido a fatores de mobilidade residencial, nível socioeconômico e estrutura familiar, em particular, famílias monoparentais. São áreas em que os residentes não são capazes de resolverem problemas de crime ou desordem, em que a sua ocorrência é fortemente influenciada pela estrutura de oportunidade criminal da área como um todo.

Aqui, o paralelo entre a teoria da Desorganização Social e a abordagem das Atividades Rotineiras ocorre de diversas maneiras. A falta de integração social afeta o processo de socialização de crianças, ao mesmo tempo em que impede uma supervisão adequada destes. De um lado, tem-se um menor exercício do nível privado e paroquial de controle e, de outro, maior exposição e proximidade com grupos envolvidos em atividades criminosas. O envolvimento nos mecanismos de controle formal e informal e o papel da vigilância são afetados em função de desestruturação familiar. Esta característica, em nível comunitário, afeta a capacidade de estabelecimento de redes sociais reduzindo a capacidade coletiva de controle, participação em organizações locais e supervisão e envolvimento com crianças e adolescentes. Na realidade, muitos elementos agem no âmbito da estrutura social de modo a determinar o padrão das atividades rotineiras e de organização local, associadas aos níveis de violência.

Nesse sentido, destacamos variáveis operacionalizadas no modelo global de crime, que correspondem a essas distintas dimensões organizacionais que diferenciam as áreas urbanas. Consideramos, em termos de exposição, vigilância, controle informal, as medidas de proporção de crianças com idade abaixo de 10 anos nos setores censitários,

percentual de responsáveis pelos domicílios com idade entre 10 e 19 anos, assim como a proporção de mulheres que se declararam responsáveis pelo domicílio. Essa última variável, em particular, é tratada com especial atenção por ser considerada um *proxy* de controle parental reduzido que incide na socialização de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, denota mudanças estruturais com respeito a atividades de rotina. Essa medida representa um importante indicador de baixa vigilância ou incapacidade de controle no nível paroquial (COHEN, FELSON, 1979; HUNTER, 1985; SAMPSON, GROVES, 1989).

Pobreza e educação são elementos agregados ao nível de vizinhanças, que afetam sua capacidade de angariar recursos para resolver problemas locais. Esses elementos, associados à qualidade dos serviços públicos na vizinhança, por exemplo, refletem uma baixa capacidade local de estabelecimento de vínculos institucionais, se traduzindo em um menor nível público de controle. Fundamentalmente, essas características não somente comprometem o estabelecimento de redes de amizade e confiança entre residentes dessas áreas, como demonstram uma maior incapacidade de evitar o surgimento e a consolidação de “estruturas de oportunidades ilegítimas e estilos de vida disfuncionais”, nos quais se incluem o crime e a delinquência (ELLIOTT et al., 1996). Da mesma forma, em um contexto caracterizado por uma população pobre e com baixo nível educacional há maior oportunidade para a consolidação de “estratégias comportamentais alternativas”, conforme sugerem Cohen e Machalek (1988). Por conta dessas discussões, incorporamos nas análises informações sobre percentual de responsáveis pelos domicílios com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e de responsáveis pelo domicílio com até três anos de estudo. Para caracterizar as condições dos domicílios com relação à infraestrutura urbana, usamos a variável de proporção de domicílios sem banheiro ou com esgotamento sanitário do tipo fossa rudimentar, vala, rio, lago ou outro escoadouro. Esta última dimensão reforça as

discussões sobre aspectos da estrutura urbana que influenciam o estabelecimento de determinadas dinâmicas criminais (STARK, 1987).

Pesquisadores, frequentemente apresentam explicações sobre a relação observada entre tamanho da população, densidade e a ocorrência de aglomerados de crimes (clusters espaciais) em áreas urbanas (SAMPSON; GROVES, 1989; STARK, 1987; WIKSTRÖM; SAMPSON, 2006). O tamanho da população pode ocasionar maior anonimato entre residentes afetando o nível de crime em uma área. Sobre esse pressuposto, Sampson e Groves (1989) e Stark (1987) argumentam que o processo de urbanização e o adensamento populacional tendem a reduzir a capacidade dos indivíduos em estabelecerem laços sociais capazes de promoverem o controle do crime. Por outro lado, estes mesmos elementos podem também atuar como um meio de vigilância informal na medida em que pessoas ocupam e fazem uso de espaços urbanos que, por sua vez, tornam-se ambientes mais protegidos contra comportamentos criminosos.

Consideramos duas medidas relativas à informação populacional neste estudo. A variável de densidade domiciliar foi utilizada no sentido utilizado por Stark (1987), como uma medida que retrata o nível de deterioração de uma área. De acordo com este autor, uma elevada densidade residencial em uma vizinhança acaba induzindo os residentes a gastarem mais tempo fora de suas casas. Geralmente, são nessas circunstâncias que grupos de jovens associados a gangues e delinquência, em geral se formam. Em adição, o adensamento populacional pode estar associado com maior variedade do tipo de ocupação e uso do solo. Nesse sentido, é esperado haver, no caso das regiões com elevada densidade residencial, maiores oportunidades criminais (i.e. relação positiva com taxas de homicídio consumado), em comparação com áreas predominantemente residenciais.

Em complementariedade à medida de densidade domiciliar e devido à caracterís-

tica urbana das metrópoles brasileiras que se desenvolvem verticalmente nas áreas mais desenvolvidas das grandes cidades, optamos por trabalhar com a medida de densidade populacional por quilômetro quadrado. Tradicionalmente, as áreas mais urbanizadas e residenciais das principais capitais brasileiras são regiões que passaram por um processo ordenado de crescimento urbano e ocupação do solo. Nesse caso, estamos focando as análises no papel informal e institucional do exercício do controle social decorrente de áreas caracterizadas por elevada concentração de pessoas por unidade de área.

Tabela 5.3. Estatísticas descritivas das variáveis do primeiro estágio da análise.

Descrição	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Índice de concentração de extremos	2.547	-1,00	1,00	-,27	,71
Crianças com idade ente 0 e 10 anos (%)*	2.547	2,20	36,17	16,84	5,69
Responsáveis pelo domicílio entre 10 e 19 anos (%)*	2.547	,00	7,14	,50	,63
Responsáveis pelo domicílio com até 3 anos de estudo (%)*	2.547	,00	74,31	15,94	13,27
Responsáveis pelo domicílio com renda de até ½ SM (%)	2.547	,00	61,04	7,34	6,05
Domicílios sem banheiro ou com esgotamento sanitário do tipo fossa rudimental, vala, rio ou lago, outro escoadouro (%)*	2.547	,00	100,00	6,73	16,58
Densidade populacional (pessoas por quilômetro quadrado)*	2.547	24,35	532085,56	14818,05	17831,49
Densidade domiciliar (pessoas por domicílio)	2.547	1,39	5,08	3,53	,46
Mulheres responsáveis pelo domicílio (%)	2.547	3,85	69,59	33,24	8,76

* Transformadas em Logarítmo Natural (LN) no modelo de regressão linear.

Em termos gerais, nesse primeiro estágio das análises, procuramos destacar variáveis que remetem empiricamente às principais discussões das teorias da Desorganização Social e das Atividades Rotineiras. Essas medidas refletem o efeito multicontextual do que Wilcox et al., (2003) denominaram de teoria da Oportunidade Criminal sobre a organização social dos bairros. A relação entre estas variáveis e sua disposição no espaço urbano sugere, como propôs Sampson (2002), que a cidade é composta por áreas cuja “organização social diferenciada” determina seu respectivo nível de integração social e controle – informal e formal – em termos de processos que ocorrem no nível comunitário, mas também, com respeito àqueles relativos ao nível individual, decorrentes de uma situação de oportunidade

para convergência entre ofensores e vítimas sob circunstância de baixa vigilância. No mesmo sentido, essas variáveis caracterizam a dimensão da estrutura urbana que é discutida pela teoria das Atividades Rotineiras em relação à rotina dos indivíduos, por exemplo, seu grau de exposição ao risco e proximidade com pessoas envolvidas em atividades criminosas, e o surgimento e conformação de oportunidades criminais dos lugares.

Segundo estágio

Em termos teóricos, a organização social diferenciada de determinada área oferece grande parte dos elementos necessários para o desenvolvimento de um ambiente de oportunidades criminais. Elementos estes que explicariam o surgimento de uma dinâmica social associada à estruturação de atividades criminosas (BEATO FILHO; ZILLI, 2011). Não obstante, a organização social subjacente a esse ambiente com pouco exercício do controle social, associada a atividades criminais, produz um contexto em que as formas de sociabilidade local são permeadas pela violência. Esse processo, com o tempo, se dá de forma acumulativa culminando no que alguns autores chamam de “acumulação de sociabilidade violenta” (MISSE, 1997; SILVA, 1999; 2004).

Assim, enquanto no primeiro estágio da análise, focamos nas características estruturais das áreas que determinam circunstâncias para a ocorrência dos homicídios, nesse segundo momento, investigamos como essas características afetam os elementos mediadores e constituintes dos conceitos de Eficácia Coletiva e Vigilância (capacidade de conexão institucional) no âmbito da vizinhança. Por sua vez, estes dois conceitos são fundamentais para se entender as variações na capacidade sistêmica do exercício do controle social e agem como mediadores entre as características estruturais dos bairros e sua respectiva taxa de criminalidade.

No âmbito da abordagem multicontextual da oportunidade criminal, os elementos estruturais da desorganização social têm relevância no entendimento do padrão diferenciado da organização local que, por sua vez, facilita a rotina de indivíduos envolvidos na criminalidade, bem como a exposição destes ao crime. Nesse contexto, as relações subjacentes à complexa rede comunitária (no nível da vizinhança), teoricamente possuem dupla causalidade, isto é, são anteriores ao processo gerador do contexto de oportunidade criminal, mas, também são afetados por esse contexto diferenciado de oportunidade.

Estabilidade residencial, ou o seu inverso, rotatividade da população residente, geralmente mede o número de indivíduos entrando e saindo de uma área em um determinado período de tempo. Neste trabalho, calculamos a estabilidade residencial como o número de anos em que as pessoas residem em um determinado bairro ou vizinhança. Em teoria, esse fator impacta na construção de relações sociais mais densas e cooperativas. Com o tempo, essa interação vai se traduzir em mais confiança entre os residentes de uma determinada área e afetar a atividade rotineira dos ofensores, uma que vez que facilita o exercício do controle informal (SAMPSON; ROBERT et al., 1997).

Por outro lado, um ambiente caracterizado por elevados níveis de violência e regras pouco claras com respeito à organização local no dia a dia, conduz a um movimento contrário à estabilidade residencial das pessoas, ou seja, a um fluxo negativo de moradores em busca de regiões melhores para se viver. Nesse sentido, o próprio contexto de oportunidades criminais que é causado pela baixa estabilidade residencial induz a esse mesmo fenômeno, não somente de moradores, mas, também, de fuga de serviços essenciais para as necessidades locais (SKOGAN, 1992). Esse aspecto é crucial nas discussões sobre o papel dos distintos níveis de ordem social (HUNTER, 1985), assim como o potencial de vigilância que moradores e organizações locais exercem sobre a ordem local, em parceria com atores externos.

Essa mesma estabilidade residencial é um fator importante para o desenvolvimento de redes sociais, laços de amizades e relações associativas locais (SAMPSON; GROVES, 1989). Colocado de outra forma, em áreas urbanas com elevada mobilidade residencial torna-se difícil a construção de laços sociais mais densos entre os residentes, assim como a possibilidade de se formar grupos associativos voltados à resolução de problemas comuns (WARNER; PIERCE, 1993). Mais uma vez, observa-se o paralelo entre a reformulação sistêmica do modelo de desorganização social e elementos das atividades rotineiras: o grau de controle social em distintos níveis e sua capacidade de interlocução com atores externos são consequências da coesão e confiança estabelecida entre residentes de uma vizinhança. Essas características irão promover um exercício da vigilância informal mais eficiente (conexão institucional), de modo a impactar na redução de oportunidades criminais em nível local.

Para mensurar a medida de laços sociais, calculamos o componente principal com base nas variáveis relacionadas ao número de amigos que o indivíduo possui em sua vizinhança e do seu sentimento de pertencimento ao local onde reside. Essas duas medidas foram fortemente correlacionadas com a medida latente de laços sociais, cujo fator explicou mais de 56% da variação total.¹⁰

A presença de organizações locais é outro elemento crucial no controle informal de crimes e desordem (SAMPSON et al., 1997). No nível dos bairros, essas associações são responsáveis pela manutenção de laços entre os residentes e de ligações de âmbito institucional por meio de atores externos voltados ao controle. Ao se destinarem a reduzir problemas ligados à violência, a associação cooperativa mantém os vínculos informais

¹⁰ As análises multivariadas foram realizadas com a utilização do pacote estatístico IBM/ SPSS (*Statistical Package for Social Science*), versão 18.

de controle e de vigilância local, dificultando o surgimento de oportunidades criminais. Neste trabalho, usamos um conjunto de variáveis acerca da presença de organizações, ou grupos de pessoas, instaladas na vizinhança cujas ações têm como finalidade a redução de problemas ligados ao crime. A variável organização aqui utilizada é uma medida indicadora da presença de algum tipo de instituição na vizinhança voltada para essa finalidade.

Nesse estágio da análise, todas as variáveis foram construídas a partir de informações individuais que, posteriormente, foram agregadas ao nível de vizinhança.¹¹ A Tabela 5.4 mostra a distribuição dessas três variáveis após serem agregadas:

Tabela 5.4. Estatísticas descritivas das variáveis exógenas do 2º estágio.

Descrição	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Estabilidade residencial, em anos	205	2,40	30,73	17,23	5,77
Laços sociais**	205	42,86	90,15	62,55	6,76
Organizações locais*	205	-1,85	3,95	1,48	,97

*Transformadas em Logaritmo Natural (LN) nos modelos estatísticos.

** Variável padronizada para variar entre 0 e 100.

No que concerne à integração da teoria da Desorganização Social com a abordagem das Atividades Rotineiras, duas medidas são de particular interesse neste estudo com relação ao efeito multicontextual da oportunidade criminal (WILCOX et al., 2003). São variáveis cujos efeitos são considerados mediadores, ou intervenientes, entre características estruturais das vizinhanças e níveis diferenciados de crime.

Eficácia coletiva, conforme proposto por Sampson e seus colegas (1997, p. 918), é um conceito elaborado a partir de questões relativas ao controle informal, confiança entre vizinhos e coesão social. Em termos teóricos, essa medida reflete a capacidade local dos residentes de um bairro em agirem coletivamente, regulando seus membros e respectivas atividades a fim de alcançarem um ambiente seguro e livre de crimes violentos, particu-

¹¹ Apenas na cidade de Belo Horizonte, foram realizadas 3.745 entrevistas, em um total de 205 setores censitários, considerados como vizinhanças.

larmente, de violência interpessoal. Os autores destacam a relevância dos mecanismos informais pelos quais os residentes buscam alcançar a ordem pública e explicam a variação da violência entre os bairros, a partir de expectativas comuns¹² e efetivo controle social. Para eles, o controle informal não deve ser equiparado à regulação formal imposta por instituições tais como a Polícia ou a Justiça, ao contrário, esse mecanismo será ativado sob a condição de confiança mútua e solidariedade entre os residentes.

De acordo com a metodologia proposta por Sampson e seus colegas (1997), eficácia coletiva é uma medida que caracteriza a organização social do bairro através da predisposição e intenção em intervir nos comportamentos dos residentes sob condição de confiança mútua e coesão. Neste trabalho, usamos as informações da pesquisa de vitimização realizada na cidade de Belo Horizonte, em que questões semelhantes àquelas usadas pelos autores permitiram a construção do indicador de eficácia coletiva ao nível de vizinhanças.

Assim, na pesquisa realizada em Belo Horizonte, coesão social e confiança foram representadas por uma escala de quatro itens do tipo Likert. Os entrevistados foram perguntados (cv1) se reconheceriam pessoas passando na rua em frente à sua residência,¹³ (cv2), a frequência com que falam pessoalmente, fazem ou recebem visitas de moradores da vizinhança e (cv3) a frequência com que trocam gentilezas ou favores com seus vizinhos,¹⁴ (cv4) se poderiam confiar em seus vizinhos¹⁵ e, (cv5) se concordavam que os residentes de sua vizinhança compartilhavam interesses, preocupações, ideais e objetivos comuns.¹⁶

¹² Uma situação de conformidade em que os residentes, em geral, compartilham os mesmos valores com respeito a normas, regras e objetivos a serem alcançados para a comunidade como um todo.

¹³ As alternativas de respostas foram: “praticamente todos”; “uma grande parte”; “apenas um ou outro”; “não reconheceriam nenhum”.

¹⁴ Para 2 e 3, as alternativas de respostas foram: “mais de duas vezes por semana”; “uma ou duas vezes por semana”; “menos de uma vez por semana” e, “não costuma falar, visitar, trocar gentilezas com vizinhos”.

¹⁵ As alternativas de respostas foram: “poderiam confiar na maioria dos vizinhos”; “poderiam confiar em alguns vizinhos que residiam na proximidade da sua casa”; “poderiam confiar em somente um ou outro vizinho”; “não confiavam ou não conheciam os vizinhos suficientemente para confiar”.

¹⁶ As alternativas de respostas foram: “concorda totalmente”; “concorda em parte”; “discorda totalmente”; “discorda em parte”.

A medida de controle informal foi recodificada de modo a ser representada, como as medidas anteriores, por uma escala de quatro itens do tipo Likert em cinco questões. Nas primeiras quatro questões os entrevistados foram perguntados se achavam que os vizinhos procurariam alguns serviços ou instituições públicas a fim de solucionar os problemas ao se depararem com: (cv71) um bando de adolescentes em bares, ou nas esquinas das ruas de sua vizinhança com outros colegas no horário escolar; (cv72) um bando de adolescentes fazendo uso de drogas ilegais em locais públicos de sua vizinhança; (cv73) um bando de adolescentes xingando, ofendendo, insultando ou agredindo outras pessoas na sua vizinhança; (cv74) brigas ou discussões nas proximidades de sua casa. A outra questão (cv8) indagou aos entrevistados se poderiam contar com seus vizinhos para acionar instituições ou serviços quando precisavam arrecadar ou conseguir recursos para melhorias na sua vizinhança.¹⁷

Teoricamente, coesão social, confiança mútua e controle informal deveriam compreender aspectos de uma mesma medida latente, denominada de Eficácia Coletiva (SAMPSON et al., 1997). Entretanto, em termos das vizinhanças analisadas, os resultados de nossas análises configuram um resultado paradoxal: medidas que deveriam compor uma única variável latente de coesão social e confiança não se correlacionaram. Ao contrário, a análise do componente principal gerou três medidas latentes representando cada uma das dimensões.

Seguindo a metodologia de construção do indicador de Eficácia Coletiva, realizamos análise fatorial exploratória por meio do método de componentes principais. Conduzimos os testes de Kaiser-Meyer-Olkin para avaliar a adequação dos dados e o teste de esfericidade de Bartlett, que indica a correlação entre as variáveis. De acordo com o

¹⁷ Para todas as questões desse bloco, as alternativas de respostas foram: “sempre”, “na maioria das vezes”, “apenas algumas vezes”, “nunca”.

método, foram retidos na análise apenas os fatores que contribuíram com uma variância maior que a de uma variável isolada, isto é, fatores que apresentaram autovalores (*eigenvalues*) maiores que 1. As cargas fatoriais (*loadings*) maiores ou iguais a 0,4 foram utilizadas para estabelecer a qual fator a variável se aderiu e foi testada a rotação Varimax para otimizar a interpretação dos fatores.

A análise de componente principal gerou três medidas latentes representando cada uma das dimensões. O primeiro componente principal foi criado com base no conjunto de variáveis relacionadas aos elementos de controle social informal e explicou 41,7% do total. O segundo componente principal remete à dimensão de coesão social e explicou 20,8% da variação. Por fim, o terceiro componente principal obtido diz respeito à dimensão de confiança mútua entre os vizinhos e explicou 11,09% da variação total. Ao todo, as três dimensões latentes do elemento de Eficácia Coletiva explicaram 73,70% da variação total e os seus respectivos coeficientes de saturação (cargas fatoriais ou *loadings*) estão apresentados na Tabela 5.5.

Tabela 5.5. Coeficientes de saturação com base nos elementos da Eficácia Coletiva (n = 205), Belo Horizonte, 2006.

Variável	Fator		
	Controle informal	Coesão social	Confiança mútua
cv1	-,167	,632	-,380
cv2	-,136	,793	,216
cv3	,082	,878	,088
cv4	,201	,320	,647
cv5	,155	-,086	,844
cv71	,864	,027	-,037
cv72	,885	-,211	,248
cv73	,900	-,103	,223
cv74	,915	-,139	,191
cv8	,693	,294	,147

KMO = 0,822

Valor p do teste de esfericidade de Barlett = 0,000.

Fonte: CRISP/ Pesquisa de Vitimização, 2006.

Dessa forma, as dimensões latentes podem ser interpretadas da seguinte maneira:

- Controle informal: representada pela percepção de que os vizinhos estariam predispostos e poderiam contar uns com os outros na busca de soluções para problemas locais e melhorias na sua comunidade;
- Coesão social: representada pelas questões relativas à troca de favores, contatos entre vizinhos e reconhecimento de pessoas na vizinhança e,
- Confiança: dimensão que reflete o grau em que os vizinhos compartilham os mesmos valores e confiam uns nos outros.

Segundo nossa argumentação, a aparente contradição verificada no contexto da cidade de Belo Horizonte acerca da não correlação entre coesão social e sentimento de confiança nas vizinhanças, vem reforçar a premissa do trabalho de que o controle social informal local fica prejudicado em situações de incerteza de atuação do nível público de controle. Apesar de concordarmos que a condição de confiança e coesão entre os residentes de um bairro seja um elemento fundamental para o efetivo exercício do controle social, essa relação não é necessária para se reverter em controle social. Ao contrário, a nossa hipótese é que as vizinhanças diferencialmente ativam o controle social informal quando seus residentes compartilham o sentimento de confiança no nível local (confiança mútua) e com relação ao nível externo (confiança nas instituições formais de controle, como as polícias, por exemplo). Sob esse aspecto, coesão é um conceito meramente demonstrativo da proximidade espacial e densidade das interações sociais, e pode indicar uma estratégia de sobrevivência em ambientes caracterizados por privação econômica e alto nível de violência interpessoal (SAMPSON, 2012). Não obstante, uma comunidade terá menores níveis de violência quando a relação entre suas características estruturais estiver mediada por elementos de controle social e confiança em distintos níveis.

A outra medida de particular interesse neste trabalho com relação ao efeito multicontextual da oportunidade criminal é o papel de controle e regulação das atividades ro-

tineiras de indivíduos ou grupos com respeito ao elemento de vigilância (*guardianship*). No nível das vizinhanças, a vigilância exerce um papel crucial como regulador e restritivo ao estabelecimento de atividades criminosas. Em termos da teoria das Abordagens Rotineiras, vigilância representa elementos formais e informais de controle do ambiente (COHEN; FELSON, 1979). Hipoteticamente, altos níveis de vigilância reduzirão a probabilidade de ocorrência de um evento criminal, apesar dos outros elementos destacados pela teoria. De acordo com essa teoria, a vigilância não se refere à presença dos instrumentos formais de controle, como a Polícia. Os cidadãos comuns na sua rotina diária são os principais “guardiões” na sociedade. O que está subjacente à ideia de vigilância, ou guardião, é o seu efeito principal em “desencorajar os infratores de realizarem um crime” (FELSON, 1998). Da mesma forma, a percepção de uma Polícia confiável e mais eficiente é um forte elemento institucional, capaz de garantir maior interesse em participação e mobilização comunitárias no sentido de resolução de conflitos locais.

Isto posto, consideramos o indicador de vigilância indiretamente, por não dispormos de elementos objetivos que pudessem ser operacionalizados estatisticamente. Assim, usamos as questões sobre percepção de confiança e eficiência nas polícias Militar e Civil por meio de questões da referida pesquisa de vitimização realizada em 2006. A justificativa para se usar essas questões como uma *proxy* de vigilância é que acreditamos que uma comunidade terá maior propensão a exercer o controle informal, na medida em que confia na capacidade dos órgãos formais de controle em responderem prontamente caso sejam acionados, assim como avaliam seu desempenho positivamente. A dimensão relativa à confiança e à efetividade das organizações policiais foi obtida por meio da mesma pesquisa de vitimização. Os resultados gerais para os entrevistados da cidade de Belo Horizonte podem ser verificados nas Tabelas 5.6 e 5.6a.

Tabela 5.6. Percepção de confiança nas instituições policiais (%).

Instituição	Não confia	Confia pouco	Confia razoavelmente	Confia muito
Polícia Militar	14,4 (N = 379)	24,4 (N = 641)	44,1 (N = 1160)	17,1 (N = 450)
Polícia Civil	16,6 (N = 174)	28,5 (N = 298)	41,7 (N = 436)	13,3 (N = 139)

Fonte: CRISP/ Pesquisa de Vitimização 2006.

Tabela 5.6a. Percepção de eficiência no trabalho das polícias (%).

Instituição	Nada eficiente	Pouco eficiente	Razoavelmente eficiente	Muito eficiente
Polícia Militar	10,8 (N = 281)	27,1 (N = 703)	46,4 (N = 1202)	15,7 (N = 406)
Polícia Civil	14,2 (N = 147)	26,9 (N = 279)	42,2 (N = 438)	16,7 (N = 173)

Fonte: CRISP/ Pesquisa de Vitimização 2006.

Como se pode observar, as variáveis possuem uma escala de quatro itens do tipo Likert, cujas respostas dos entrevistados serviram para serem agregadas ao nível da sua vizinhança pelo valor médio. Em seguida, as medidas que sumarizam as diferentes percepções acerca das instituições policiais foram agrupadas para representarem o indicador de vigilância ao nível das vizinhanças. Entre as 205 unidades ecológicas deste estudo consideradas vizinhanças, o valor médio desse indicador de vigilância (*proxy*) foi de 10,37, variando entre um mínimo de 6,37 e máximo de 13,46.

5.6 TÉCNICAS ANALÍTICAS (MODELAGEM ESTATÍSTICA)

5.6.1 “Hot Spots” de crimes e concentração espaço-temporal

A primeira questão de pesquisa relaciona-se ao pressuposto de que o crime é ecologicamente concentrado no espaço urbano devido à existência de “ambientes de oportunidades criminais diferenciadas”. Ou seja, independente da existência de uma distribuição uniforme de ofensores pela cidade, a presença desproporcional de alvos adequados e de pouca vigilância (ou eficácia coletiva) implicaria numa possível concentração de crime

em determinados lugares. Assim, gostaríamos de investigar se os crimes possuem algum tipo de padrão de distribuição espacial diferenciado na cidade, em oposição a uma possível distribuição aleatória na área; ao mesmo tempo, procuramos verificar a existência de uma estabilidade espacial nessa distribuição de crimes ao longo dos anos em estudo.

O padrão de distribuição de crimes na cidade de Belo Horizonte poderia ser verificado apenas pela visualização de um simples mapa contendo a localização das ocorrências a partir do seu local de registro. No entanto, dois problemas imediatos surgem com esse tipo de análise: primeiro, na medida em que se aumenta o volume de dados a serem analisados, torna-se mais difícil a detecção de áreas com elevada concentração de crimes. Outro problema relacionado a mapas pontuais dessa natureza, diz respeito àqueles casos em que um mesmo endereço concentra mais de uma ocorrência, de maneira que a simples análise visual do mapa não permite diferenciar esses locais de outros em que se registrou apenas um evento.

Para resolver esse problema, utilizamos uma técnica estatística que permite a estimação de uma superfície de densidade a partir de uma distribuição espacial de pontos. Dada uma área geográfica em estudo com certa distribuição discreta de eventos pontuais, essa técnica implica em sobrepor uma grade (*grid*) na qual cada célula (quadrícula da grade) contém uma estimativa da densidade espacial daqueles eventos. Entre os métodos disponíveis para estimação de densidade, a função de densidade de Kernel é uma das mais usualmente empregadas (CHANEY; RATCLIFFE, 2005; ECK et al., 2005; FOTHERINGHAM et al., 2000; SANTOS; ASSUNÇÃO, 2003).

A técnica de estimação de densidade de Kernel procura fornecer uma estimativa suavizada da densidade de probabilidade por unidade de área, relevante para análise do comportamento de processo estocástico espacial (SANTOS; ASSUNÇÃO, 2003). So-

mando os “Kernels” individuais, em cada célula da grade, obtém-se a estimativa de densidade para a distribuição, que pode ser visualizada em diversos pacotes estatísticos. A estimativa da densidade de uma distribuição bivariada em torno de uma localização (x,y) pode ser obtida por:

$$f(x, y) = \frac{1}{nh_2} \cdot \sum_{i=1}^n K\left(\frac{d_i}{h}\right)$$

Na fórmula, $f(x,y)$ é a estimativa de densidade da localização (x,y) ; n é o número de observações; h é a largura da banda (*bandwidth*); K é a função de Kernel; e d_i é a distância entre a localização (x,y) e a localização da i -ésima observação. O efeito agregado das funções de Kernel para cada célula da grade sobreposta à área em estudo cria uma distribuição contínua refletindo uma imagem suavizada da distribuição espacial dos dados originalmente considerados.

No caso específico de dados de crimes, o resultado da estimativa de densidade de Kernel oferece uma boa indicação da densidade ou concentração de crimes na área em estudo, também denominado “*hot spots*” de crimes (ECK, 2005). A pertinência do seu uso neste estudo justifica-se pela dificuldade em observar as concentrações espaciais de crimes a partir de grandes volumes de dados pontuais, bem como da necessidade de detectar alguma localização com grandes quantidades de registros sobrepostos. Além de facilitar a visualização das áreas com maior incidência, outra vantagem dessa técnica é que não nos restringimos a limites geográficos, isto é, não se trata simplesmente de uma contagem de crimes por bairros, setores censitários, regiões administrativas.

5.6.2 Dependência espacial de homicídios

A segunda questão de pesquisa deste trabalho refere-se à necessidade de se verificar a existência de uma possível interdependência espacial de homicídios entre as áreas

consideradas vizinhança. Nesse caso, o nosso interesse é analisar a situação em que a distribuição da variável de homicídio na área i depende também dos outros valores dessa mesma variável de crime medida nas outras áreas vizinhas no mapa. Um modo de testar empiricamente a natureza da interdependência espacial é por meio da análise de associação de Moran. Este recurso classifica cada área em análise baseado no seu valor para uma dada variável, z (por exemplo, taxa de homicídio), e a média ponderada espacialmente desta variável z nas áreas contíguas ou próximas, que é denotado por W_z . Essa metodologia de análise de associação espacial é obtida por meio da construção do índice I de Moran, cuja expressão formal para uma análise global de uma variável z_i numa área i é dada por:

$$I = \frac{\sum_{ij} W_{ij} (z_i - \bar{z}) \cdot (z_j - \bar{z})}{n} / \sigma^2(z)$$

Na fórmula, σ^2 é a variância da amostra, W_{ij} são os elementos da matriz de vizinhança. Se $W_{ij} = 1$, os setores censitários i e j são vizinhos, caso contrário, $W_{ij} = 0$.

No entanto, uma limitação do índice I de Moran é o fato de fornecer um único valor, como medida da associação espacial, para todo o conjunto de dados. Com o propósito de identificar áreas nas quais os valores da variável de interesse são extremos e geograficamente homogêneos, uma medida complementar do I de Moran global denominada Indicador Local de Associação Espacial (LISA) foi proposta por Anselin (1995) permitindo a identificação de padrões de associação espacial, estatisticamente significativos, bem como a decomposição do índice global de associação espacial. A expressão do LISA é denotada por:

$$I_i = \frac{\sum_j W_{ij} (z_i - \bar{z}) \cdot (z_j - \bar{z})}{\sum_i (z_i - \bar{z})^2}$$

Neste trabalho, a variável z_i refere-se à taxa de homicídio por 100 mil habitantes na área i e a matriz de vizinhança w_{ij} é de primeira ordem.

Conforme já observado, o resultado LISA permite que sejam visualizadas no mapa dois tipos de informação: 1) bairros (setores censitários) cujas taxas de homicídio são significativamente relacionadas com as taxas dos setores vizinhos, de acordo com a significância da estatística local I de Moran e 2) os bairros com significância estatística são diferenciados de acordo com a natureza da relação entre cada área e o seu conjunto de vizinhos.

5.6.3 Efeito de bairros e crime: modelos de associação

Neste trabalho, verificamos a associação entre variáveis que caracterizam as vizinhanças urbanas e as suas respectivas taxas de homicídio consumado a partir da técnica estatística de regressão linear múltipla. Situações como essas podem ser estudadas por meio da análise de regressão, que consiste em determinar uma função matemática que busca descrever o comportamento de uma variável resposta, denominada dependente (Y), com base nos valores de um conjunto de variáveis consideradas independentes ou explicativas (X) (CORRAR et al., 2009; FARIAS et al., 2003; HAMILTON, 1992). Essa técnica estatística permite mensurar o efeito de uma ou mais variáveis causais presentes no modelo, independente uma das outras. Além disso, avalia a associação da variável dependente com o conjunto de variáveis explicativas. Resumidamente, a regressão pode ser entendida como o estabelecimento de uma relação funcional entre duas ou mais variáveis envolvidas na descrição de um fenômeno (CORRAR et al., 2009).

Analisamos a relação linear entre a variável dependente e um conjunto de variáveis explicativas por meio do Método dos Mínimos Quadrados (MMQ), cujo objetivo é ajustar o modelo de modo a minimizar ao máximo possível a soma dos quadrados dos

resíduos (SQR). A combinação linear de variáveis independentes que, teoricamente, estejam associadas à variável dependente, é representada por uma equação, ou modelo de regressão, dado por:

$$Y = \beta_0 + \beta_1\chi_1 + \beta_2\chi_2 \dots + \beta_n\chi_n + \varepsilon$$

Na fórmula, Y é a variável dependente; $\chi_1, \chi_2, \dots, \chi_n$ são as variáveis independentes; $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ são os parâmetros da regressão; ε é o termo que representa o resíduo ou erro da regressão.

Inicialmente, especificamos um modelo básico no qual foram testados os efeitos das variáveis independentes sobre a variável resposta representada pelo logaritmo da taxa média de homicídio entre os anos de 1998 a 2006. Os setores censitários foram usados como unidades de análise, constituindo um total de 2.547 setores analisados. Caso as taxas de homicídio não fossem determinadas apenas pelos fatores estruturais, esperaríamos encontrar algum padrão espacial da incidência de homicídio além daquele criado pelas similaridades sociodemográficas dos setores geograficamente próximos. Para verificar essa situação, usamos métodos estatísticos para avaliar a interdependência espacial, ou dependência entre unidades espacialmente próximas.

Tipicamente, essa é uma situação referida por transbordamento espacial que pode ser examinada de dois modos distintos: um modelo de defasagem espacial (*spatial lag*) e outro de erro espacial (*spatial error*). Alguns autores (ANSELIN et al., 1996; BALLER; RICHARDSON, 2002) sugerem que os processos de defasagem e de erro sejam determinados empiricamente por meio dos testes de Lagrange Multiplier e Robust Lagrange Multiplier. Outros autores, por sua vez, afirmam que uma vez controlada a heterogeneidade espacial por meio do modelo de defasagem espacial, não há necessidade de contrastá-lo com o modelo de erro espacial (BALLER et al., 2001; DOREIAN, 1980).

Por conta da utilização de áreas contíguas como unidade de análise, optamos por empregar um modelo de regressão com defasagem espacial (*spatial lag*). O modelo de defasagem espacial é preferível ao modelo de erro espacial porque esse último ignora possíveis autocorrelações espaciais ou dependência em covariáveis mensuradas (HAMILTON; VILLARREAL, 2011). Para tanto, incorporamos ao modelo de regressão linear original uma covariável adicional, denominada de defasagem espacial, que corresponde a uma média ponderada da variável dependente nas localizações vizinhas de uma determinada área. Essa modelagem agrega a influência espacial da vizinhança, definida previamente por uma matriz de peso espacial, e estipula um efeito adicional ao valor da variável dependente de uma dada área. Compatível com a noção de processo de difusão, o modelo de defasagem espacial assume a influência das taxas de homicídio dos vizinhos, e não simplesmente um resultado das variáveis independentes consideradas no modelo. O modelo de defasagem espacial é denotado por:

$$Y = \rho W_y + \sum \chi \beta + \varepsilon$$

Na fórmula, ρ é o coeficiente da defasagem espacial e W é uma matriz de peso espacial, $\sum \chi \beta$ é o efeito das covariáveis do modelo original e ε representa o erro da regressão. Intuitivamente, a ideia básica por trás desse modelo de defasagem espacial é a de que “residents of a focal neighborhood are exposed to both the measured and unobserved characteristics of surrounding neighborhoods” (SAMPSON, 2012).

Modelagem de Equações Estruturais – MEE

Segundo Klem (FARIAS; SANTOS, 2000; KLEM; GRIMM, 1995), a modelagem de equações estruturais (*structural equations modeling – SEM*) pode ser considerada uma extensão da regressão múltipla. Nesta última, busca-se prever uma única variável

dependente, enquanto na MEE pode haver mais de uma variável desse tipo. Enquanto a regressão linear múltipla avalia efeitos entre um conjunto de variáveis observáveis, com a modelagem de equações estruturais podemos ir além e testar uma teoria de ordem causal entre um conjunto de variáveis não observáveis ou latentes. Essa técnica vem sendo aplicada na resolução de problemas práticos de testes de modelos complexos, com múltiplas variáveis simultâneas e traços latentes (PILATI; LAROS, 2007). De maneira geral, essa técnica estatística tem despertado interesse em diversas áreas de estudo por várias razões, sendo as principais: a) fornecer um método direto para lidar simultaneamente com múltiplas relações, b) estimar a magnitude dos efeitos entre as variáveis c) avaliar as relações no âmbito geral e fornecer uma transição da análise exploratória para a análise confirmatória (HAIR et al., 2009; KLEM, 2000).

Fundamentalmente, os métodos de MEE iniciam-se a partir de um modelo conceitual em que as relações entre as variáveis são especificadas a partir de uma referência teórica precedente. O método, por sua vez, disponibiliza as estimativas das relações entre as variáveis hipotetizadas teoricamente dispostas em forma de diagrama: um modo resumido de apresentar um conjunto de hipóteses. O modelo relacional especificado (por meio de um diagrama, por exemplo) apresenta o impacto de uma variável sobre a outra (relação direta), assim como da relação de influência indireta, ou seja, de uma variável interveniente ou mediadora posicionada entre duas outras variáveis de forma simultânea (FARIAS; SANTOS, 2000).

Esse método tem recebido o nome de modelagem de trajetória (*path modeling*), análise de trajetória (*path analysis*) e análise de variáveis latentes de equações estruturais (*latent variable analysis of structural equations*). Em alguns casos, a técnica tem sido referida pela denominação dos *softwares* que permitem sua implementação como

Lisrel® e Amos®. Mais recentemente, tem se utilizado o termo modelos causais (causal models) para descrever essa metodologia. Nas Ciências Sociais, Blalock (1964) e Duncan (1966), citados por Klem (1995), são considerados os pioneiros na utilização dessa técnica a partir da década de 1960. No âmbito da Criminologia, em particular dos estudos que associam características de bairros à incidência de crimes, Sun e seus colegas (2004) testam o modelo estendido da desorganização social que inclui as proposições originais de Sampson e Groves (1989) empregando a modelagem de equação estrutural.

Assim como o método estatístico da regressão pelos mínimos quadrados, o MEE permite avaliar o efeito das variáveis preditoras (independentes) sobre a variável dependente, porém, esse método permite que se tenha mais de uma variável dependente em um único modelo. Além do mais, o MEE pode incorporar variáveis latentes na análise, isto é, um conceito teorizado e não observado que pode ser mensurado por meio de duas ou mais variáveis observadas, e sua utilização justifica-se, em termos práticos e teóricos, por uma melhoria na estimação estatística (HAIR et al., 2009). Por fim, outra vantagem desse método é o fato de admitir a existência do erro de mensuração. De acordo com Hair e seus colegas (idem), em outras técnicas assume-se que não há nenhum erro de mensuração das variáveis, entretanto, em termos teóricos e práticos, sabemos que não se pode medir um conceito sem algum grau de incerteza.

Em um modelo amplo, a MEE representa a visualização das relações hipotéticas de causa-efeito entre as variáveis, conforme discussão teórica utilizada nesta tese. A partir de uma composição estrutural, essas relações são descritas pela magnitude do efeito (direto ou indireto) entre as variáveis independentes (observadas ou latentes) sobre a (s) variável (is) dependente (s) (também, observáveis ou latentes). Como uma técnica estatística confirmatória, a MEE possibilita ao pesquisador determinar a validade do modelo teórico perante os dados observados.

Nesta tese, incorporamos em nossas análises o MEE para melhor investigar as relações entre as variáveis independentes e dependentes do modelo de associação, sobretudo devido ao fato de que certas variáveis independentes (por exemplo, Eficácia Coletiva) são resultados de um construto latente, um composto de variáveis observáveis. Com isso, usamos a técnica para realizar uma análise fatorial confirmatória da medida das principais medidas usadas: Eficácia Coletiva e Percepção de Confiança e Efetividade nas Organizações Policiais. Isso foi possível devido à utilização *a priori* de uma estrutura teórica que deveria compor a matriz fatorial. Essa técnica se justifica pela sua capacidade de modelar constructos latentes com baixa confiabilidade dos indicadores, como é o caso das medidas latentes de percepção, avaliação ou satisfação (REISINGER; TURNER, 1999).

Na literatura especializada, não há consenso sobre o tamanho da amostra ideal para usar MEE. Hair et al. (2009) sugerem um mínimo de 200 casos para fornecer uma base sólida para estimação.¹⁸ Nesse sentido, este estudo cumpriu essa recomendação a fim de garantir as soluções do método de MEE. Em todos os testes que se seguiram, foi ponderado um nível de significância de 5% e as estimativas foram realizadas com o uso do software AMOS – SPSS (PASW) (*Analysis of Moment Structures – Statistical Package for Social Sciences*) versão 18.0.

¹⁸ Outros autores são mais flexíveis e sugerem uma amostra mínima de 150 casos (ANDERSON, GERBING, 1988).

6 RESULTADOS

6.1 CONCENTRAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DE HOMICÍDIOS

A FIGURA 6.1 REPRESENTA O MAPA de concentração espacial de homicídios na cidade de Belo Horizonte. Conforme especificado anteriormente, utilizamos a função de densidade de kernel para estimar a concentração espacial na área em estudo. Como se pode observar, ao longo do período considerado no estudo, duas áreas se destacam com elevada concentração espacial de homicídios consumados, localizadas na região oeste da cidade. Além dessas áreas, devem ser destacados os outros pontos da cidade que também apresentam uma concentração relativamente elevada e coincidem da mesma forma, com outras áreas de aglomerados urbanos, ou favelas. Como um todo, podemos assinalar, aproximadamente, oito “hot spots” de homicídios consumados na cidade, sistematicamente localizados em áreas de favelas.

Observa-se que, ao longo dos anos, a incidência de homicídios fica restrita a poucas áreas no interior da cidade. Outro fator que nos chamou a atenção foi a forte estabilidade espacial de homicídios, isto é, nos nove anos considerados neste estudo, verifica-se que a violência características de uma determinada área se repete ao longo do tempo, indicando uma forte previsibilidade com respeito aos locais violentos. Na Figura 6.2, fizemos a mesma análise espacial de concentração de homicídio em Belo Horizonte para cada um dos anos separadamente.

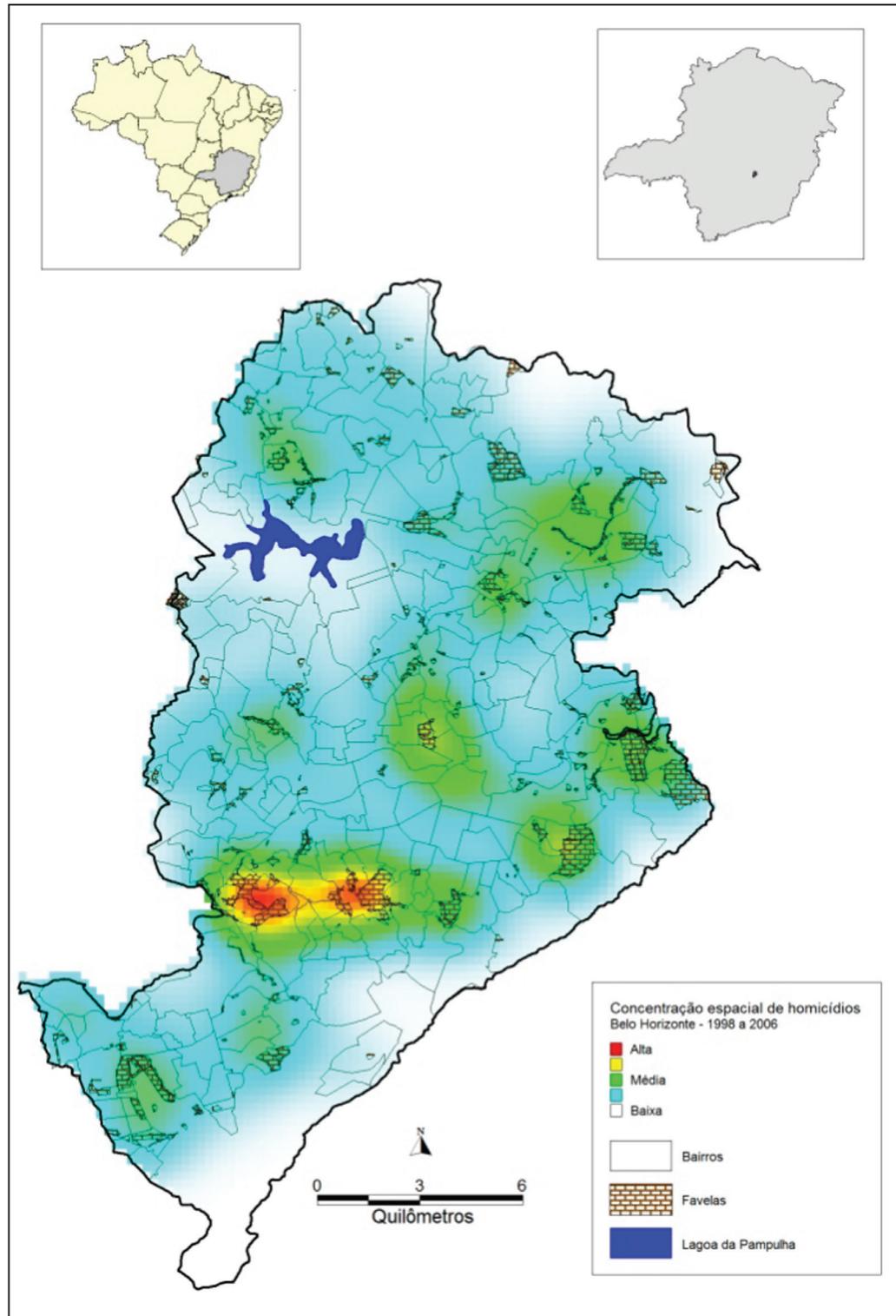


Figura 6.1. Concentração espacial de homicídio consumado Belo Horizonte – 1998 a 2006.
Fonte: CRISP/ UFMG – tabulação própria.

Nessa tese, a concentração espacial de homicídios em poucas vizinhanças e sua regularidade espacial ao longo dos anos (os coeficientes de Pearson para o lag superior a 0,7) nos permite descartar a possibilidade de estarmos diante de um processo aleatório da

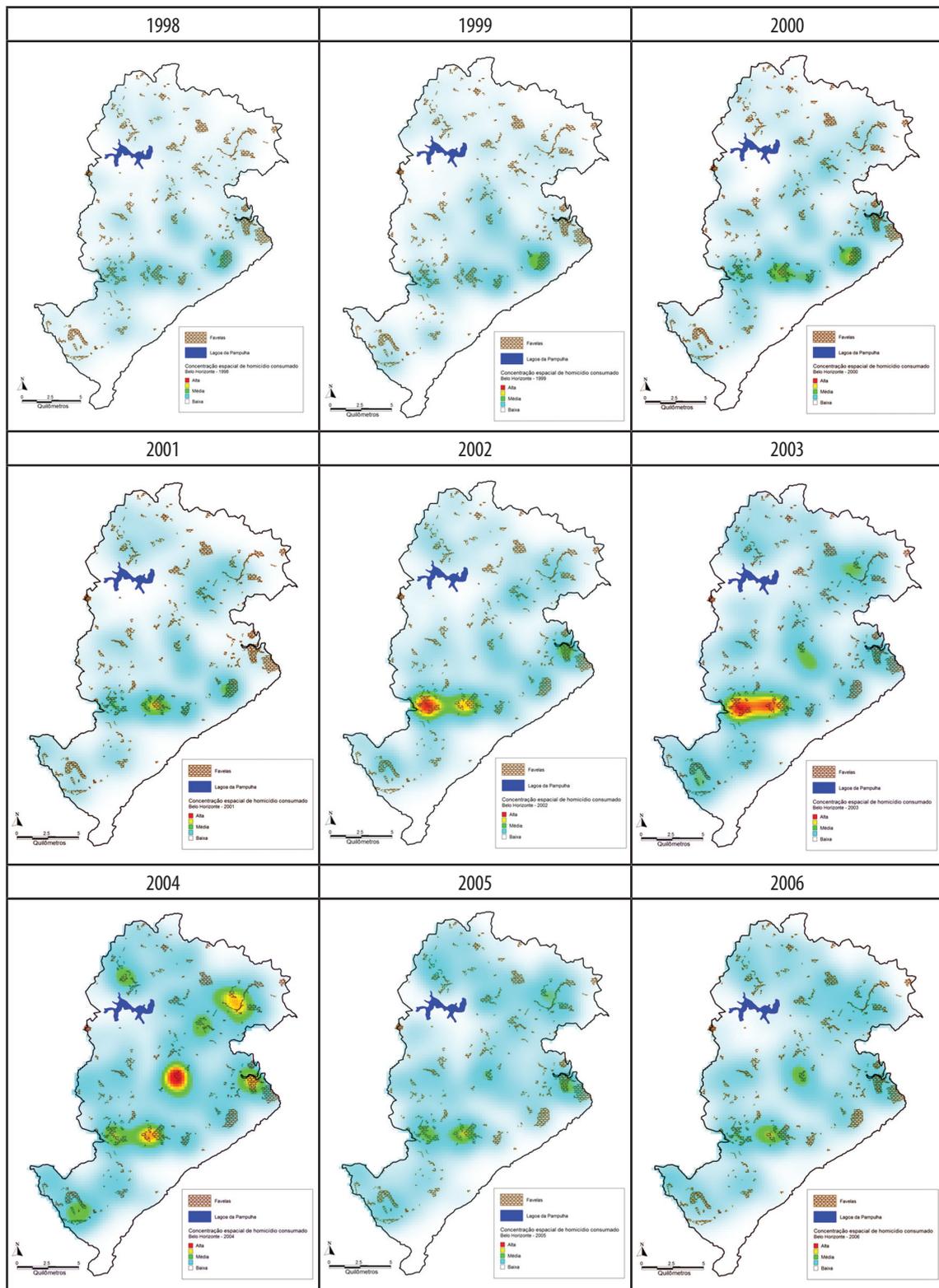


Figura 6.2. Concentração espacial de homicídio consumado Belo Horizonte – 1998 a 2006.

Fonte: CRISP/ UFMG – tabulação própria.

incidência de homicídios. Os resultados corroboram a hipótese de que os locais são especializados em crimes, em especial, possuem uma forte regularidade espacial com respeito a incidência de homicídios consumados, ao longo dos anos analisados. Para confirmar

a estabilidade espacial, calculamos a correlação de Pearson entre os anos cujos valores obtidos podem ser visualizados no Gráfico 6.1.

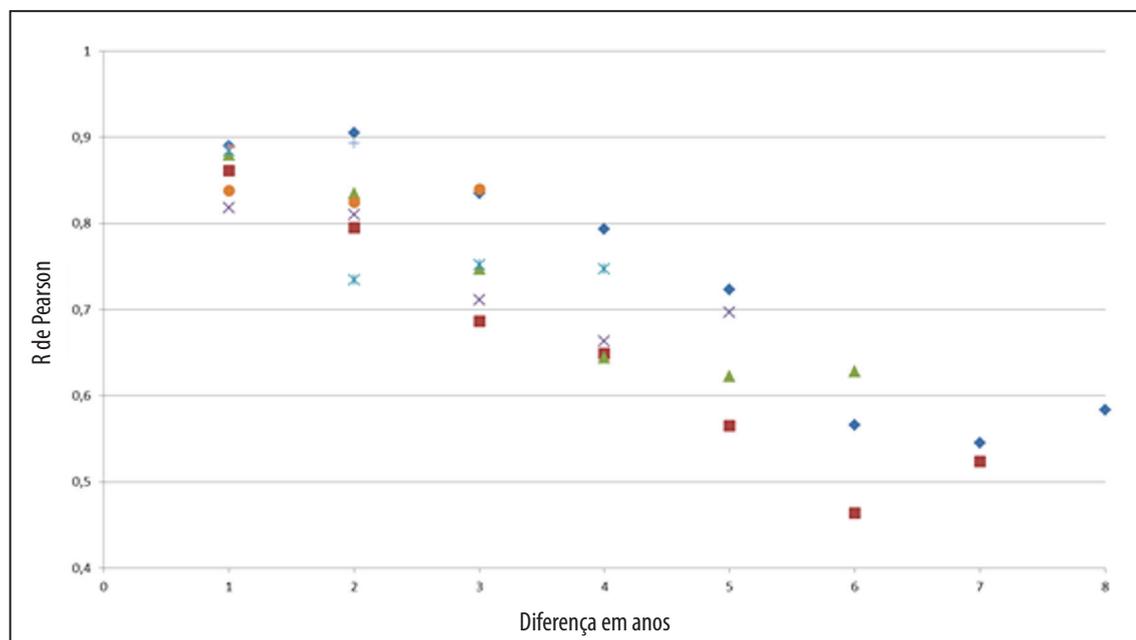


Gráfico 6.1. Índice de correlação de Pearson relativo à concentração espacial de homicídios consumados em Belo Horizonte – 1998 a 2006. Fonte: CRISP/UFMG – tabulação própria.

6.2 CLUSTER DAS TAXAS DE HOMICÍDIO

O índice I de Moran global para a taxa de homicídio em Belo Horizonte entre os anos de 1998 a 2006 foi de 0,736. Este valor é estatisticamente significativo a um nível até 1% (p-valor igual a 0,001). O resultado confirma a existência de *cluster* espacial na área em estudo ao longo dos nove anos analisados. A Figura 6.3 apresenta o mapa resultante da análise de correlação local (LISA) para os 2.547 setores censitários da cidade de Belo Horizonte. Neste mapa são identificados os *clusters* locais das taxas de homicídio na cidade, onde a taxa de homicídio em uma determinada vizinhança é associada à respectiva taxa de seus vizinhos imediatos. Como se pode observar, o mapa está subdividido em quatro categorias indicando a natureza da relação entre a taxa em cada setor censitário e a taxa dos seus vizinhos.

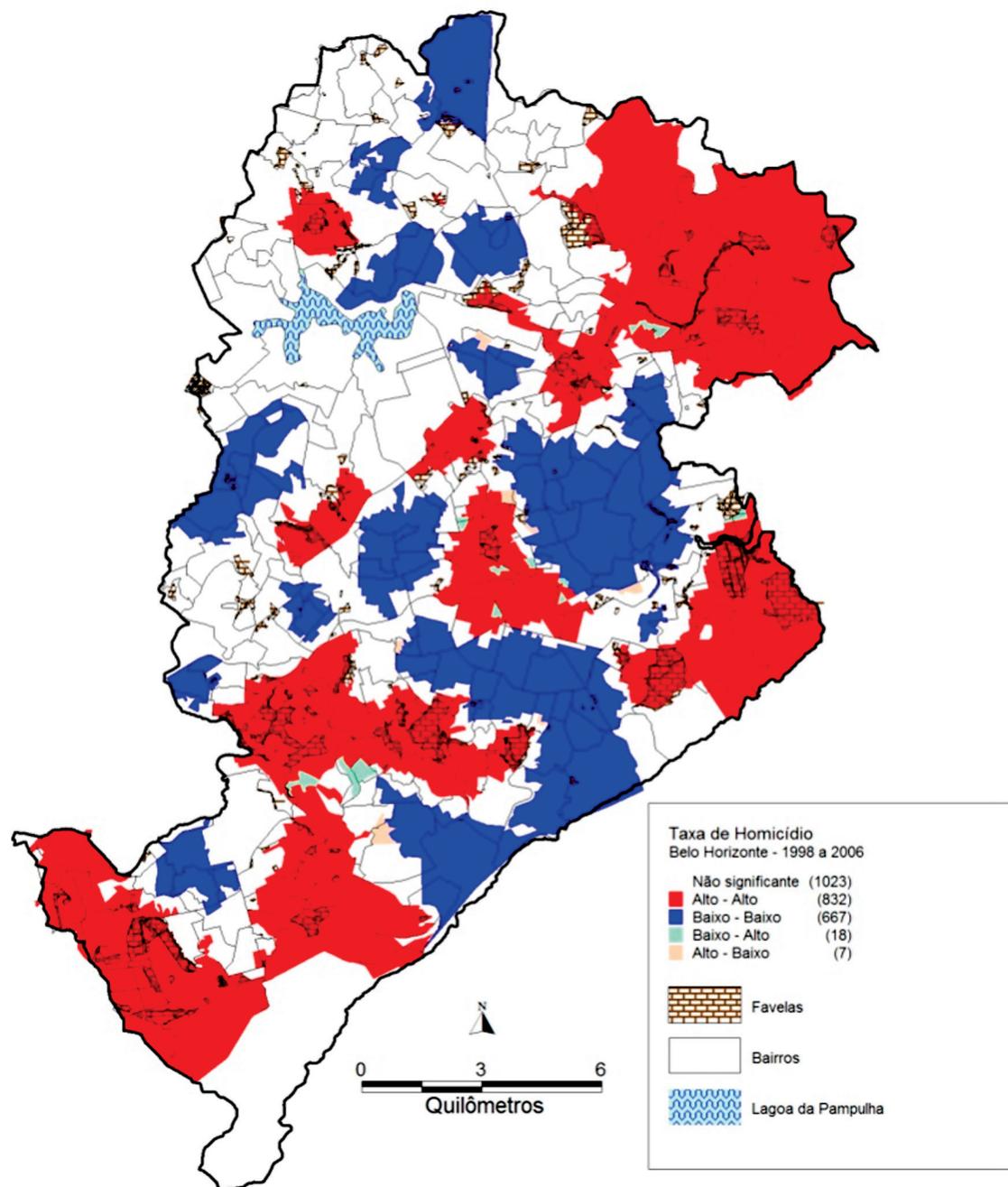


Figura 6.3. Mapa de Associação Espacial (LISA) da taxa de homicídio consumado Belo Horizonte – 1998 a 2006.
Fonte: CRISP/UFMG – tabulação própria.

Basicamente com relação à taxa de homicídio, a análise de associação local (LISA) ou mapa de Scatterplot Moran demonstra como a cidade de Belo Horizonte está subdividida em duas situações bem específicas e opostas: de um lado, regiões com taxas elevadas e vizinhos na mesma situação, de outro, áreas com taxa baixa e vizinhança cujas taxas são menores que a média global. Uma observação mais atenta do mapa permite verificar a forte associação entre a presença de aglomerados urbanos (favelas) e taxas elevadas de

homicídio. No extremo oposto, as áreas com baixa incidência de homicídio, assim como sua vizinhança, são áreas na cidade com maior grau de urbanização, onde a presença de favelas é praticamente inexistente.

Em um estudo realizado no final dos anos de 1990, Morenoff (1999) usou uma base de mapas de setores censitários para a cidade de Chicago e demonstrou a existência de “comorbidade” ecológica para taxas de homicídio, mortalidade infantil, baixo peso de recém-nascidos, lesões acidentais e suicídio. Usando essa mesma técnica de associação espacial, o autor observou a existência de *clusters* espaciais com elevada correlação espacial entre taxa de homicídio e os outros problemas sociais.

Os resultados dessa análise exploratória de dados espaciais respondem às duas questões inicialmente levantadas neste trabalho. Primeiramente, as áreas são especializadas em homicídio na medida em que se verificam “hot spots” em poucas regiões da cidade e que esse tipo de violência local persiste ao longo do tempo. Em outro momento, usando um indicador de associação local (LISA), verificamos o grau de dependência espacial decorrente da natureza dos *clusters* das taxas de homicídio, isto é, a violência associada aos homicídios, nas áreas cuja incidência é elevada, tende a ultrapassar os limites territoriais locais e provocar um efeito de difusão para áreas adjacentes.

6.3 ANÁLISE MULTIVARIADA COM DEFASAGEM ESPACIAL

A Tabela 6.1 apresenta os resultados da análise multivariada do modelo de regressão linear. O modelo 1 representa o efeito das variáveis estruturais sem qualquer consideração de efeito espacial. Esse modelo é estritamente baseado no efeito dos fatores estruturais sobre a taxa de homicídio. De uma maneira geral, os resultados encontrados

são condizentes com o esperado, ou seja, tomadas em conjunto, medidas que caracterizam a vizinhança em termos de desvantagem socioeconômica e desorganização social estão associadas positivamente com maior nível de violência, nesse caso, representado pela taxa de homicídio.

Tabela 6.1. Coeficientes da regressão da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006.

Variável independente	Modelo 1	Modelo 2
Constante	3,205*** (0,268)	1,128*** (0,180)
Índice de concentração de extremos	-0,295*** (0,061)	-0,071 + (0,040)
Carência de infraestrutura básica no domicílio	0,030** (0,009)	0,012* (0,006)
% de crianças < 10 anos	0,034*** (0,004)	0,0002 (0,003)
% resp. dom. entre 10 e 19 anos (LN)	0,124*** (0,032)	0,047* (0,020)
% resp. < 3 anos de estudo (LN)	0,224*** (0,033)	0,089*** (0,021)
% resp. com renda < ½ SM (LN)	-0,017 (0,025)	-0,004 (0,016)
Pessoas por quilômetro quadrado (LN)	-0,164*** (0,021)	-0,118*** (0,013)
Pessoas por domicílio	-0,146** (0,055)	-0,012 (0,036)
% mulheres resp. pelo domicílio	0,014*** (0,002)	0,005*** (0,001)
Lag espacial		0,804*** (0,012)
R2 – ajustado	0,038	0,732

Nota: Números em parênteses correspondem ao erro padrão

+ = $p < 0,10$; * = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$; *** = $p < 0,001$.

A carência de recursos econômicos locais, representada pelo indicador de concentração de extremos (ICE) e carência de infra estrutura, afeta a relação social entre os moradores produzindo um efeito deletério na capacidade local de exercício do efetivo controle social (KORNHAUSER, 1978; SAMPSON; GROVES, 1989). Em termos teóricos, os bairros com elevado índice de desvantagem concentrada carecem de recursos necessários para o estabelecimento de redes de participação informais ou formação de organizações

voluntárias voltadas à resolução de problemas locais. Adicionalmente, a concentração de extremos (ICE) e sua associação negativa com níveis de violência podem estar indicando a capacidade local de articulação e envolvimento com atores externos na resolução de problemas relacionados à violência interpessoal.

Por outro lado, a incorporação de variáveis representativas da estrutura familiar no modelo, nos ajuda a refletir sobre a associação entre as atividades rotineiras das pessoas e sua respectiva taxa de vitimização em nível local. Segundo Sampson e Lauritsen (1994), indivíduos terão maior risco de vitimização quando associados desproporcionalmente, ou em contato direto, com membros de grupos demográficos mais vulneráveis. Nesse sentido, a associação positiva observada entre a proporção de responsáveis com idade entre 10 e 29 anos e taxa de homicídio pode estar refletindo essa exposição ao risco de vitimização associada a um perfil demográfico específico de pessoas que tendem a ficar mais tempo fora de casa, assumindo um estilo de vida que os colocam em maior probabilidade de contato com o risco de se tornarem vítimas de homicídio. Também, áreas com um elevado percentual de população em tais situações, frequentemente proporcionam maior anonimato entre residentes, impedindo a formação de laços sociais e vigilância efetiva contra o crime.

Ainda com relação à estrutura familiar, no âmbito do controle social e exposição ao risco, avaliamos a associação das medidas relativas ao número de mulheres responsáveis pelo domicílio e da proporção de crianças na vizinhança. Felson (1998) apresenta uma interessante argumentação relacionada à aplicação da teoria das Atividades Rotineiras à vida urbana, em particular, do final do século 20. O foco principal de sua análise discute como as mudanças estruturais nos EUA acarretaram alterações nas rotinas das pessoas e, por sua vez, nos níveis de crime. Um importante elemento analisado foi o aumento do nú-

mero de mulheres na força de trabalho que, de um lado, levou a uma maior proporção de áreas residenciais menos ocupadas durante o dia e, por outro lado, representa um processo que ao longo do tempo reduziu a capacidade de controle em nível privado. De acordo com os resultados, essas hipóteses se sustentam, isto é, controladas pelas outras variáveis, essas duas medidas apresentaram uma relação positiva com as taxas de homicídio.

A densidade populacional foi mensurada de duas formas neste trabalho: usamos informação de pessoas por quilômetro quadrado e o número de pessoas por domicílio. Ambas variáveis apresentaram uma associação negativa com a taxa de homicídio, indicando que as localidades com maior densidade são aquelas com menores níveis de violência interpessoal. Apesar dos resultados, observamos na literatura especializada que a relação entre densidade populacional e crime não é teoricamente bem explicada. Em sua síntese acerca dos condicionantes da desorganização social ligados a lugares desviantes, Stark (1987) argumenta que densidade populacional caracteriza deterioração urbana na medida em que conduz a um maior número de residentes fora de casa, fazendo uso de um ambiente com grande variedade de serviços e atividades. Nesse sentido, a densidade conduziria a um tipo misto da área que, por sua vez, proporcionaria maiores oportunidades para o crime. Por outro lado, pode-se considerar que alta densidade de pessoas seja um indicador de maior nível de controle, o que conduziria a uma área livre da violência e do crime (ECK *et al.*, 2000). Nesse sentido, interpretamos os resultados à luz desta última argumentação, isto é, maior densidade numa área corresponde a maior proporção de pessoas “mantendo os olhos nas coisas” e, nesse caso, controlando a ocorrência de homicídio.

Por fim, ao analisarmos o resíduo resultante do modelo de regressão múltipla, observamos que esse foi estatisticamente significativo (I de Moran = 0,5488). Isto sugere a utilização de uma modelagem estatística alternativa, que considere o coeficiente de defa-

sagem espacial. Assim, conforme demonstrado no modelo 2, incorporamos a medida que permite avaliar o grau de dependência entre as áreas e observamos que o seu resultado indica uma situação que reflete um caráter endêmico acerca da distribuição espacial dos homicídios, a exemplo de um contágio espacialmente disseminado.

Dada a natureza do tipo de crime analisado com respeito ao envolvimento dos atores e contexto ambiental, os resultados do modelo considerando o componente de defasagem espacial (spatial lag) nos indicam que a incidência de homicídios, mais que um problema localizado, provavelmente é o resultado de uma situação de conflitos interpessoais de caráter retaliativo. Essa característica intrínseca do fenômeno explicaria o processo de difusão espacial tão significativo observado no segundo modelo. Isto é, controlado pelas propriedades estruturais que caracterizam os bairros, o nível de violência interpessoal é estatisticamente significativo e positivamente relacionado às taxas de homicídios consumados nos bairros vizinhos.

Se, por um lado, a incidência de homicídios é altamente concentrada e, por outro, desencadeia um processo retaliativo que, devido a essa natureza, ultrapassa as fronteiras territoriais de onde o incidente ocorreu, acreditamos estar diante de um fenômeno decorrente de um contexto específico de oportunidade diferencial. Não obstante, as regiões onde sua ocorrência é mais recorrente compartilham características comuns relativas a baixos níveis de controle traduzidos pelos elementos de desorganização social.

Esses resultados sugerem um processo de difusão espacial da violência e de exposição ao risco, no qual a incidência de homicídio é influenciada pelas características de bairros espacialmente próximos que, por sua vez, são ligados espacialmente de uma forma que, em última instância, atinge toda a cidade.

6.4 EFEITO INTERVENIENTE DOS COMPONENTES DA EFICÁCIA E VIGILÂNCIA

Verificar a associação entre características estruturais das vizinhanças e crime, no caso, taxa de homicídio, é apenas uma das propostas deste trabalho. Na realidade, o pressuposto básico é testar uma relação indireta, isto é, avaliar em que medida os elementos geradores de um contexto de desorganização social, assim como de oportunidade criminal diferenciada, agem no sentido de enfraquecer os mecanismos coletivos de controle social favorecendo a ocorrência de crimes, em particular, da violência interpessoal. Da mesma maneira, esse contexto local de desorganização impede o estabelecimento de mecanismos informais de vigilância que, do ponto de vista micro, aumentam a probabilidade de vitimização, associado a frágeis mecanismos de regulação de comportamentos delinquentes.

Por conta dessa relação indireta, em que características estruturais das áreas urbanas definem a forma de organização interna e, conseqüentemente, explicam a conexão com atores externos capazes de promover o exercício de controle social em nível local, descontamos os efeitos das variáveis sociodemográficas e de interação social no modelo de regressão linear, a fim de mensurar a associação entre as variáveis latentes de Coesão Social, Controle Informal e Confiança. Fundamentalmente, o interesse maior foi o de avaliar o efeito interveniente dessas variáveis sob a condição na qual os residentes possuem maior percepção de confiança e efetividade nos trabalhos das instituições policiais.

Entretanto, antes de proceder à análise de regressão linear, gostaríamos de apresentar o resultado da correlação linear de Pearson dos componentes mediadores da Eficácia Coletiva e Vigilância (*proxy* de confiança e efetividade nas organizações policiais) com a medida de concentração de desvantagens e taxa de homicídio nos bairros. Demonstramos com esses resultados uma característica que tem sido objeto de discussão dos estudos eco-

lógicos no contexto latino americano: altos níveis de coesão social em contextos urbanos caracterizados por privação econômica e violentos.

Como se pode observar, a densidade de redes primárias e de sociabilidade caracterizada pela medida de coesão social está relacionada positivamente tanto com níveis elevados de concentração de desvantagens sociais e econômicas, quanto com taxas mais elevadas de homicídio nos bairros. Por outro lado, as medidas de controle informal e confiança mútua, que se associam positivamente com o *proxy* de vigilância, estão correlacionadas negativamente com o indicador de desvantagem concentrada, assim como com bairros onde o nível de violência interpessoal é maior (Tab. 6.2).

Tabela 6.2. Coeficientes de correlação linear de Pearson (n = 205) das variáveis de Desvantagem Concentrada, Eficácia Coletiva, Vigilância e Taxa de Homicídio, Belo Horizonte, 2006.

		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Índice de desvantagem concentrada (1)	Pearson correlation	1	,326**	-,220**	-,326**	-,168*	,456**
	sig. (2-tailed)		,000	,002	,000	,016	,000
Coesão social (2)	Pearson correlation	,326**	1	,000	,000	,005	,273**
	sig. (2-tailed)	,000		1,000	1,000	,941	,000
Controle informal (3)	Pearson correlation	-,220**	,000	1	,000	,144*	-,230**
	sig. (2-tailed)	,002	1,000		1,000	,039	,001
Confiança mútua (4)	Pearson correlation	-,326**	,000	,000	1	,308**	-,200**
	sig. (2-tailed)	,000	1,000	1,000		,000	,004
Vigilância (5)	Pearson correlation	-,168*	-,005	-,144*	-,308**	1	-,122
	sig. (2-tailed)	,016	,941	,039	,000		,082
Taxa de homicídio consumado (6)	Pearson correlation	,456**	,273**	-,230**	-,200**	-,122	1
	sig. (2-tailed)	,000	,000	,001	,004	,082	

** = Nível de significância de 0,01; * = Nível de significância de 0,05.

Fonte: Pesquisa de Vitimização. CRISP, 2006. Tabulação própria.

Após essa breve consideração sobre a correlação entre desvantagem concentrada, medidas latentes da Eficácia Coletiva, do *proxy* de Vigilância e taxa de homicídio, passamos a discutir os coeficientes estimados pelo modelo de regressão linear múltipla obtido pelo método dos mínimos quadrados ordinários (OLS), em três modelos distintos. Nesse caso, podemos mensurar o efeito de uma variável controlado pelas outras medidas. Partindo do modelo 1 usando como uma referencial, avaliou-se apenas a associação direta

entre os preditores relativos à característica estrutural das vizinhanças, sumarizado pela medida de desvantagem socioeconômica e por variáveis que denotam o grau de interação local por meio da estabilidade residencial, extensão dos laços sociais e presença de organizações locais. Como se pode observar, quanto maior o nível de desvantagem social em uma vizinhança, maior a sua taxa de homicídio. Existe, também, uma relação positiva entre laços sociais em nível local e grau de violência na vizinhança. A um nível de significância estatística menor que 10%, observamos uma associação negativa entre presença de organizações locais lidando com questões relativas à violência e taxa de homicídio.

Ao modelo 2 foram incorporadas, separadamente, as principais variáveis latentes do conceito de Eficácia Coletiva em que cada medida, resultante da análise de componentes principais, representa um constructo que compõe teoricamente essa dimensão (SAMPSON, ROBERT J *et al.*, 1997). Apenas o indicador de controle informal apresentou uma associação estatisticamente significativa no modelo (p -valor = 0,096). Controlado pelas outras medidas, verifica-se menores níveis de violência interpessoal em comunidades com maior grau de exercício local de controle social. As medidas que denotam uma situação de coesão social e confiança não apresentaram coeficientes estatisticamente significativos.

Diferentemente do esperado pela proposição original da Teoria da Eficácia Coletiva, assim como de resultados obtidos em replicações e extensões em outros contextos, estudos realizados em alguns países da América Latina podem ser uma exceção. No Brasil, níveis elevados de pobreza nas favelas apresentam uma forte associação com elementos de coesão social (VILLARREAL and SILVA, 2006; CRUZ, 2010). Isto pode explicar porque coesão social parece ser menos importante ou até mesmo um fator separado do componente de eficácia coletiva. Em contextos de desvantagem concentrada e elevado

nível de violência interpessoal, coesão social demonstra ser muito mais um mecanismo ligado a formas de sobrevivência ou reflexo de redes sociais limitadas, do que um benefício que se traduz em maior controle social.

Por fim, a modelagem 3 representa o conjunto de variáveis de controle/ desorganização social, juntamente ao indicador representativo da abordagem das atividades rotineiras utilizado como *proxy* do conceito de vigilância, que foi a medida de percepção de confiança e efetividade dos trabalhos das instituições policiais (conexão institucional). Esse terceiro modelo também é controlado pelas outras variáveis incluídas no estudo. Além do fato dos coeficientes relativos aos indicadores de desvantagem socioeconômica e laços sociais manterem valores relativamente similares àqueles observados anteriormente, chama a atenção o fato de que o indicador de controle informal, que havia se ajustado timidamente ao modelo 2, adquire uma significância estatística melhor após ser inserido na modelagem covariável que representa a dimensão local de percepção de confiança e efetividade das organizações policiais. O indicador de confiança mútua entre vizinhos, não significativo no modelo anterior, passou a se apresentar com uma associação negativa, tornando-se estatisticamente significativo com o nível de violência interpessoal nos bairros, mensurado pela taxa de homicídio consumado. Ou seja, num contexto de maior interlocução com o nível público de controle, as relações sociais entre moradores de um bairro passam a serem pautadas por níveis maiores de confiança, num ambiente menos violento.

Esse resultado obtido no modelo 3 vem reforçar nossa hipótese de que no Brasil, e provavelmente em contextos similares da América Latina, a integração entre elementos da Teoria da Desorganização Social e da abordagem das Atividades Rotineiras em uma teoria multicontextual seja crucial para entendermos como um contexto de oportunidade criminal acarreta elevados níveis de violência interpessoal concentrados espacialmente e estáveis por tantos anos. Nesses casos, o que fica da eficácia coletiva é a parte relativa à

predisposição para intervir, ou expectativas compartilhadas para o controle. No âmbito das atividades rotineiras, por outro lado, é o elemento da vigilância¹ que vai permitir que o controle informal local seja de fato, acionado coletivamente.

Tabela 6.3. Ajuste da Regressão Linear Múltipla da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006.²

Variável independente	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Desvantagem socioeconômica	0,356*** (0,072)	0,286*** (0,080)	0,317*** (0,080)
Estabilidade residencial	0,010 (0,012)	-0,004 (0,013)	0,006 (0,012)
Laços sociais	0,050*** (0,004)	0,050*** (0,004)	0,030*** (0,008)
Presença de organizações locais	-0,122+ (0,074)	-0,084 (0,077)	-0,067 (0,075)
Coesão social		0,059 (0,072)	0,092 (0,072)
Controle informal		-0,121+ (0,073)	-0,147* (0,072)
Confiança		-0,117 (0,072)	-0,146* (0,071)
Percepção de confiança e efetividade das polícias			0,122** (0,043)

Nota: Números em parênteses correspondem ao erro padrão.
+ = $p < 0.10$; * $p < 0.05$; ** = $p < 0.01$; *** $p < 0.001$.

Esse resultado corrobora a principal hipótese deste trabalho na qual supomos que, sob a condição de confiança nas instituições policiais (conexão institucional/ vigilância) em âmbito local, há uma maior predisposição por parte dos residentes de uma dada vizinhança em atuarem a favor de maior controle contra o crime e a violência. Na realidade, essa condição de avaliação positiva acerca das organizações policiais promove, também, maior confiança entre os vizinhos, facilitando o exercício do controle social. Fundamentalmente, o constructo de Eficácia Coletiva atinge seu fim, isto é, conduz a menores níveis de violência quando associado à percepção de que há elementos externos à comunidade (i.e. as polícias) capazes de respaldarem a atuação coletiva em favor da ordem social comunitária.

¹ Apenas para reforçar, nesta tese, estamos considerando como *proxy* de vigilância a percepção coletiva de confiança e efetividade das instituições policiais.

² Na presença dessas variáveis, a constante não foi significativa, portanto, removida do modelo.

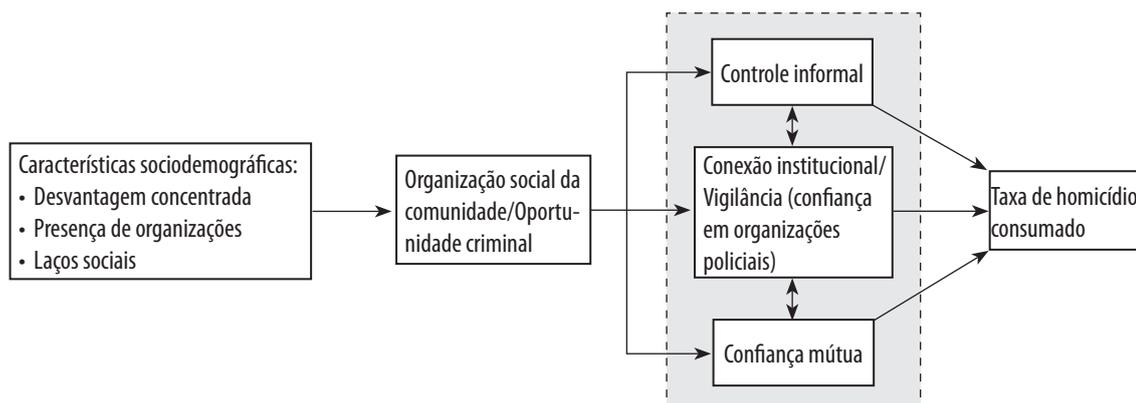


Figura 6.4. Modelo hipotético da relação entre o nível público/ institucional (*proxy* do elemento de vigilância da Teoria das Atividades Rotineiras) e os elementos de Eficácia Coletiva sobre taxa de homicídio.

Outra maneira de avaliar estatisticamente as associações entre as variáveis é por meio do Modelo de Equações Estruturais – MEE. Neste caso, observamos não apenas o efeito das variáveis sobre uma única medida dependente, mas, como já descrito, mensuramos o sentido e a dimensão destas relações (efeitos parciais), inclusive com traços latentes produzidos através da Análise Fatorial Confirmatória, que permitiu validar o constructo teórico da Eficácia Coletiva.

No modelo de equações estruturais – MEE – adotado neste estudo e baseado na figura XX acima, as características estruturais das vizinhanças são as variáveis exógenas que incluem um indicador de desvantagem concentrada (nível socioeconômico – L2), a presença de organizações locais voltadas para a resolução de problemas relacionados à violência (LNBV6) e, por último, uma medida relativa à densidade dos laços sociais (L1).

Uma vez controlado o efeito destas medidas que caracterizam as propriedades estruturais da comunidade, buscamos avaliar a dimensão da associação entre os componentes de Eficácia Coletiva e Vigilância, sobre a taxa de homicídio. Conforme demonstrado pelas análises anteriores, o *proxy* de vigilância tornou estatisticamente significativas as variáveis correspondentes ao controle informal e confiança interpessoal, separando-as da dimensão de coesão social. Assim, utilizamos a análise fatorial confirmatória para

construir uma medida latente (L3) composta por controle informal, confiança local e vigilância, para avaliar sua associação à variável dependente, correspondente à taxa de homicídio consumado.

Nesse modelo, as relações diretas entre as variáveis exógenas e a variável L3 apresentaram associações estatisticamente moderadas, apenas para presença de organizações locais, e desvantagem concentrada. Nesse primeiro caso, a existência dessas organizações está associada positivamente a um maior grau de controle informal e confiança local, na presença de vigilância. Por outro lado, essa medida relativa ao controle social local é menor nos bairros com elevado grau de desvantagem concentrada.

O pressuposto desta tese foi de integrar duas vertentes teóricas da criminologia clássica para explicar a dinâmica dos homicídios no contexto da cidade de Belo Horizonte. Nesse sentido, elementos de desorganização social e de oportunidade criminal foram operacionalizados em um modelo de associação a fim de se avaliar suas contribuições para o melhor entendimento do fenômeno. Dessa forma, a relação entre o indicador de controle e confiança local associado à vigilância e níveis de violência interpessoal, mensurado pela taxa de homicídio, pode ser graficamente visualizado pela Figura 6.5. Os resultados corroboram toda a discussão teórica que discute a relação entre Desorganização Social, Oportunidade e Crime. Como se pode observar a partir do diagrama, a medida latente relativa aos aspectos de controle social (L3) está associada negativamente com a taxa de homicídio. O seu coeficiente padronizado indica que o aumento em um desvio padrão nesta medida representa uma redução de mais de 0,6 desvio padrão da taxa de homicídio do bairro.

Na realidade, esse resultado lança luz sobre toda a discussão do modelo sistêmico em que não basta uma comunidade se isolar e manter níveis elevados de coesão ou densas

relações. Fundamental para uma localidade conviver com níveis menores de violência é sua relação com o nível público de controle e de se conectar com atores institucionais externos. Essa características garante a existência de formas benéficas de envolvimento/mobilização local com respaldo do Estado para o estabelecimento da ordem social local.

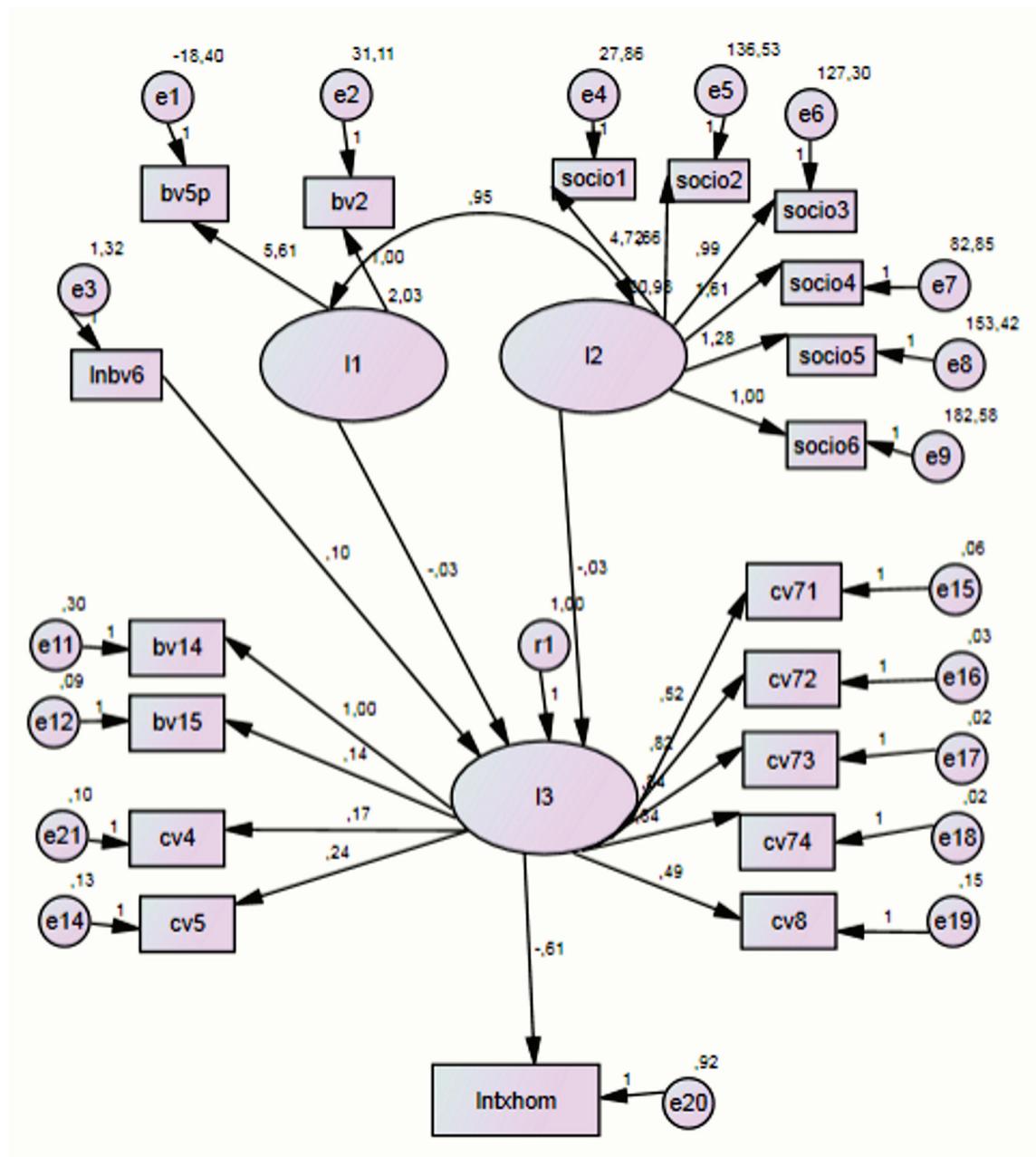


Figura 6.5. Diagrama de caminhos com coeficientes padronizados.

¹ O caminho indicado pelo número 1 é o caminho que foi definido como de identificação e, por isso, não testado. (Qui-quadrado = 867,9; gl = 150; GFI = 0,783; AGFI = 0,725; RMSEA = 0,153 [IC90% = 0,143-0,163].

7 CONCLUSÃO

POUCOS PROBLEMAS ABORDADOS NAS Ciências Humanas despertam tanto interesse de pesquisadores quanto o fenômeno do crime. Há muito tempo o seu estudo deixou de ser objeto de uma área em particular e, cada vez mais, é responsável por esforços interdisciplinares que agregam “expertises” de diversos campos de conhecimento. Na Sociologia e, em particular na Criminologia, dada a diversidade do campo teórico, a “explicação do crime” é um enorme empreendimento acadêmico cujo objetivo principal é explicar a questão da ordem social, seu padrão normativo e como se processam as rupturas da mesma.

A despeito das discussões acerca da definição de crime ou criminalidade, fundamentalmente, as teorias criminológicas procuram associar o fenômeno com fatores relacionados às características individuais, ligados ao processo de socialização, com o contexto social, ou como decorrência do processo histórico ou cultural de determinadas sociedades. Basicamente, as orientações teórico-metodológicas a partir de cada um desses fatores fazem-se necessárias devido ao nível de análise: indivíduos ou coletividades. O primeiro nível tenta responder a questão do por que algumas pessoas cometem crimes e, o segundo, tenta explicar as variações nas taxas de crimes entre comunidades, cidades ou países.

Neste estudo, a nossa orientação teórica partiu de duas abordagens “ecológicas” do crime para tentar compreender porque alguns bairros são mais violentos do que outros. Dos estudos sobre desorganização social, com origem nos trabalhos dos pesquisadores da Escola de Chicago, direcionamos nossas análises no sentido de compreender como as

distintas “unidades ecológicas” variam quanto ao seu efetivo grau de controle informal e formal. A partir dessa situação, nos deparamos diante de um contexto de “organização social diferenciada” (SAMPSON, 2002), considerado um termo melhor para descrever o foco da Teoria da Desorganização Social. Por outro lado, as discussões sobre a atividade rotineira dos indivíduos proporcionam um modo melhor de compreender como se dá a relação “top-down”, que determina a rotina dos indivíduos e a emergência da criminalidade em determinados lugares.

Ao fazer essa escolha, deslocamos as explicações que enfatizam elementos individuais ou psicológicos para outro nível, que ultrapassa a busca por fatores que diferenciam criminosos de não-criminosos. Buscamos, com isso, discutir como as propriedades estruturais das comunidades urbanas conduzem, direta ou indiretamente, a barreiras que impedem o desenvolvimento de mecanismos organizacionais e, por conseguinte, afetam o nível de violência dos lugares. Seja por meio do modelo sistêmico (BURSIK; GRAS-MICK, 1993) ou devido a “expectativas compartilhadas de ação”, isto é, pelo grau de Eficácia Coletiva (SAMPSON et al., 1997), o exercício do controle social influencia, e também é resultado, das atividades rotineiras dos residentes de um bairro. Essa condição, por sua vez, afeta a probabilidade de ocorrência do crime. Juntamo-nos, assim, a outros pesquisadores que assumem a tarefa de melhor definir o papel do contexto social sobre as orientações individuais.

Tomando a centralidade do foco ecológico considerado por cada uma das abordagens no estudo do crime, concordamos com Wilcox e seus colegas sobre a complementariedade das mesmas de maneira que, quando integradas, formam uma teoria mais robusta para a compreensão da ocorrência de crimes e vitimização. Sob um modelo de oportunidade, que esses autores chamaram de Teoria da Oportunidade Multicontextual Integrada,

pressupõe-se que o “comportamento individual [as atividades rotineiras das pessoas] não pode ser entendido fora do contexto ambiental, porque esse tem um efeito substancial sobre as características individuais”.¹

Nesta tese, a proposta de integração entre as duas abordagens não pressupõe a simples inclusão de variáveis de ambas as teorias em um modelo estatístico. Evidentemente que, diante de uma proposta de testar empiricamente o potencial teórico de cada abordagem, as modelagens estatísticas exigem que dimensões conceituais sejam mensuradas de modo objetivo e incorporadas ao modelo como covariáveis. No entanto, a contribuição que o modelo de oportunidade multicontextual pode oferecer, de fato, está no sentido de esclarecer uma inconsistência verificada recentemente em alguns estudos dos “efeitos de bairros” sobre o crime em contextos latino-americanos, em especial, no caso brasileiro.

Pensando em termos teóricos, a relação entre eficácia coletiva e crime é negativa, isto é, comunidades caracterizadas por alto nível de coesão social (a parte coletiva do conceito) e por expectativas compartilhadas por controle (a parte de eficácia do conceito) exercem um papel fundamental no que se refere à capacidade de impedir o desenvolvimento de um ambiente de oportunidade criminal. Entretanto, conforme demonstrei em outra ocasião (VILLARREAL; SILVA, 2006), os bairros marcados por concentração de desvantagens sociais e econômicas possuem altos níveis de coesão social, que não se reverte em mecanismos locais de cooperação com vistas ao benefício coletivo. Além do mais, esse indicador não se associa a expectativas compartilhadas para controle social e nem mesmo se relaciona com confiança mútua entre vizinhos.

No caso brasileiro, há evidências de altos níveis de coesão social em contextos urbanos caracterizados por privação econômica e violentos. Nesses casos, a densidade de

¹ Do original: “Individual behavior can not be taken out of these environmental contexts, because they have a substantial effect on individual characteristics”.

redes primárias e de sociabilidade em parte, pode ser uma decorrência da especificidade do processo de urbanização brasileiro ou uma estratégia de sobrevivência, dado o grau de violência que caracteriza as interações pessoais nesses locais. Essa peculiaridade de alguns bairros os expõe diferencialmente aos mecanismos de controle capazes de impedir a ocorrência de crimes e, até mesmo, de outros “outcomes” sociais, como saúde mental, mortalidade infantil, percepção de desordem, desempenho escolar, etc. Ao incorporar as discussões da teoria das atividades rotineiras, enfatizamos o quanto os indivíduos não estão desligados ou isolados de uma estrutura social mais ampla. Seja qual for o contexto no qual estão inseridos, suas relações interpessoais e comportamentos são moldados pela própria estrutura, mas também a definem.

A estabilidade espacial da violência interpessoal é um indicativo dessa relação de reciprocidade, pois reduz a capacidade local em promover expectativas coletivas para o controle e mina a relação de confiança mútua entre seus residentes. No entanto, conforme demonstramos, esses componentes da eficácia coletiva associam-se a menores taxas de homicídio nos bairros diante do elemento de vigilância, operacionalizado a partir da percepção de confiança e efetividade na instituição policial. Esse aspecto, em nosso ponto de vista, reforça o potencial de integração das abordagens, na medida em que as expectativas compartilhadas para o controle e a confiança mútua, direcionados ao “bem-estar” da coletividade são ativadas sob as circunstâncias de vigilância.

Ao utilizarmos diferentes bases de dados, nos esforçamos para demonstrar que o contexto dos bairros é um elemento relevante para projetos de pesquisas no futuro, além de pesquisas com o foco apenas em indivíduos. Seguimos a proposta de integração teórica para conectar questões sobre processos ao nível de bairros sem desconsiderar os aspectos da dinâmica individual subjacentes a mecanismos que organizam o espaço ur-

bano nos dias atuais. Assim, procuramos demonstrar que os efeitos dos bairros não são simplesmente um reflexo de características individuais agregadas, na verdade, devem ser compreendidos como um resultado de processos interpessoais e institucionais que envolvem aspectos coletivos da comunidade.

As análises apresentadas aqui permitem ampliar nossa compreensão sobre a importância do contexto dos efeitos espaciais locais. Ao testar as relações entre distribuição espacial de homicídios consumados e propriedades estruturais dos bairros, destacamos a necessidade de considerar o papel mediador dos mecanismos de organização que moldam relações, percepções e interações entre residentes locais e explicam sua capacidade de exercer controle informal sob as condições de vigilância.

Por fim, propomos uma reflexão sobre a possibilidade de reproduzir as condições de eficácia coletiva e dos benefícios advindos da interlocução com instituições públicas para o controle do crime nas comunidades com altos níveis de desvantagem concentrada e de violência interpessoal. Sem dúvida essa é uma questão desafiadora e com possibilidade de solução em longo prazo, mas, sob nosso ponto de vista, possível de se alcançar. Alcançar resultados positivos em termos de “qualidade de vida” e baixos níveis de mortes violentas nos tradicionais “hot spots” implica uma ação do poder público em modificar as características do espaço urbano de modo a alterar a conformação social dos atores imediatamente envolvidos no processo, promovendo esforços locais com foco no controle do crime.

REFERÊNCIAS

- ANSELIN, L. What is special about spatial data? Alternative perspectives on spatial data analysis. **Technical Report 89-4**, National Center for Geographic Information and Analysis, University of California, Santa Barbara, CA, 1989. [contained on CD-Rom "Fundamental research in geographic information and analysis", Santa Barbara, Ca: NCGIA]
- ANSELIN, L. **Exploring Spatial Data with Geoda™**: A Workbook. Spatial Analysis Laboratory, Department of Geography: University of Illinois, Urbana-Champaign; Center for Spatially Integrated Social Science 2005.
- ANSELIN, L. Thirty years of spatial econometrics. **Papers in Regional Science**, v. 89, n. 1, p. 3-25, 2010. doi: 10.1111/j.1435-5957.2010.00279.x
- ANSELIN, L. Spatial externalities, spatial multipliers, and spatial econometrics. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 2, p. 153-166, 2003.
- ASSUNÇÃO, R. M.; BEATO, C. C.; SILVA, B. F. A. **Describing Crime Spatial Patterns By Time of Day**. Manual CrimeStat (example), 2001.
- ASSUNÇÃO, R.; REIS, E. A. A new proposal to adjust Moran's I for population density. **Statistics in Medicine**, Estados Unidos, v. 18, p.2147-2162, 1999.
- ASSUNÇÃO, R.; BARRETO, S. M.; GUERRA, H. L.; SAKURAI, E. Mapas de taxas epidemiológicas: uma abordagem Bayesiana. **Caderno de Saúde Pública (FIOCRUZ)**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 713-723, 1998.
- BEATO FILHO, C. C. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BEATO FILHO, C. C.; PEIXOTO, B. T. Andrade, M. A. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n.55, p. 73-89, 2004.
- BEATO FILHO, C. C.; ZILLI, L. F. **A estrutura do crime**. Mimeo, 2011.
- BEIRNE, P. Adolphe Quetelet and the origins of positivist criminology. **American Journal of Sociology**. The University of Chicago Press, v. 92, n.5, p.1140-69, 1987.
- BELLAIR, P. E. Informal Surveillance and Street Crime: A Complex Relationship. **Criminology**, v. 38, n. 1, p. 137-170, 2000.
- BELLAIR, P. E. Social Interaction and Community Crime: Examining the Importance of Neighborhood Networks. **Criminology**, n. 35, p. 677-703, 1997.
- BERRY, B. J. L.; KASSARDA, J. D. **Contemporary Urban Ecology**. New York: Macmillan, 1997.
- BOTTOMS, A. E.; WILES, P. Explanations of Crime and Place. **Crime, Policing and Place**, London: Routledge, p.11-35, 1992. Disponível em: <http://justice4victims.org/explanationsofcrimeandplace.aspx>. Acesso em 8 de nov. 2011.

- BRANTINGHAM, P. J.; BRANTINGHAM, P. L. **Environmental Criminology**. Estados Unidos: Sage Publications, Inc, 1981.
- BRANTINGHAM, P. J.; BRANTINGHAM, P. L. **Patterns in Crime**. New York, NY: Macmillan, 1984.
- BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G.; KATO, P.; SEALAND, N. Do neighborhoods influence child and adolescent behavior? **American Journal of Sociology**, The University of Chicago, v. 99, n. 2, p. 353-395, 1993.
- BURSIK, R. J.; Harold G. GRASMICK, H. G. **Neighborhood and Crime: the dimensions of effective community control**. San Francisco: Jossey-Bass Inc., 1993.
- BURSIK, R. J.; WEBB, J. Community Change and Patterns of Delinquency. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, v. 88, n. 1, p. 24-42, 1982.
- BURSIK, R. J. Social Disorganization and Theories of Crime And Delinquency: Problems and Prospects. **Criminology**, v. 26, n. 4, p. 519-552, 1988. doi: 10.1111/j.1745-9125.1988.tb00854.x.
- CAHILL, M. E. **Geographies of Urban Crime: An Intraurban Study of Crime in Nashville, TN; Portland, OR; and Tucson, AZ**. Estados Unidos, U.S. Department of Justice, 2004.
- CAPOWICH, G. E. The conditioning effects of neighborhood ecology on burglary victimization. **Criminal Justice and Behavior**, Sage Publications, v. 30, n. 1, p. 39-61, 2003.
- COHEN, L. E. Modeling crime trends: A criminal opportunity perspective. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.18, n.1, p. 138-164, 1981.
- COHEN, L. E.; MACHALEK, R. A General Theory of Expropriative Crime: An Evolutionary Ecological Approach. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, v. 94, n. 3, p. 465-501, 1988
- COHEN, L.E.; LAND, K.C. Age structure and crime: symmetry versus asymmetry and the projection of crime rates through the 1990s. **American Sociological Review**, American Sociological Association v. 52, n. 2, p. 170-183, 1987.
- COHEN, L. E.; FELSON, M. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. **American Sociological Review**, American Sociological Association, v. 44, n. 4, p. 588-608, 1979.
- COHEN, L. E.; KLUEGEL, J. R.; LAND, K. C. Social inequality and predatory criminal victimization: An exposition and test of a formal theory. **American Sociological Review**, American Sociological Association, v. 46, n. 5, p. 505-24, 1981.
- COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990. (apud Triplett et al., 2005).
- COULON, A. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.
- CORRAR, L. J., Paulo, E., Dias Filho, J. M. **Análise multivariada para cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- COSER, L. A.; ROSENBERG, B. **Sociological Theory: A Book of Readings**. 5 ed., Waveland Press, Inc. 1982.
- CRISP – CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/ UFMG. Pesquisa de Vitimização – 2006.
- CULLEN, F. Social Support as an Organizing Concept for Criminology: Presidential Address to the Academy of Criminal Justice Sciences. **Justice Quarterly**, Academy of Criminal Justice Sciences, v. 11, n. 4, p. 527-559, 1994.

- ECK, J.; CLARKE, R. V. Classifying Common Police Problems. In: SMITH, M. J.; CORNISH, D. B. (eds.). **Theory for Practice in Situational Crime Prevention**. Monsey, NY: Criminal Justice Press, v. 16, 2003. In: Crime Prevention Studies series. Disponível em www.popcenter.org.
- ECK, J. E.; GERSH, J. S.; TAYLOR, C. Finding crime hot spots through repeat address mapping. In: GOLDSMITH, V.; MCGUIRE, P.; MOLLENKOPF, J.; ROSS, T. (eds.). **Analyzing Crime Patterns: Frontiers of Practice**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 2000.
- ELLIOTT, D. S. et al. The Effects of Neighborhood Disadvantage on Adolescent Development. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 33, n. 4, p. 389-426, 1996.
- FARIAS, A. A.; CÉSAR, C. C.; SOARES, J. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2003.
- FARIAS, S. A.; SANTOS, R. C. Modelagem de equações estruturais e satisfação do consumidor: uma investigação teórica e prática. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 107-132, 2000.
- FELSON, M. **Crime and everyday life: impact and implications for society** 2 ed., Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 1998.
- FELSON, M.; COHEN, L. Human ecology and crime: a routine activity approach. **Human Ecology**, v. 8, n. 4, p. 389-406, 1980.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. **A general theory of crime**. Stanford, California: Stanford University Press, 1990.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GROFF, E. R.; VIGNE, N. G. L. Mapping a Opportunity Surface of Residential Burglarly. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 38, n. 3, p. 257-278;2001.
- GUERRY, A. M. **Essai sur la statistiquemorale de la France**. Paris: Crochard, 1833.
- HACKLER, J. K. H.; URQUHART-ROSS, C. The Willingness to Intervene: Differing Community Characteristics. **Social Problems**, University of California Press, v. 21, n. 3, p. 328-344, 1974.
- HAMILTON, L. C. **Regression with graphics: a second course in applied statistics**. Belmont, CA: Brooks/Cole Publishing Company, 1992.
- HAGAN, J.; GILLIS, A. R.; CHAN, J. Explaining official delinquency: a spatial study of class, conflict, and control. **The Sociological Quarterly**, v. 19, n. 3, p. 386-398, 1978.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6 ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HARLAN, H. 1971. Ghetto Assessments of Police Protection and Authority. **Law & Society Review**, Blackwell Publishing, v. 6, n. 2 p. 183-194, 1971.
- HAWLEY, A. H. **Human ecology: a theory of community structure**. New York: Ronald Press, 1950.
- HINDELANG, M.; GOTTFREDSON, M.; GAROFALO, J. **Victims of Personal Crime: an empirical foudantion for a Theory of Personal Victimization**. Estados Unidos: Ballinger Publishing Co, 1978.
- HUNTER, A. J. Private, Parochial and Public Social Orders: the problem of crime and incivility in Urban Communities. p. 230-242. In: SUTTLES, G. D.; ZALD, M. N. (eds.). **The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society**. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1985.

- INPE. **TerraView** 3.6.0. São José dos Campos, SP, 2010. Disponível em: www.dpi.inpe.br/terraview. Acessado em 20 dez. 2011.
- JENSEN, G. F.; BROWNFIELD, D. Gender, Lifestyles and Victimization: Beyond Routine Activity. **Violence and Victims**, Springer Publishing Company, v. 1, n. 2, p. 85-99, 1986.
- KASARDA, J.; JANOWITZ, M. Community attachment in mass society. **American Sociological Review**, American Sociological Association, v. 39, n. 3, p. 328-39, 1974.
- KENNEDY, L. W.; FORDE, D. R. Routine activities and crime: An analysis of victimization in Canada. **Criminology**, v. 28, n. 1, p. 137-152, 1990.
- KENNEDY, L. W.; BARON, S. W. Routine activities and a subculture of violence: A study of violence on the street. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 30, n. 1, p. 88-112, 1993.
- KLEM, L. Path analysis. In: GRIMM, L. G.; YARNOLD, P. R. **Reading and understanding multivariate statistics**. Washington, DC: American Psychological Association, 1995.
- KLEM, L. Structural Equation Modeling. In: GRIMM, L. G.; YARNOLD, P. R. **Reading and understanding more multivariate statistics**. Washington, DC: American Psychological Association, 2000.
- KORNHAUSER, R. R. **Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- KUBRIN, C.; WEITZER, R. Retaliatory Homicide: Concentrated Disadvantage and Neighborhood Culture. **Social Problems**, University of California Press, v. 50, n. 2, p. 157-80, 2003.
- LANDER, B. **Towards an Understanding of Juvenile Delinquency**. New York: Columbia University Press, 1954.
- LEVINE, N. **CrimeStat II: A Spatial Statistics Program for the Analysis of Crime Incident Locations (version 2.0)**. 2002, Ned Levine & Associates: Houston, TX/ National Institute of Justice: Washington, DC.
- LIN, N. 1986. Conceptualizing Social Support. In: LIN, N.; DEAN, A.; ENSEL, W. N. (eds.). **Social support, life events and depression**. Orlando, FL: Academic Press, 1986. p. 17-30.
- LIN, N. Building a network theory of social capital. In: LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. (eds.). **Social capital theory and research**. New York: Aldine de Gruyter, 2000.
- LOMBROSO, C. **Crime: its causes and remedies**. New York: Brown and Company. 1911.
- MASSEY, D. S. The age of extremes: concentrated affluence and poverty in the Twenty-First Century. **Demography**, Population Association of America, v. 33, n.4, p. 395-412, 1996.
- MESSNER, S. F.; TARDIFF, K. The social ecology of urban homicide: an application of the "routine activities" approach. **Criminology**, v. 23, n. 2, p. 241-267, 1985.
- MIETHE, T. D.; MEIER, R. F. Opportunity, choice, and criminal victimization: A test of a theoretical model. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 27, n. 3, p. 243-266, 1990.
- MIETHE, T. D.; MEIER, R. F. 1994. **Crime and its social context: toward an integrated theory of offenders, victims, and situations**. Albany: State University of New York Press, 1994.
- MISSE, M. As ligações perigosas. Mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1997.
- MORENOFF, J. D.; SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S. W. Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. Research Report: Population Studies Center at the Institute for Social Research. University of Michigan, v. 39, n.3, p. 517-558, 2001.

- NIRMAL, N. Citizen's perception of police and area crime: examining public control and victimization. Paper presented at the annual meeting of the AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION ANNUAL MEETING, Hilton San Francisco, San Francisco, CA, Aug 7, 2009 <Not Available>. 2011-06-06 http://www.allacademic.com/meta/p309585_index.html.
- PARK, R. E. The city: suggestion for the investigation of human behavior in the city environment. **The American Journal of Sociology**, University of Chicago, v. XX, n. 5, March, 1915.
- PARK, R. E. Human ecology. **The American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press v. XLII, n. 1, p.1-15, 1936.
- PARK, R. E.;BURGESS, E. W. **Introduction to the science of Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1921.
- PARK, R. E.;BURGESS, E. W. **The city**. Chicago: Chicago University Press, 1925.
- PATTILLO, M. Sweet mothers and gangbangers: Managing crime in a middle-class black neighborhood. **Social Forces**, Oxford University Press, v. 76, n. 3, p. 747-774, 1998.
- PFOHL, S. J. **Images of deviance and social control**. New York: McGraw-Hill, 1985.
- PILATI, R.; LAROS, J.A. Modelos de equações estruturais em Psicologia: conceitos e aplicações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23 n. 2, p. 205-216, 2007.
- PRATES, A. A. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1117-1146, 2009.
- QUETELET, L. A. **A treatise on man**. Edinburg: Willian and Robert Chambers, 1984.
- REISENGER, Y.;TURNER, L. Structural equation modeling with Lisrel: application in tourism. **Tourism Management**, v.20, n. 1, p. 71-88, 1999.
- REISS, A. J. Jr. Why are communities important in understanding crime?. In:REISSA, J. Jr.;TONRY, M. (eds.). **Communities and crime**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- ROBINSON, W. S. Ecological correlations and the behavior of individuals. **American Sociological Review**, American Sociological Association, v. 15, n. 3, p. 351-357, 1950.
- ROUNTREE, P. W.; WARNER, B. D. Social ties and crime: is the relationship gendered? **Criminology**, v. 37, n. 4 p. 789-814, 1999. doi: 10.1111/j.1745-9125.1999.tb00505.x
- ROUNTREE, P. W.;KENNETH C. L. Perceived risk versus fear of crime: empirical evidence of conceptually distinct reactions in survey data. **Social Forces**, Oxford University Press, v. 74, n. 4, p. 1353-76, 1996.
- RUTTER, M.; GILLER, H. **Juvenile delinquency: trends and perspectives**. New York: Guilford, 1984.
- SAMPSON, R. J.;LAURTISEN, J. L. Violent victimization and offending: Individual-, situational-, and community-level risk factors. In:REISS, A. J., ROTH, J. A.;MICZEK, K. A. (eds.). **Understanding and preventing violence**. Washington, D.C.: National Academies Press, 1994. v. 3, Social influences, p. 1-114.
- SAMPSON, R. J.;MORENOFF, J. D. Public health and safety in context: Lessons from community-level theory on social capital. In: SMEDLEY, B. D.;SYME, S. L. (eds.). **Preventing health: intervention strategies from social and behavioral research**. Washington, D.C.: National Academy Press, 2000.
- SAMPSON, R. J.; WOOLDREDGE, J. D. Linking the micro– and macro–level dimensions of lifestyle-routine activity and opportunity model of predatory victimization. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 3, n. 4, p. 371-393, 1987.

- SAMPSON, R. J. Effects of socioeconomic context on official reaction to juvenile delinquency. **American Sociological Review**, American Sociological Association, v. 51, n. 6, p. 876-885, 1986.
- SAMPSON, R. J.; MORENOFF, J. D.; GANNON-ROWLEY, T. Assessing “neighborhood effects”: social processes and new directions in research. **Annual Review of Sociology**, Annual Reviews, n. 28, p. 443-78, 2002.
- SAMPSON, R. J. Local friendship ties and community attachment in mass society: a multilevel systemic model. **American Sociological Review**, American Sociological Association, v. 53, n. 5, p. 766-779, 1988.
- SAMPSON, R. J. Organized for what? Recasting theories of social (dis)organization. In: WARING, E.; WEISBURD, D. (eds.). **Advances in Criminological Theory**, New Brunswick, NJ: Transaction, p. 95-110, 2002.
- SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: testing Social Disorganization Theory. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, v. 94, n.4, p. 774-802, 1989.
- SAMPSON, R. J.; STEPHEN, S. R.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of Collective Efficacy. **Science**, v. 277, p. 918-924, 1997.
- SAMPSON, R. J. Desorden urbano, Crimen y eficacia colectiva en el barrio”. In: LLORENTE, M. V.; RUBIO, M. **Elementos para una criminología local: políticas de prevención del crimen y la violencia en ámbitos urbanos..** Bogotá, Colombia: Ediciones Uniandes, 2003.
- SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. **Juvenile delinquency and urban areas.** Chicago: University of Chicago Press, 1942.
- SHERMAN, L. W. Hot Spots of Crime and Criminal Careers of Places. In: ECK, J.; WEISBURD, D. (eds.). **Crime and place.** Monsey, NY: Criminal Justice Press, 1995. (Crime Prevention Studies, v.4).
- SHERMAN, L.; GARTIN, P.; BUERGER, M. Hot spots of predatory crime: routine activities and the criminology of place. **Criminology**, v. 27, n.1, p. 27-55, 1989.
- SILVA, B. F. A. **Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.** 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, UFPR, n. 13, p. 45-58, 1999.
- SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade Contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo: Ed. PerseuAbramo, 2004, v. I, p. 291-351.
- SIMCHA-FAGAN, O.; SCHWARTZ, J. E. Neighborhood and delinquency: an assessment of contextual effects. **Criminology**, v. 24, n. 4, p. 667-699, 1986.
- SKOGAN, W. G. **Disorder and decline: crime and the spiral of decay in american neighborhoods.** Berkeley: University of California Press, 1990.
- SMITH, D. A.; JARJOURA, G. R. Household Characteristics, Neighborhood Composition and Victimization Risk. **Social Forces**, Estados Unidos, v. 68, n. 2, p. 621-640, 1989.
- SNELL, C. **Neighborhood structure, crime and fear of crime: testing Bursik and Grasmick’s neighborhood control theory.** LBF Scholarly Publishing LLC, 2001
- SOUZA, I. V.; SOARES, R. R.; BARRETO, R. C S. **Integração das polícias civil e militar: uma avaliação da experiência de Minas Gerais no âmbito do programa Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP).** Relatório do Banco Mundial, não disponível, DATA.

- SOUZA, E. **Situational factors in homicides in a violence – ridden Brazilian favela**. 2010. Dissertation (Submitted to the Graduate School – Newark Rutgers) – The State University of New Jersey.
- STARK, R. Deviant places: a theory of the ecology of crime. **Criminology**, v. 25, n. 4, p. 893-910, 1987.
- SUN, I. Y. TRIPLETT, R.; GAINEY, R. R. Neighborhood characteristics and crime: a test of Sampson and Groves' model of social disorganization. **Western Criminology Review**, v. 5, n. 1, p. 1-16, 2004.
- SUTHERLAND, E. H. **Principles of criminology**. 4 ed. Philadelphia: J.B. Lippincott, 1947.
- TAUB, Richard P.; TAYLOR, D. G.; DUNHAM, J. D. **Paths of neighborhood change: race and crime in urban America**. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- TRIPLETT, R. A.; SUN, I. Y.; GAINEY, R. R. Social disorganization and the ability and willingness to enact control: a preliminary test. **Western Criminology Review**, v. 6, n. 1, p. 89-103, 2005.
- TRIPLETT, R. A.; Sun, I. Y.; GAINEY, R. R. **Beyond the ability to control: social disorganization and the willingness to enact control**. Paper presented at the ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIETY OF CRIMINOLOGY, Chicago, 2002.
- VENKATESH, S. The social organization of street gang activity in an urban ghetto. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 1, p. 82-111, 1997.
- VILLARREAL, A.; SILVA, B. F. A. Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. **Social Forces**, v. 84, n. 3, p. 1725-1753, 2006.
- WARNER, B. D.; PIERCE, G. L. Reexamining social disorganization theory using calls to the police as a measure of crime. **Criminology**, v. 31, n. 4, p. 493-517, 1993.
- WARNER, B. D.; ROUNTREE, P. W. Local social ties in a community and crime model: questioning the systemic nature of informal social control. **Social Problems**, v. 44, n. 4, p. 520-536, 1997.
- WEITZER, R.; TUCH, S. A. Race and perceptions of police misconduct. **Social Problems**, v. 51, n. 3, p. 305-325, 2004.
- WHYTE, W. F. **Street corner society: the social structure of an Italian slum**. Chicago: University Chicago Press, 1993.
- WIKSTRÖM, P. H.; SAMPSON, R. J. (eds.). **The explanations of crime. Context, mechanisms, and development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- WIKSTROM, P.-O. H. **Urban crime, criminals, and victims**. New York: Springer-Verlag, 1991.
- WIKSTROM, P.-O. H. Delinquency and urban structure. In: _____. (ed.). **Crime and measures against crime in the city**. Stockholm: National Council for Crime Prevention, 1990.
- WILCOX, P.; LAND, K. C.; HUNT, S. A. **Criminal circumstance: adynamic multicontextual Criminal Opportunity Theory**. New York: Aldine de Gruyter, 2003.
- WILSON, W. J. **The truly disadvantaged**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- WORTLEY, R.; MAZEROLLE, L. (eds.). **Environmental criminology and crime analysis**. Cullompton, UK: Willan Publishing, 2008.
- ZALUAR, A. **Condominio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora Revan/UFRJ Editora, 1994.
- ZALUAR, A.; RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência. O paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 84, p. 175-196, 2009.
- ZILLI, L. F. **O bonde tá formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) da Universidade Federal de Minas Gerais.